

Organizadores

Natália Bastos Ferreira Tavares

José Adelmo da Silva Filho

Vinicius Rodrigues de Oliveira

PROTAGONISMO E JUVENTUDE:

a extensão universitária em evidência



SE
TÃO
CULTI



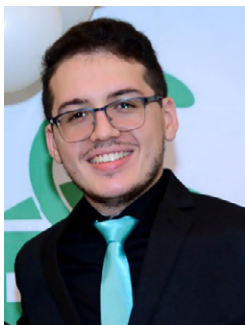
Natália Bastos Ferreira Tavares

Enfermeira pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Docência na saúde (UFRS/MS). Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Diretora Geral e Docente do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri - Unidade Descentralizada de Iguatu (URCA/UDI).



José Adelmo da Silva Filho

Enfermeiro pela Universidade Regional do Cariri. Especialista com residência em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Especialização em Enfermagem em Dermatologia pelas Faculdades Integradas de Patos. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde – GPCLIN/URCA/CNPq.



Vinicius Rodrigues de Oliveira

Enfermeiro pela Universidade Regional do Cariri (URCA/UDI). Especialista em Saúde da Família pelo Centro Universitário Dom Alberto. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCol/UFRN). Coordenador estudantil do Grupo de Estudo e Debates em Saúde Coletiva (GDESCO/URCA). Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN/URCA/CNPq) e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Cuidado Cardiovascular (GPCARDIO/UFRB).

Organizadores

Natália Bastos Ferreira Tavares

José Adelmo da Silva Filho

Vinicius Rodrigues de Oliveira

PROTAGONISMO E JUVENTUDE:

a extensão universitária em evidência

Sobral-CE

2021



PROTAGONISMO E JUVENTUDE: A extensão universitária em evidência
© 2021 copyright by Natália Bastos Ferreira Tavares, José Adeldo da Silva Filho,
Vinicius Rodrigues de Oliveira (Orgs).
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Universidade Regional
do Cariri - URCA



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Antonio Marcos Tosoli Gomes
Cristiane da Silva Monte
Francisco Ari de Andrade
Francisco Ricardo Miranda Pinto
Israel Rocha Brandão
João Silveira Muniz Neto
Percy Antonio Galimbertti
Raul Max Lucas da Costa

Revisão

Karoline Viana Teixeira

Diagramação

Vankeney Freires do Nascimento

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

P967

Protagonismo e juventude: a extensão universitária em evidência. / Natália Bastos Ferreira Tavares et al. (Organizadores). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

246p.

ISBN: 978-85-67960-72-2 - papel
ISBN: 978-85-67960-73-9 - e-book em pdf
Doi: 10.35260/67960739-2021

1. Enfermagem. 2. Extensão Universitária. 3. Saber comunitário. 4. Inovação. I. Tavares, Natália Bastos Ferreira. II. Silva Filho, José Adeldo da. III. Oliveira, Vinicius Rodrigues. IV. Título.

CDD 610.6





APRESENTAÇÃO

Esta obra apresenta experiências inovadoras de Projetos de Extensão que permeiam o fazer e o saber acadêmico e comunitário, com a utilização de metodologias diversificadas que possibilitam o alcance dos objetivos individuais de cada projeto.

O capítulo “A fotografia como recurso mediático para a educação em saúde e sexualidade: um relato de experiência” expressa a experiência acadêmica em ações educativas em saúde e sexualidade, utilizando a fotografia como artifício mediador do ensino-aprendizagem. O capítulo “Trabalho infantil: impactos na qualidade de vida e saúde das crianças” apresenta evidências científicas dos impactos causados na qualidade de vida relacionada à saúde das crianças que vivenciam a situação de trabalho infantil. As discussões sobre a saúde do adolescente vítima de violência sexual e abortamento estão expressas no capítulo “Saúde do adolescente: impactos do abortamento em vítimas de violência sexual”.

Noções básicas de direitos humanos que possibilitam o despertar para o exercício da cidadania emancipatória e transformadora estão pautados no capítulo “Direitos humanos na escola: a importância da educação em direitos humanos e experiência prática”, cujas discussões são levadas para o ambiente escolar na busca de protagonizar o aluno para a mudança social, política, econômica e cultural. Ainda no ambiente escolar, o capítulo “Jovens socorristas: jogo educativo sobre intoxicação exógena e envenenamento para escolares” aborda aspectos relacionados aos primeiros socorros em situações de in-

toxicação exógena e envenenamento, com a utilização de um jogo educativo como ferramenta de aprendizagem. Outras ferramentas de aprendizagem por meio de metodologias ativas em primeiros socorros são pautadas nas evidências apresentadas no capítulo “Educação em saúde através de metodologias ativas com adolescentes na escola: ferramenta para aprendizagem de primeiros socorros”.

Experiências de ações virtuais sobre a saúde dos jovens são apresentadas no capítulo “Jovens em ação e o uso das ferramentas virtuais para promoção da saúde: relato de experiência”, enquanto que o capítulo “Uso de fármacos em tempos de covid-19: relato de experiência sobre a repercussão de conteúdos de comunicação pelo canal saúde on-line” apresenta a repercussão do conteúdo digital produzido por um programa de educação em saúde.

A educação sexual na adolescência com escolares do ensino fundamental é abordada no capítulo “Educação sexual na adolescência: relatando vivências”, que se utiliza das oficinas como meio de discussão das temáticas abordadas no projeto de extensão. A construção do saber em saúde para adolescentes também é pautada no capítulo “Ensino e extensão universitária: vivência das ações do projeto de extensão juventude e saúde”.

A promoção da saúde e qualidade de vida para os acadêmicos de enfermagem da Universidade Regional do Cariri, Unidade Descentralizada de Iguatu, desenvolve-se também pelo projeto de extensão “Musica-gem”. Neste livro, apresentam-se as experiências do projeto nos capítulos “A musicoterapia na rotina de acadêmicos de enfermagem: relato de experiência sobre o projeto musica-gem” e “projeto de extensão musica-gem: um apoio acadêmico e pessoal aos extensionistas”.

O capítulo “Conhecimento de adolescentes escolares sobre câncer de colo de útero e mama” expõe, por meio de uma análise descritiva e inferencial, o conhecimento de adolescentes escolares sobre câncer de colo de útero e mama. A compreensão das dificuldades do ensino da dança nas aulas de educação física, no espaço escolar, é

pautada no capítulo “Dificuldades do ensino de dança nas aulas de educação física: uma revisão integrativa”. Experiências com o futsal, considerando a vivência do bolsista extensionista e a participação de crianças e adolescentes nas atividades são apresentadas no capítulo “Futsal, vamos brincar?”. Na natação, investigou-se o índice nutricional dos participantes do projeto de extensão “Natação Infantil”, cujos resultados são apresentados no capítulo “Índice nutricional de praticantes de um projeto de natação infantil da Universidade Regional do Cariri”.

*Natália Bastos Ferreira Tavares
José Adelmo da Silva Filho
Vinícius Rodrigues de Oliveira*



PREFÁCIO

*“Vamos fazer nosso dever de casa, e aí então, vocês vão ver, suas crianças derrubando reis, fazer comédia no cinema com as suas leis, somos os filhos da revolução, **somos o futuro da nação**”,* já pensava Renato em 1985 sobre a força da JUVENTUDE! E com essa excepcional palavra, os celestiais autores dessa obra, em longas linhas, escritas permeadas de desejos e forças pulsantes, sobretudo, nos deixam sentir seus modos de agir em sociedade por meio da ciência teórica e prática, trazendo uma performance tão real como protonarrativas de consciência originária. Sim, esses autores são verdadeiros PROTAGONISTAS e construtores de um mundo bem melhor.

Os capítulos deste livro permitem ao leitor (re)conhecer como a universidade tem um propósito social, como ela é capaz de transformar a coletividade, inexoravelmente, costurando uma nova forma de vida a cada geração. Caro leitor, a priori, as mãos que fizeram essa arte **viveram-na**, pois a extensão universitária é tão vivaz, tão lídima e genuína que me parece poder tocá-la nesse exato momento que vos escrevo, pois, a cada página folheada, vimos a fotografia, tocamos na bola com os nossos pés, mergulhamos em águas frias, tememos as mazelas corporais, sentimos as dores das violências, gritamos por direitos humanos e conseguimos ouvir a música como bálsamo de uma cura social que ocupa todo e qualquer canto.

A extensão universitária é constitucional e traz como um princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa bibliografia, PROTAGONISMO E JUVENTUDE: a extensão universitária em evidência, é científica, educativa, cultural e política, e tem em sua natureza a interlocução dos atores acadêmicos com os diversos setores da sociedade

na produção de saberes e fazeres, conduzida por jovens protagonistas e mestres sonhadores, cujos sonhos vão além de uma força de trabalho, mas se representam como utopia de VIDA!

Os mestres que aqui escreveram atuaram como líderes e facilitadores participativos dos acontecimentos na mesma via dupla. Ots jovens estudantes foram os astros da *práxis* educativa, produzindo, criando e (re)criando, questionando e desenvolvendo seus crescimentos pessoais por meio do estímulo à cidadania para a autonomia, a solidariedade, a competência cognitiva e social.

Esta obra destaca-se pela força e autonomia juvenil e, ao cartografar esses espaços, esses astros demandaram forças produtoras de saúde e lutas por direitos sociais. Esse mesmo jovem protagonista inserido na extensão universitária é parte da liberdade humana, pois sua ação é consciente a partir da iniciativa, do compromisso e da tenacidade. No exercício de cada ação aqui escrita, foi possível embebedar-se dos protagonismos acadêmico e juvenil que foram além de uma prática simbólica, mas se colocaram como uma identidade legítima.

O jovem é urso e leão, carrega pedra e algodão, traz no seu espírito a força gigante de um furacão, então, caro leitor, não teria protagonista melhor do que esse cidadão!

PROTAGONISMO E JUVENTUDE: a extensão universitária em evidência é a ficção mais vívida do jovem universitário místico e militante. Finalizando com as palavras de Renato (1991), *Eu sou metal, eu sou o ouro em seu brasão, Eu sou metal, me sabe o sopro do dragão. A JUVENTUDE É MAIS FORTE!*

E encerro essas linhas reconhecendo o prefácio dos meus pares mestres e aprendizes, acreditando veementemente na nossa vontade de ver um mundo melhor feito por nossas mãos, e melhor lugar não poderia existir: a UNIVERSIDADE.

Aos meus colegas, alunos e demais leitores, desejo-lhes uma grandiosa leitura desse palco de realidades esplêndidas!

Aretha Feitosa de Araújo

SUMÁRIO

PROJETO DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SEXUALIDADE - URCA - UDI.....	15
--	-----------

A FOTOGRAFIA COMO RECURSO MEDIÁTICO PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	17
--	-----------

David Ederson Moreira do Nascimento
Samara Calixto Gomes
Bruno Ferreira Freire Andrade Lira
Tamires Alves Dias
Stéffane Costa Mendes
Antonia Sayonara Ferreira Silva
Caroline da Silva Souza
Maria Vanessa Nogueira Peixoto

PROJETO DE EXTENSÃO SAÚDE E CIDADANIA NA ESCOLA URCA - UDI.....	27
--	-----------

TRABALHO INFANTIL: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DAS CRIANÇAS.....	29
---	-----------

Letícia Lorrayne P. de Souza
Andressa Neves dos Santos
Emanuely Alves Rodrigues
Emilli Lima da Silva Santos
Maria Emanuela Pereira da Silva
Suzy Silvestre Silva
Larissa Uchoa Melo
Samyra Paula Lustoza Xavier

SAÚDE DO ADOLESCENTE: IMPACTOS DO ABORTAMENTO EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.....	41
--	-----------

Filomena da Conceição Gomes Vieira
Antônia Nádia Nogueira Martins
Naiane da Silva Chagas

Geovana Ramos Lima
Kassia Milena Gomes de Souza
Larissa Uchoa Melo
Neuma Cunha Medeiros
Samyra Paula Lustoza Xavier

**PROJETO DE EXTENSÃO DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA
URCA-UDI.....53**

**DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DA
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EXPERIÊNCIA
PRÁTICA.....55**

Fernando Menezes Lima
Vitória Almeida Santos
Maria das Graças Mendes da Silva
Layla Raquel Alves da Silva
Shesley Pereira Silva
Rafael Aves Albuquerque
Lucas Neves e Sousa

**PROJETO DE EXTENSÃO JOVENS SOCORRISTAS
URCA-UDI.....73**

**JOVENS SOCORRISTAS: JOGO EDUCATIVO SOBRE
INTOXICAÇÃO EXÓGENA E ENVENENAMENTO PARA
ESCOLARES.....75**

Antonio Wellington Vieira Mendes
Andreza Vitor da Silva
Kadson Araujo da Silva
Tiago Ribeiro dos Santos
Agná Teixeira Braga
Kamila de Castro Morais
Riani Joyce Neves Nóbrega

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DE METODOLOGIAS
ATIVAS COM ADOLESCENTES NA ESCOLA: FERRAMENTA
PARA APRENDIZAGEM DE PRIMEIROS SOCORROS.....85**

Tiago Ribeiro dos Santos
Agná Teixeira Braga
Kamila de Castro Morais
Antonio Wellington Vieira Mendes
Kadson Araujo da Silva
Andreza Vitor da Silva
Riani Joyce Neves Nóbrega

**PROJETO CANAL SAÚDE ONLINE NO CUIDADO EDUCATIVO
COM AS JUVENTUDES - URCA-UDI.....95**

**JOVENS EM AÇÃO E O USO DAS FERRAMENTAS VIRTUAIS PARA
PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....97**

Maria Luiza Santos Ferreira
Maria Erica da Silva Oliveira
Vinicius Rodrigues de Oliveira
Maynna Juliana David de Carvalho Oliveira
John Carlos de Souza Leite
Natália Bastos Ferreira Tavares

**USO DE FÁRMACOS EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE A REPERCUSSÃO DE CONTEÚDOS DE
COMUNICAÇÃO PELO CANAL SAÚDE ON-LINE.....109**

Vinicius Rodrigues de Oliveira
Natália Bastos Ferreira Tavares
José Adelmo da Silva Filho
Aretha Feitosa de Araújo
Valéria Silva Araújo
Orbenia Vitor da Costa
Raimundo Augusto Martins Torres

PROJETO JUVENTUDE E SAÚDE - URCA-UDI.....123

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA:
RELATANDO VIVÊNCIAS.....125**

Ana Karoline Alves da Silva
Celena Pedrosa Cavalcante
Maria Neliane Saraiva Rabelo
Mayrla Sales
Yanca Carolina da Silva Santos
Marília Brito de Lima
Moziane Mendonça de Araújo
Herlys Rafael Pereira do Nascimento

**ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: VIVÊNCIA DAS AÇÕES
DO PROJETO DE EXTENSÃO JUVENTUDE E SAÚDE.....137**

Herlys Rafael Pereira do Nascimento
Antonia Tais Ramos da Silva
Antônio Samuel Silva Lins
Letícia Alves Marques
Lorena Pinheiro Braga
Marília Brito de Lima
Moziane Mendonça de Araújo

PROJETO MUSICAGEM - URCA-UDI.....151

A MUSICOTERAPIA NA ROTINA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO MUSICAGEM.....153

Leila Araújo da Silva
Isabela Rocha Siebra
Rachel Cardoso de Almeida
Francisco Diógenes Lima de Assis
Rozanny Gonçalves Fernandes
Nathylle Régia de Sousa Caldas
Amanda Pinheiro de Alencar
Cinthia da Silva Nascimento

PROJETO DE EXTENSÃO MUSICAGEM: UM APOIO ACADÊMICO E PESSOAL AOS EXTENSIONISTAS..... 165

Leila Araújo da Silva
Isabela Rocha Siebra
Rachel Cardoso de Almeida
Francisco Diógenes Lima de Assis
Rozanny Gonçalves Fernandes
Nathylle Régia de Sousa Caldas
Amanda Pinheiro de Alencar
Cinthia da Silva Nascimento

PROJETO COISA DE ADOLESCENTE: PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DE UM PODCAST - URCA-UDI.....175

CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES ESCOLARES SOBRE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E MAMA.....177

Paloma Loiola Leite
Francisco Ayslan Ferrreira Torres
Anne Alice Lucena Alves
Marina da Silva dos Santos
Lanna Kaline Oliveira Meneses
Elias Nelson da Silva Morais
Marianna Magalhães Alves
Lucas Dias Soares Machado

PROJETO DANÇA DE SALÃO NO ESPAÇO ACADÊMICO URCA-UDI.....191

DIFICULDADES DO ENSINO DE DANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....193

João Paulo Holanda da Silva
Nárgila Mara da Silva Bento

PROJETO FUTSAL - VAMOS BRINCAR! - URCA-UDI.....207

FUTSAL, VAMOS BRINCAR?.....209

Naildo Santos Silva
Kaio Wallace Gomes de Anselmo
Francisco Cleyvan da Silva Lucas
Rauanne Mendonça Andrade

PROJETO DE NATAÇÃO INFANTIL - URCA-UDI.....221

**ÍNDICE NUTRICIONAL DE PRATICANTES DE UM PROJETO
DE NATAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI.....223**

João Paulo Holanda da Silva
Sara Aquino dos Santos
Gabriela Santos Moreira
Rafaela Santos Moreira
Ana Mariza de Carvalho
Luana Uchôa Nogueira
Lígia Raianne da Silva Moura

SOBRE OS ORGANIZADORES.....233

SOBRE OS AUTORES.....235



Projeto de Extensão Educação em Saúde e Sexualidade

O projeto visa interligar um conjunto de ações direcionadas a graduandos da própria universidade, sobretudo, para que estes desempenhem um papel de protagonistas, disseminadores de conhecimento e autonomia sobre as relações vividas, possibilitando que os sujeitos compreendam tais questões e levem, para seu meio, reflexões sobre valores socioculturais, além de relacionar as diferentes manifestações da sexualidade e cidadania de forma dinâmica e participativa.

A sua elaboração nasceu da percepção da existência de um déficit ao se tentar discutir essas temáticas dentro da universidade, muitas vezes por falta de conhecimento, vivência e pudor em relação às variáveis existentes.

Neste sentido, o projeto tem por objetivo propiciar conhecimento e vivências no campo da educação em saúde, sexualidade e suas vertentes aos acadêmicos de enfermagem, possibilitando que os sujeitos se tornem futuros profissionais mais capacitados nesse ramo de discussão.



A FOTOGRAFIA COMO RECURSO MEDIÁTICO PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*David Ederson Moreira do Nascimento
Samara Calixto Gomes
Bruno Ferreira Freire Andrade Lira
Tamires Alves Dias
Stéffane Costa Mendes
Antonia Sayonara Ferreira Silva
Carolaine da Silva Souza
Maria Vanessa Nogueira Peixoto*

INTRODUÇÃO

Atualmente um dos maiores compromissos e desafios do Sistema Único de Saúde (SUS) é fomentar a prática permanente de ações educativas em saúde, assumindo como eixo principal o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, além da melhoria na qualidade de vida e saúde da comunidade assistida. Tendo em vista a relevância dessas ações, estas devem se iniciar ainda na graduação, oportunizando o contato dos acadêmicos junto a situações cotidianas e seus distintos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e espirituais (GALVÃO, 2016).

Machado e Wanderley (2018) ressaltam que ações educativas em saúde devem ser alicerçadas na interação dos atores envolvidos, tendo propostas acessíveis, de fácil entendimento e baseadas em necessidades reais de saúde, projetando dessa forma possibilidades para transformações significativas na qualidade de vida, oportunizando a produção de novos conhecimentos coletivos, estímulo ao diálogo, a indagação, a reflexão, o questionamento e a ampliação de horizontes para a participação social.

Nesse contexto, a sexualidade se insere, sobretudo, como um elemento estruturador, que envolve processos culturais e históricos. Cabe ressaltar que as constantes transformações sociais modificam também a maneira como deve ser promovida a educação nesse campo, já que em geral existe um manto de tabus e dificuldades ao abordar aspectos relacionados ao assunto. Frente a isso, a enfermagem enquanto ciência pode intervir mediante o desenvolvimento de ações e tecnologias de promoção da saúde sexual, assim produzindo uma troca satisfatória entre os sujeitos envolvidos (BRASIL, 2010; SOUZA, 2017).

É importante destacar que a sexualidade está presente em todos os campos, todo ser humano vive e cresce desenvolvendo sua sexualidade a partir das mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento, tais como o crescimento e amadurecimento do corpo, as práticas sexuais e reprodutivas, a orientação sexual, os vínculos amorosos, entre outras mudanças. Desse modo, a educação sexual deve ser discutida e desenvolvida como um elemento essencial à saúde, independente das relações desenvolvidas pelo indivíduo, e até mesmo da vivência ou não de uma educação sexual opressora e conservadora no eixo familiar (MIRANDA *et al.*, 2017).

A educação sexual é um processo complexo e objeto de múltiplos entendimentos, podendo ocorrer, frequentemente, de modo não intencional por meio de discursos familiares, religiosos, midiáticos, entre outros. Outra maneira é a intencional, quando ocorre o plane-

jamento e organização profissional sobre o que pretende se informar. Nesse contexto, a fotografia apresenta-se como uma nova possibilidade, e a imagem mediada pela fotografia é um recurso pouco explorado para se promover saúde, entretanto, esta pode contribuir de modo eficaz em inúmeras descobertas e reflexões (GALVÃO, 2016; BARELLA, 2016).

Esse instrumento pode ser propício e inovador para a educação sexual, ajudando na desconstrução de tabus, além de contribuir como uma modalidade artística capaz de estimular a integração de indivíduos de maneira lúdica, criativa e atraente. A observação da fotografia pode permitir que coisas esquecidas ou nunca vistas sejam percebidas, educando o sujeito para a imaginação e para um olhar multifacetado que vai além da imagem que se tem naquele momento (MACHADO; WANDERLEY, 2018).

A fotografia pode ir além de uma simples imagem, contribuindo como recurso mediático na percepção de detalhes, observação de expressões, detecção de problemas e soluções. Assim, cabe ressaltar que é possível retratar através das fotos uma diversidade de temas relacionados à sexualidade (MIRANDA *et al.*, 2017).

Diante do exposto, o projeto de extensão universitária, intitulado Educação em Saúde e Sexualidade (PESS), oportunizou o desenvolvimento de ações de educação em saúde envolvendo a sexualidade, as metodologias de intervenção coletiva e os processos didáticos, as quais foram aplicadas com intuito de desmistificar esse universo. As fotografias foram utilizadas como meio lúdico para trabalhar questões de corpo e autoimagem, diversidade sexual, violência sexual, violência contra a mulher, abuso sexual infantil, vulnerabilidades, identidade de gênero e orientação sexual.

Neste sentido, o presente estudo relata a experiência acadêmica vivenciada no desenvolvimento de ações educativas em saúde sobre sexualidade fazendo uso da fotografia como um recurso mediático.

MÉTODO

Este estudo é descritivo, de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, elaborado a partir da vivência de uma ação educativa desenvolvida por integrantes do projeto de extensão PESS, pertencente ao curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA), Unidade Descentralizada de Guatu (UDI).

O projeto adotou uma metodologia problematizadora com foco na abordagem educativa, dando visibilidade à crítica sobre os elementos retratados nas fotografias, além de considerar os problemas do cotidiano para a construção de hipóteses que busquem soluções. As ações oportunizaram momentos de construção coletiva por significação, nos quais as diferentes situações da realidade observada e vivida são compartilhadas entre os participantes, democratizando saberes, experiências e discussões sobre educação em saúde.

A experiência foi embasada na elaboração de ações que utilizaram a fotografia como recurso mediático para educação em saúde. As atividades ocorreram no mês de dezembro de 2019, com participação do corpo estudantil da URCA e demais visitantes.

A organização foi feita em quatro etapas, sendo estas: registros fotográficos e edição; classificação das fotografias em eixos temáticos; exposição do material obtido; e, por fim, uma discussão sobre a percepção dos participantes acerca das temáticas retratadas através das imagens em exposição.

Todas as atividades foram desenvolvidas pelos integrantes do projeto de extensão, com intuito de, por meio da fotografia, discutir assuntos polêmicos e problemáticos, objetivadas em desconstruir tabus e dar ênfase para a proteção da vida humana. Tais sujeitos também foram os protagonistas nas fotografias expostos, tendo, neste cenário, a possibilidade de participar integralmente das etapas propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão dispostos em forma de relato de experiência e discutidos conforme a literatura científica pertinente ao tema em evidência.

Faz-se necessário pontuar que ainda existem muitas implicações nas discussões sobre sexualidade com ênfase para os temas de identidade de gênero e orientação sexual. É pertinente a delimitação de estratégias que permitam ultrapassar as barreiras dessas discussões, haja vista que na contemporaneidade há uma luta persistente para a desconstrução de preconceitos existentes (BORGES *et al.*, 2020).

É necessário, quando dentro destas discussões, enfatizar que o Brasil é o país líder em violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Dia após dia, a diversidade vem sendo massacrada, e muitas vezes este cenário é invisibilizado, tanto na sociedade quanto na academia (OLIVEIRA, 2020).

Souza e Feliciano (2017) corroboram pontuando que o Brasil enfrenta, desde muito tempo, um cenário violento frente à diversidade de pessoas, e que infelizmente são insuficientes as ações realizadas na prerrogativa de amenizar tais danos. As violações são diversas, desde as agressões verbais até a morte de seres humanos, que por vezes sequer chegam ao conhecimento da justiça brasileira. Percebe-se assim mais uma falha de um sistema de proteção que aparentemente vem se deteriorando com o passar dos anos.

Os crimes sexuais têm ocupado muitos espaços, a exemplo de escolas e redes de internet, fazendo com que cada vez mais as pessoas estejam vulneráveis e desprotegidas. Enfatiza-se, também, as mulheres que são vítimas não somente do sexismo histórico da humanidade, mas também de crimes sexuais violentos, contra o corpo e a mente, em locais que deveriam ser percebidos como “seguros”, em casa ou no trabalho (ROITBERG; SILVA, 2017; VENTIMIGLIA; MENEZES, 2020).

Nesse sentido, a extensão universitária faz parte de um processo interdisciplinar, cultural e científico que promove a interação transformadora entre universitários e/ou outros setores da sociedade. Nesse contexto, o projeto PESS desempenha suas ações dentro do campo da educação, com ênfase na educação sexual, aplicando metodologias de intervenção coletiva e processos didáticos que evidenciem discussões, reflexões e desmistificações sobre temas diversos que geralmente se expressam como problemas sociais (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, o principal direcionamento desse projeto é ampliar a visão dos acadêmicos, restituindo o empoderamento e a autonomia. É fundamental ampliar a abordagem para outras dimensões que contemplem a saúde sexual, já que em geral os profissionais sentem dificuldades de abordar os aspectos relacionados a esse assunto. Diante da problemática, torna-se pertinente a abertura de espaços que utilizem metodologias inovadoras, dentre elas a fotografia, com o intuito de que estes se tornem futuramente profissionais mais capacitados e sensibilizados em relação aos assuntos propostos.

A fotografia torna-se um dos meios mais eficazes em transmitir ideias e conhecimentos, gerando saberes com base nas informações contidas em uma única imagem. É interessante compreender que a imagem é repleta de significados que variam de acordo com a percepção de quem a reproduz, pois, por meio da imagem, seja ela fixa ou em movimento, o homem pode reinventar, acrescentar e interpretar de maneiras diversas (BRAS *et al.*, 2016).

Os modos como a humanidade usa as imagens para recriar ou interpretar reproduzir o visível. Imagem é comunicação e comunicação é transmitir informação que por sua vez gera conhecimento e atende a interesses específicos conforme a sua finalidade. (BRAS *et al.*, 2016)

Focando na fotografia, objeto deste estudo, está ela relacionada diretamente à didática e à informação. Nesse sentido, sua finalida-

de consiste em reproduzir visualmente determinado acontecimento, surpreendendo o espectador que, movido por uma série de sentimentos, tenta decifrar o conteúdo que a imagem visualizada se propõe a transmitir (MACHADO; WANDERLEY, 2018).

Em vista disso, as atividades promovidas pelo projeto proporcionaram momentos de aprendizado e construção de pensamento crítico nos discentes, principalmente acerca das temáticas que foram problematizadas, ao tempo que contribuíram para a assimilação com o conteúdo teórico explanado pelo projeto de extensão. Logo, consideram-se momentos como esses de extrema relevância para a formação profissional do Enfermeiro, pois permite o amadurecimento profissional diante de abordagens ainda pouco difundidas.

Barbosa (2017) corrobora ao trazer, em seu estudo, que o ato de fotografar deve ser utilizado como método de ensino, pois ele trará diversas reflexões, desde a percepção do fotógrafo até a análise pelo olhar de uma segunda pessoa que somente visualiza a imagem, visto que esse indivíduo também descreverá suas sensações e sentimentos sobre o universo que a imagem representa.

Observa-se, ainda, que a fotografia tem sua aplicação possível em diversos contextos da atenção em saúde. Assegura-se, inicialmente, que a imagem fotográfica facilita a aquisição do conhecimento por conter um teor lúdico, colaborando com a humanização desse interpretante e futuro profissional, o que poderá facilitar ações mais humanizadas na área da saúde, além de possibilitar uma educação do olhar, incentivando a criticidade para o mundo (GALVÃO, 2016; BARELLA, 2016).

A exibição por intermédio das imagens, de temáticas acerca da diversidade e violências, possibilitou a observação através de outro ângulo, despertando um impacto e desconstrução de tabus nos participantes. Vale ressaltar que todas as cenas retratadas nas fotos tiveram a participação dos integrantes do projeto, o que gerou um maior interesse e empatia por parte dos observadores da exposição.

Desse modo, foi possível promover a saúde sexual e reconhecer a universalidade dos direitos sexuais. Essa ótica é capaz de gerar abordagens positivas sobre as diversidades, promovendo uma troca de saberes satisfatória, que não se limitem às questões reprodutivas (VILLELA, 2015).

A vivência dessa experiência proporcionou a possibilidade da utilização da fotografia como recurso didático, funcionando como um atrativo, desconstruindo o uso exclusivo da linguagem escrita e, nesse processo, conduzindo os discentes a novos conhecimentos.

Ao se falar sobre comunicação ou educação, comumente, a primeira ideia remete à linguagem verbal ou escrita. Contudo, quando se fala de cuidar ou se promover saúde, é importante o uso de outros meios para expressão de sentimentos e mensagens, a exemplo da linguagem não verbal (AYRES, 2014; VILLELA, 2015; SPAGNOLI, 2017).

É fundamental ampliar a abordagem para outras dimensões que contemplem a saúde sexual, já que em geral os profissionais sentem dificuldades de abordar os aspectos relacionados ao assunto. Neste sentido, a fotografia apresentou-se como ferramenta útil para mostrar as implicações indiretas da assistência de enfermagem, que vão além das intervenções físicas e/ou farmacológicas dispensadas aos pacientes.

Ressalta-se a relevância dessa ação mediante a ampliação da visão dos acadêmicos, restituindo o empoderamento e a autonomia sobre as diversas vertentes abordadas nos temas. Momentos como o dessa experiência tornam-se extremamente relevantes para a vivência acadêmica a fim de orientar os futuros enfermeiros quanto às suas competências, estimulando-os a uma postura centrada no conceito holístico de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a experiência relatada, reitera-se que ações como esta são de fundamental importância para todos os envolvidos, tendo em vista o compartilhamento de ideias, convicções e conhecimento, podendo haver a desconstrução de paradigmas e a criação de vínculo com a comunidade acadêmica no geral, o que serve de apoio e intensifica o papel da saúde junto aos problemas sociais e de saúde.

Em função disso, sugere-se o estímulo ao desenvolvimento de mais ações voltadas às temáticas abordadas, principalmente envolvendo o uso da fotografia como ferramenta metodológica, a fim de favorecer uma ampliação na maneira como se promove a educação e prevenção da saúde, em específico no campo da sexualidade, com vistas a garantia dos direitos à saúde e vida da população.

REFERÊNCIAS

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v. 8, n. 14, 2014.

BARBOSA, L. C. A.; PIRES, D. X. O uso da fotografia como recurso didático para a educação ambiental: uma experiência em busca da educação problematizadora. **Rev. Experiências em Ensino de Ciências**, v. 6, p. 69-84, 2017.

BARELLA, G. M.; ILKIU, J. B.; EHLERS, R. Fotografia como meio de comunicação. **Rev. Ação Odonto**, v. 1, p. 134-145, 2016.

BORGES, M. R. B. et al. Avaliação da implementação do plano nacional de saúde integral LGBT: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 9, n. 11, p. 1-20, 2020.

BRAS, A. J. S. et al. Imagem fotográfica como fonte de informação. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 15, n. 1, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2010.

GALVÃO, M. T. G. et al. Uso da fotografia no processo do cuidar: tendências das ações de enfermagem. **Rev. Ciencia y Enfermeria**, v. 19, n. 13, p. 31-39, 2013.

MACHADO, A. G. M.; WANDERLEY, L. C. S. **Educação em Saúde**. Manual da Especialização em Saúde da Família, UNA-SUS, UNIFESP, 2018.

MIRANDA, C. P. V. et al. Educação em saúde e sexualidade: experiência com adolescentes do programa de erradicação do trabalho infantil. **SANARE**, v. 16, n. 02, p. 103-108, 2017.

OLIVEIRA, J. M. D. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2019**. Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1 ed. Salvador: Editora do Grupo Gay da Bahia, 2020.

ROITBERG, J. SILVA, L. M. Entre políticas públicas e demandas contemporâneas de gênero e sexualidade: disputas políticas no campo da educação. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, Nova Iguaçu, v. 2, n. 1, p. 76-96, 2017.

SOUZA, R. A. et al. Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. **Rev. Psicol. Pesq.**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, 124-132, 2017.

SOUZA, W. B. F.; FELICIANO, C. A. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBT: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Geo Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 121-140, 2020.

SPAGNOLI, G. S. Arte e ação: iluminando novos caminhos para a Enfermagem. **Hist. Enferm Rev. Eletronica**, v. 14, n. 1, p. 234-254, 2017.

VENTIMIGLIA, R.; MEZES, A. B. **LGBTfobia na escola**: possibilidades para o enfrentamento da violência. 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

VILLELA, W. Práticas de saúde, gênero e prevenção de HIV/AIDS. **Anais do II Seminário Saúde Reprodutiva em Tempos de AIDS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2015.



O projeto tem como propósito promover ações que favoreçam a melhoria na saúde, bem como estimulem o exercício da cidadania de crianças e adolescentes no cenário escolar, a partir da utilização de diferentes estratégias e/ou técnicas que dinamizem e facilitem o aprendizado de forma lúdica e estimulante.

A idealização desse projeto parte do pressuposto de que o compartilhamento das informações é uma das condições mais importantes para a construção de uma cidadania verdadeira. O uso de atividades lúdicas para debater temas sobre a saúde e cidadania podem estimular a criança e o adolescente a participar ativamente enquanto protagonista da sua saúde e de se desenvolver ativamente como ser social.

Dentre os temas que são trabalhados, estão: 1 - Saúde: Higiene Bucal e corporal; Alimentação saudável; Exercícios físicos; O processo de adolescer (maturação sexual; ciclo menstrual; gravidez na adolescência; aborto; Infecções sexualmente transmissíveis (IST); Prevenção ao uso de drogas; Primeiros Socorros; 2 - Cidadania: Cultura de Paz; Raças e Etnias; Higiene e Segurança na Escola; Preservação do Patrimônio Escolar; Direitos Humanos; Trabalho Infantil; Violência; Amizade; Solidariedade; Apoio aos portadores de necessidades especiais, idosos; Tolerância religiosa; Proteção ao meio ambiente; Família; A importância dos estudos.



TRABALHO INFANTIL: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DAS CRIANÇAS

*Letícia Lorrayne P. de Souza
Andressa Neves dos Santos
Emanuely Alves Rodrigues
Emilli Lima da Silva Santos
Maria Emanuela Pereira da Silva
Suzy Silvestre Silva
Larissa Uchoa Melo
Samyra Paula Lustoza Xavier*

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como violência, uma vez que priva as crianças de sua infância, qualidade de vida e dignidade, o que é prejudicial para seu desenvolvimento físico e psicológico, especialmente quando são envolvidas em atividades perigosas e exploração comercial e sexual, colocando em risco sua saúde, segurança e desenvolvimento moral (BRASIL, 2018).

Destaca-se que todo trabalho realizado por crianças que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é executada, possa prejudicar o seu desenvolvimento físico, psicológico, social e moral, enquadra-se na definição de trabalho infantil e é proibida para pessoas com idade abaixo de 18 anos (SANTOS *et al.*, 2020).

O emprego imaturo é uma violação dos direitos das crianças, como um impedimento no desenvolvimento infantil, uma vez que

sua existência, no Brasil e no mundo, sempre esteve relacionada à pobreza e à instabilidade familiar (SANTOS *et al.*, 2020).

Segundo a OIT, 352 milhões de crianças e adolescentes trabalhavam no mundo no ano 2000, das quais 246 milhões comprometidas na definição de crianças (idades entre 5 e 14 anos). Destas, cerca de 171 milhões encontravam-se em atividades denominadas como piores formas de trabalho infantil. As características da inserção das crianças e adolescentes no trabalho variam entre as regiões, entre os grupos étnicos, entre sexo e segundo área urbana e rural (NOBRE, 2003).

No Brasil, no período de 1992 e 2011, houve redução em 56% do Trabalho Infantil, e entre 2009 e 2011, mais de 597 mil crianças deixaram atividades laborais em todo o território nacional. Entretanto, de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAD) de 2012, 3,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade continuam sujeitas ao trabalho infantil. Segundo a pesquisa, essa população é composta por aproximadamente 81 mil crianças na faixa etária entre 5 e 9 anos de idade e 473 mil, entre 10 e 13 anos. Em todas as faixas etárias os meninos são maioria (IBGE, 2012).

No Brasil, o trabalho infantil é um fenômeno social que se repercute fortemente e vem afetando o desenvolvimento intelectual e social de uma grande parcela de crianças e adolescentes. A questão da infância pobre torna-se objeto de preocupação e discussão entre os diversos estudiosos e doutrinadores, pois o início desse problema vem de uma força de trabalho urbana e com uma visão de preconceitos e representações negativas sobre as classes populares. As crianças são vistas como vítimas do abandono ou de famílias desorganizadas e incapazes de proporcionar estudos e uma infância pura aos seus, sendo obrigados a trabalhar para conseguir muitas vezes o seu sustento e ajudar os adultos de seu núcleo familiar (SILVA, 2017).

O termo trabalho infantil é utilizado rotineiramente na literatura econômica, no entanto, há diversas distinções entre trabalho infantil e exploração de mão de obra infantil. Uma diferenciação é

que atividades como ajudar nos afazeres domésticos, em lojas etc. são consideradas trabalho infantil, mas não exploração da mão de obra infantil. A exploração configura-se quando a atividade desempenhada por uma criança ocorre de forma regular, gerando renda para o próprio sustento e da família, convencionou-se chamar de trabalho infantil toda atividade de exploração da mão de obra infantil (NICOLELLA *et al.*, 2008).

Apesar da existência de fatores culturais ligados ao trabalho infantil, o principal motivo associado ao trabalho das crianças é a baixa renda per capita familiar. Pais que não possuem a capacidade de arcar com o mínimo necessário para suprir a subsistência da família se veem obrigados a inserir suas crianças no mercado de trabalho. A entrada precoce no mercado aumenta a probabilidade de o indivíduo relatar pior estado de saúde (NICOLELLA *et al.*, 2008).

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de conhecer quais as consequências que o trabalho infantil e seu impacto na vida das crianças e discutir sobre algumas possibilidades para reduzir essas atividades ilegais no nosso país.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo descrever, com base em evidências científicas, quais os impactos que o trabalho infantil provoca na qualidade de vida e na saúde das crianças.

MÉTODO

Refere-se a uma revisão narrativa da literatura que, para garantir o rigor metodológico, seguiu as determinadas etapas: (1) escolha do tema e questão norteadora; (2) determinação dos descritores em Ciências da Saúde (DeCS); (3) pesquisa no banco de dados, filtragem com critérios de inclusão e exclusão; (4) leitura e interpretação dos artigos; (5) análise dos resultados; e (6) elaboração da revisão (ROTHER, 2007).

Considerando o objetivo da pesquisa, definiram-se como descritores em ciências da saúde (DeCS) os termos: Crianças, Trabalho Infantil, Qualidade de Vida e Saúde, que precederam as buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

O processo de busca permitiu encontrar 346 publicações, das quais, a partir da aplicação dos filtros disponível em formato completo, documento do tipo artigo, nos idiomas inglês, espanhol e/ou português, obteve-se uma amostra de 337 artigos.

Procedeu-se então a leitura dos títulos e resumos, dos quais foram excluídos 317 estudos por não abordarem o tema na perspectiva deste estudo. Os 20 artigos foram lidos na íntegra, e destes, excluíram-se sete estudos que não responderam à questão de pesquisa, perfazendo assim um total de 13 artigos que compuseram esta análise.

RESULTADOS

O Quadro 1 a seguir apresenta os dados bibliográficos dos 13 artigos selecionados para a construção desta revisão.

Quadro 1 – Dados bibliográficos dos artigos.

Autor	Título	Ano
Ministério da Saúde	Trabalho Infantil nos ODS*	2017
Pimenta <i>et al.</i>	Repercussões do Trabalho na Saúde dos Adolescentes Trabalhadores	2011
Vilani	A questão do Trabalho Infantil: Mitos e Verdades	2007
Ministério da Saúde	Piores Formas de Trabalho Infantil Boas Práticas em Comunicação um Guia para Fontes de Informação	2007
Ministério da Saúde	O Trabalho Infantil nos Principais Grupamentos de Atividades Econômicas do Brasil	2016
Nicolella <i>et al.</i>	O Impacto do Trabalho Infantil no Setor Agrícola Sobre a Saúde	2008

Ministério da Saúde	III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador	2019
Santos <i>et al.</i>	Construção de Fluxograma para Encaminhamentos e Atendimentos de Casos e Trabalho Infantil na 5a Regional de Saúde do Estado do Paraná	2020
Prebianchi <i>et al.</i>	Medidas de Qualidade de Vida para Crianças: Aspectos Conceituais e Metodológicos	2003
Silva	Trabalho Infantil no Brasil: Sua História e Os Instrumentos de Proteção	2017
Paganinni	Os Impactos do Trabalho Infantil para a Saúde da Criança e do Adolescente	2014
Nobre	Trabalho de Crianças e Adolescentes: os Desafios da Intersetorialidade e o Papel do Sistema Único de Saúde	2003
Ministério da Saúde	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança	2018

Legenda: ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O trabalho infantil compromete, de forma significativa, o crescimento e o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, seja ele físico, sensorial, cognitivo e psicológico. Além disso, prejudica seu rendimento escolar e o convívio em sociedade (BRASIL, 2018).

Conforme os artigos analisados, o trabalho na infância acarreta consequências prejudiciais à saúde e à qualidade de vida das crianças, dentre elas, a evasão escolar, a baixa autoestima, o amadurecimento precoce, a falta de tempo para atividades de lazer, são algumas situações de impacto negativo na vida da criança em longo prazo (SANTOS *et al.*, 2020).

No tocante ao desenvolvimento físico, o sistema osteomuscular é prejudicado, ocasionando deformações ósseas e dor na coluna vertebral. Já no sistema respiratório, sua ventilação pulmonar é reduzida, causando maior absorção de substâncias tóxicas. A visão se torna menor, ocasionando mais acidentes de trabalho, além de ocorrer maior sensibilidade a ruídos, provocando doenças como perda auditiva induzidas por ruído (BRASIL, 2017).

É essencial assegurar que as crianças tenham um padrão de vida que lhes permita os desenvolvimentos físico, mental e social adequados. Mais especificamente, a noção de qualidade de vida pode representar um padrão para julgar o impacto sobre as crianças de quaisquer condições em que elas se encontrem (física, social, ambiental) e os esforços das políticas, distribuição de recursos e intervenções para garantir o desenvolvimento infantil saudável (PREBIANCHI, 2003).

Os acidentes de trabalho acontecem com mais frequência entre crianças menores de 16 anos, e é cerca de seis vezes maior que em adultos (BRASIL, 2018). É indispensável à adesão de medidas efetivas pelo governo brasileiro para conduzir a erradicação das chamadas piores formas de emprego imaturo (VILANI, 2007). Ainda podem ser citados malefícios imediatos e, muitas vezes, irreversíveis que colocam sua vida em risco, como os casos de acidentes de trabalho, que vitimaram, entre 2007 e 2017, 40.849 meninos e meninas, dos quais 24.654 foram graves. Outras 236 crianças e adolescentes perderam a vida nesse período (SANTOS *et al.*, 2020).

O trabalho infantil ainda provoca efeitos negativos no desenvolvimento educacional, impedindo-o de se dedicar às suas atividades extracurriculares, lúdicas e sociais próprias para a idade, afastando-se de seus pais e familiares, bem como sendo responsável pelo atraso escolar. Esses danos são de difícil superação, uma vez que existe um tempo certo para vivenciar cada etapa de seu crescimento (PIMENTA *et al.*, 2011).

O trabalho infantil acarreta consequências profundas na vida das crianças e adolescentes, porém, a percepção dos reflexos dessa prática é em longo prazo, o que dificulta a compreensão das pessoas frente a esse problema. Esse ingresso precoce da criança e do adolescente para o trabalho se dá por diversos fatores, sendo eles a pobreza, a escolarização dos pais ou responsáveis, o tamanho e a estrutura da família, idade em que os pais ou responsáveis começam a trabalhar, o

local de residência, o desemprego adulto, os mitos culturais arraigados na sociedade, bem como os fatores individuais, como querer ter seu próprio dinheiro e liberdade (PAGANINI, 2014).

O trabalho infantil pode trazer muitas consequências para a criança e o adolescente, em especial os prejuízos para sua saúde. Assim sendo, para que haja o combate a tais violações, faz-se necessário um trabalho conjunto entre a família e a sociedade como modo de lhes proporcionar maior qualidade de vida, o direito de ser criança e adolescente.

Em toda sua extensão e profundidade, as consequências sociais, psíquicas e físicas do trabalho infantil, tanto para a criança quanto para a família, justificam plenamente ser colocado de pronto como objeto da saúde coletiva (NOBRE, 2003).

DISCUSSÃO

A prática de atividades realizada por crianças vem sendo enraizada ao longo da evolução histórica da sociedade brasileira, dentre os diversos períodos históricos em que havia uma divisão de tarefas e, na maioria das vezes, a inclusão prematura das crianças na atividade laboral, condicionada a uma complexa relação de fatores políticos, econômicos e culturais (SILVA, 2017).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é aquele realizado em condição de liberdade, equidade, segurança e dignidade, com respeito aos direitos dos trabalhadores, remuneração justa e proteção social para quem trabalha e sua família. Por essa definição, é possível avaliar o quanto o trabalho infantil vai à contramão do trabalho decente. Crianças e adolescentes submetidos ao trabalho fora da idade adequada têm menos chance de escolarização e de profissionalização, o que impacta suas vidas futuras, uma vez que não terão qualificação suficiente para alcançar melhores postos de trabalho e maior renda na vida adulta (BRASIL, 2017).

O trabalho infantil é descrito como toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida. Este tipo de atividade pode promover efeitos negativos, comprometendo, em curto e médio prazo, o seu crescimento e desenvolvimento (físico, sensorial, cognitivo e psicológico), além da privação do acesso à escola (ou a um bom rendimento escolar) e ao convívio em sociedade.

O trabalho infantil ocorre em praticamente todas as atividades econômicas desenvolvidas no país (BRASIL, 2016). Crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao narcotráfico, à exploração sexual e a condições análogas à escravidão, dentre outras atividades classificadas como as piores formas de trabalho infantil, revelam a persistência de uma mentalidade perversa no país, capaz de negar a condição de ser humano às novas gerações (BRASIL, 2019).

Convencionou-se chamar de trabalho infantil toda atividade de exploração da mão de obra infantil. A exploração configura-se quando a atividade desempenhada por uma criança ocorre de forma regular, gerando renda para o próprio sustento e da família (NICOLELLA, 2008).

Tendo em vista as causas estruturais do trabalho infantil, a exploração por meio do trabalho, a pobreza, as desigualdades sociais, a lógica das relações sociais e trabalhistas, a intersectorialidade aplicada no planejamento estratégico de cada setor envolvido aumenta as chances de uma reformulação dos processos de trabalhos e redistribuição de poder (SANTOS *et al.*, 2020).

Em circunstâncias especiais, admite-se o trabalho para os que estão com idade entre 14 e 16 anos, porém, na condição de aprendizes, inseridos em um programa de formação técnico-profissional, ministrado conforme as diretrizes e bases da legislação nacional. Esta passou a regulamentar a contratação de aprendizes; ampliaram-se os direitos, garantindo-lhes um maior grau de escolaridade, formação profissional, vínculo empregatício e condições laborais compatíveis com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico (PIMENTA, 2011).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Art. 67, Capítulos I, II III e IV – trata da proibição do trabalho penoso, realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente, e ainda daquele praticado em horários e locais que não permitam a frequência à escola (PAGANINI, 2014).

A ideia de trabalho na juventude é descrita sob uma perspectiva de uma atividade que venha a agregar benefícios na vida do aprendiz, o que, em muitos casos, é diferente do cenário de trabalho infantil que é evidenciado na sociedade atualmente. Em diversas situações, as crianças são privadas de seus direitos e submetidas a condições de trabalho impróprias e ilegais.

Na condição de aprendiz, o trabalho das crianças tem sido legitimado, mas, frequentemente, prevalece o aspecto produtivo sobre o educativo, além de nem sempre haver condições apropriadas de saúde e segurança no trabalho (PIMENTA, 2011).

Estudos relatam que a ação da mídia em associação ao tema tem um grande significado no que se expõe ao esclarecimento dos indivíduos, principalmente, quando há empenho na prevenção e erradicação de exploração de crianças e adolescentes. Outra relevante atribuição dos recursos de comunicação relaciona-se ao acompanhamento da execução das diretrizes legais, encorajando o poder público a construir medidas de emergências para a extinção do problema, prevista no artigo 10 da Convenção 182 da OIT (BRASIL, 2007).

Ao analisar o contexto histórico, observa-se que precisos 106 anos passaram, e suas previsões foram exitosas. O direito da criança evoluiu, as sociedades possuem conhecimento suficiente para debater o assunto e proporcionar melhorias e proteção ao menor explorado, muito já foi conquistado, mas ainda não é o suficiente, pois, a cada novo direito adquirido, surgem novas histórias de exploração; a cada conquista adquirida, novos problemas são vislumbrados e assim continua a batalha contra a exploração do trabalho infantil. O direito da

criança e do adolescente deve ser visto por todos como uma luta diária, até não se encontrar mais indícios de explorações (SILVA, 2017).

É direito de toda criança viver sua infância, ter acesso à educação, saúde e alimentação. Muito já foi conquistado ao longo de anos de lutas, contudo, existem inúmeras outras barreiras a serem superadas diariamente. Um país justo é um país onde nenhuma criança precise trabalhar para poder comer ou para ter onde dormir. Quando é dado o direito aos pais de maiores oportunidades e melhores condições de trabalho, também estará sendo garantido aos seus filhos a oportunidade de uma vida digna. Todo dia é dia de lutar contra o trabalho infantil, vamos plantar hoje o futuro das nossas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho infantil é uma violação dos direitos da criança, bem como uma barreira para o seu desenvolvimento infantil. Dentre as suas diversas consequências estão os danos à saúde física e mental, evasão escolar, desemprego adulto, acidentes de trabalho, jornada abusiva, remuneração muito baixa ou inexistente, serviços prestados em condições de risco elevado e sob situações de semiescravidão.

O trabalho infantil é tanto promotor como consequência da pobreza, num ciclo vicioso e intergeracional. É promotor porque impede que meninos e meninas se desenvolvam de forma plena e protegida e que, quando adultos, tenham um trabalho decente. É consequência porque cristaliza a exclusão social, mantendo indivíduos e famílias em situação vulnerável.

Os órgãos públicos, as fundações, instituições e organizações cumprem seu papel, fiscalizam, ajudam as famílias, capacitam os jovens para que, com o passar dos anos, a lista das piores formas de trabalho infantil não seja mais uma realidade.

É importante reforçar a necessidade do investimento concomitante na promoção do trabalho decente e no enfrentamento do trabalho infantil. Eles são opostos e por isso podem gerar um ciclo virtuoso ou um ciclo vicioso, a depender das prioridades conferidas pelo governo

à questão do trabalho e seus aspectos protetivos e promotores de direitos, inclusive o direito de não trabalho para meninas e meninos.

Para que esse cenário seja transformado, faz-se necessário que haja um trabalho conjunto com a participação de toda sociedade, na fiscalização, execução e controle das políticas públicas direcionadas à erradicação do trabalho infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Trabalho Infantil nos ODS. Brasília, Outubro 2017.

BRASIL. III Plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, 2019.

BRASIL. Piores formas de trabalho infantil, Maio, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, Brasília, 2018.

BRASIL. O trabalho infantil nos principais grupamentos de atividades econômicas do Brasil, 2016.

IBGE. Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000847310412>.

NICOLELLA, A. C.; KASSOUF, A. L.; BARROS, A. L. M. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **RESR.**, Piracicaba, SP, v. 46, n. 03, p. 673-701, 2008.

NOBRE, L. C. C. Trabalho de crianças e adolescentes: Os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. **Ciências & Saúde Coletiva.**, v. 8, n. 4, p. 971, 2003.

PAGANINI, J. **Os impactos do Trabalho Infantil para a Saúde da Criança e do Adolescente**. Programa de pós-graduação em direito-Mestrado e Doutorado. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea VII Mostra de Trabalhos Jurídicos, 2014.

PIMENTA, A. A.; FREITAS, F. C. T.; HELENA, M.; MARZIALE, P.; ROBAZZI, M. L. C. C. Repercussões do trabalho na saúde dos adolescentes trabalhadores. **Acta Paul Enferm.**, v. 24, n. 5, p. 701-6, 2011.

PREBIANCHI, H. B. P. Medidas de qualidade de vida para crianças: aspectos conceituais e metodológicos. **Psicologia: Teoria e Prática.**, v. 5, n. 1, p. 57-69, 2003.

PNAD. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional. Rio de Janeiro. IBGE, 2016.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, Jun., 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SANTOS, L. C. B.; CALIXTO, R. J.; LINS, V. C.; ALVES, S. N.; SOARES, L. G.; VECCHIA, A. C. G. D.; SANTOS, C. C.; LENTSCK, M. H. Construção de Fluxograma para Encaminhamento e Atendimento de Casos de Trabalho Infantil na 5ª Regional de Saúde do Estado do Paraná. **R. Saúde Pública**, Paraná, v. 3, n. 1, p. 144-153, 2020.

SILVA, A. E. P. **Trabalho infantil no Brasil**: Sua história e os instrumentos de proteção. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida- ASCES/ UNITA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito, 2017.

VILANI, J. A. S. A questão do trabalho infantil: mitos e verdades. **Inclusão Social.**, Brasília, v. 2, Março, 2007.



SAÚDE DO ADOLESCENTE: IMPACTOS DO ABORTAMENTO EM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

*Filomena da Conceição Gomes Vieira
Antônia Nádia Nogueira Martins
Naiane da Silva Chagas
Geovana Ramos Lima
Kassia Milena Gomes de Souza
Larissa Uchoa Melo
Neuma Cunha Medeiros
Samyra Paula Lustoza Xavier*

INTRODUÇÃO

O abuso sexual infanto-juvenil é definido como qualquer ato voltado contra crianças ou adolescentes usando coerção e ameaça, com intenção de utilizá-la para obter satisfação ou estímulo sexual, na qual a vítima não compreende e/ou não consente tal prática (LOPES, 2020).

No Brasil, segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, no período de 2011 a 2017, foram notificados mais de 180 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Entre as notificações contra crianças do sexo feminino, destaca-se que 51,9% das vítimas tinham entre 1 e 5 anos e 42,9% entre 6 e 9 anos, e entre as notificações de adolescentes do sexo feminino, destaca-se que 67,1% das vítimas tinham entre 10 e 14 anos (BRASIL, 2018).

A violência sexual traz inúmeros danos físicos e psicológicos às vítimas, que muitas vezes, em decorrência dos traumas e memórias dos atos sofridos, são impedidas de desfrutarem de uma sexualidade compatível com seu estágio de desenvolvimento ao longo da vida (DESLANDES, 2016; PLATT, 2018).

Esses acontecimentos trazem ainda outras consequências, como o aumento dos casos de gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis e abortos inseguros, sendo este último uma das principais consequências para atos relacionados à violência sexual e/ou física, geralmente ocasionadas por familiares e/ou amigos próximos das vítimas.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é frequentemente silenciada (FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017), o que dificulta o reconhecimento das vítimas e de seus agressores, bem como na elaboração e implementação de estratégias para diminuir o número de novos casos e na oferta de tratamento para os casos de abortamento ou outros danos causados pela violência sofrida.

Nesse sentido, levando em consideração a dimensão e complexidade da problemática trazida pelo abuso sexual e abortamento, ainda que muitas políticas e programas tenham sido implementadas, tanto no âmbito da saúde como nos setores sociais, é notória a lacuna quanto ao seu reconhecimento como um problema de saúde pública.

A relevância deste estudo parte do reconhecimento de que é preciso evidenciar as discussões sobre o tema de modo a facilitar o rastreamento e a sensibilização quanto ao reconhecimento e denúncia dos atos de violência sexual, além de promover discussões que promovam a tomada de decisão por parte dos profissionais na assistência direcionada ao público adolescente na prática de abortamento decorrente da violência sexual.

Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo compreender os impactos da violência sexual e a prática do abortamento na adolescência.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, de caráter descritivo e bibliográfico, que tem por finalidade descrever o desenvolvimento de determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise e interpretação de produções já existentes (ROTHER, 2007). O presente estudo direcionou sua busca com base na seguinte questão norteadora: Quais os impactos do aborto praticado por adolescentes vítimas de abuso sexual?

A busca foi realizada em outubro de 2020 por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), utilizando os descritores Controlados em Ciências da Saúde (Decs) “Adolescente”, “Abuso sexual do adolescente”, “Aborto” e “Abuso sexual”, que foram cruzados simultaneamente com o operador booleano *AND*.

Os estudos selecionados atenderam aos seguintes critérios de inclusão: artigos completos, nos idiomas português, inglês e espanhol. Já os de exclusão, consideraram-se: artigos repetidos, dissertações, teses, capítulos de livros e outras revisões.

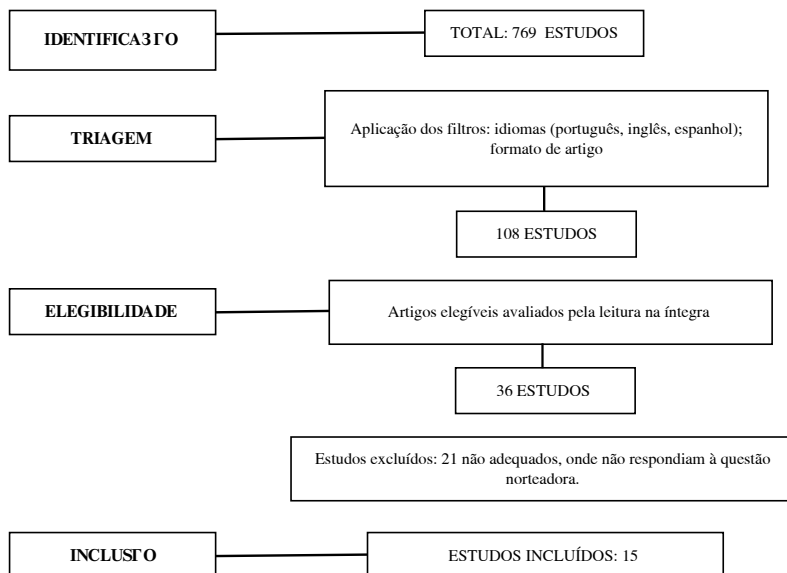
Após esses processos de seleção, foi realizada a leitura dos artigos pelo resumo, onde inicialmente foram encontradas 769 referências; após aplicação dos filtros, restaram 108 estudos. Na primeira etapa do refinamento, que se deu pela leitura de títulos e resumos, foram descartados 72 estudos que não atendiam à proposta desta pesquisa.

A segunda etapa de refinamento deu-se com a leitura dos 36 artigos na íntegra, a qual possibilitou identificar que 21 eram incompatíveis com o objeto de estudo. Assim, a amostra final foi constituída por 15 artigos.

Para facilitar a compreensão acerca do processo de busca e seleção dos estudos, a Figura 1 apresenta o fluxograma conforme mode-

lo dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA) (MOHER *et al.*, 2015).

Figura 1 - Fluxograma do processo de busca e seleção dos estudos incluídos nesta revisão. Iguatu, Ceará, 2020.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

RESULTADOS

A análise dos artigos possibilitou evidenciar que nem sempre os danos físicos, psicológicos e sociais causados pela violência sexual contra adolescentes resultam em lesões, invalidez ou morte.

As consequências podem ser imediatas ou manifestar-se por anos após o ocorrido, e, segundo Sufredini, Moré e Krenkel (2016), as características físicas são:

- 1- Lesões ou edema na região genital sem haver uma justificativa aparente para patologias ou traumas evidentes;
- 2- Lesões do palato, as quais podem ser decorrentes da força utilizada para a realização do sexo oral;

- 3- Dor na região vaginal e sangramentos em adolescentes;
- 4- Dilatação, cicatrizes, fissuras ou flacidez na área anal, sem patologias agudas e crônicas;
- 6- Rompimento do hímen;
- 7- Infecções sexualmente transmissíveis;
- 8- Infecções do trato urinário;
- 9- Aborto espontâneo e gravidez precoce.

Além desses aspectos, a criança e os adolescentes vítimas de violência sexual podem desenvolver sinais e sintomas que promovem repercussões psicológicas e/ou cognitivas negativas diretas, dentre elas (LOPES, 2020):

- 1- Agressividade, ansiedade e medo de contato físico, sentimentos de vergonha e culpa, ideal suicida;
- 2- Transtorno de personalidade;
- 3- Hiperatividade e atitudes depressivas;
- 4- Masturbação de maneira compulsiva.

Muitas vítimas são crianças e jovens e não sabem como se proteger. Outras, apesar de serem mais velhas, por convenções ou pressões sociais, são forçadas a manterem silêncio e não buscam ajuda, causando maior sofrimento (SANTOS *et al.*, 2019). Outro importante problema que a mulher vítima de estupro pode sofrer é a gravidez, cuja ocorrência, nestes casos, é de aproximadamente 7% no Brasil, resultando, na maioria das vezes, em abortamento (GUIMARÃES; RAMOS, 2017).

Na situação em que ocorre a gravidez indesejada, algumas mulheres optam pela prática do abortamento induzidos ou arriscam abortos clandestinos de médicos, paramédicos ou curandeiros tradicionais (SILVA *et al.*, 2017).

Historicamente, a luta e o debate conduzidos pelos movimentos de mulheres e diversos segmentos da sociedade civil resultaram na

consolidação de instrumentos sociais e jurídicos de proteção à mulher em situação de violência. Um desses instrumentos é o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940), que, em seu artigo 128, inciso II, institui a permissão para a realização do abortamento quando a gravidez for resultante de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual, isto é, não há punição para casos de abortamento decorrentes destes advenços. Assim, o abortamento previsto em lei constitui um direito da mulher, que deve ter assegurada assistência médica integral e plena garantia de sua saúde sexual e reprodutiva (GUIMARÃES; RAMOS, 2017).

As altas taxas de aborto entre adolescentes traz preocupações, já que os fatores negativos na vida dessas adolescentes podem surgir pelo fato de estarem no início da sua vida reprodutiva (SOUZA *et al.*, 2001). Os índices são maiores principalmente nas populações que vivem em vulnerabilidade social, validando ainda mais as desigualdades existentes, e os riscos à saúde da adolescente ficam evidentes quando associados à fragilidade na saúde pública, aumentando o risco da morte dessa jovem (SOUZA, 2018).

As mulheres que realizaram aborto apresentam, ademais de alguns problemas emocionais e queixas físicas, um grande impacto psicológico após a violência sexual. Existe o fenômeno de estresse pós-traumático agudo, que ocorre nas semanas iniciais. A mulher pode apresentar insônia, atitudes de desespero, sonolência profunda, depressão e sonhos obsessivos. Após esse período, ela entra em uma fase intermediária, na qual parece que tudo se resolveu. Entretanto, muitas mulheres que chegam ao pronto atendimento com quadro de tentativa de suicídio têm, na sua história pregressa, abuso sexual e violência sexual. Isso mostra que o abuso impacta na qualidade de vida, na autoestima, na vida sexual da mulher, no futuro, e por isso ela precisa de acompanhamento psicológico (BRASIL, 2012).

A complicação mais grave e impactante é a morte seguida da esterilidade. Além disso, algumas manifestações clínicas também são

recorrentes do aborto provocado, tais como dores, sangramento e hemorragia. E quando a tentativa de aborto não é efetiva, o filho pode nascer doente (CORREIA *et al.*, 2011).

Sendo assim, é de suma importância que elas tenham a sua disposição uma assistência humanizada em uma rede de apoio e proteção, incluindo serviços e profissionais hábeis em todo o percurso do procedimento e também no pós. É imprescindível que exista um acolhimento sem julgamentos em um ambiente de confiança, respeito e apoio a fim de ajudá-la a superar o momento difícil pelo qual ela pode estar passando. O apoio familiar nesse momento é indispensável (GUIMARÃES; RAMOS, 2017).

A ordem patriarcal é tão violenta, de tal modo, que inverte responsabilizações e desloca, na maioria das vezes, sensações de culpa e medo para as próprias mulheres, fazendo com que se sintam humilhadas, envergonhadas e desonradas frente à sociedade e, muitas vezes, diante da própria família, multiplicando o trauma sofrido (BRASIL, 2012).

DISCUSSÃO

O abuso sexual (AS) é considerado importante fator de risco para vários problemas de saúde ao longo das fases da vida, que impactam sobremaneira a condição física e, principalmente, psicológica das vítimas (PLATT *et al.*, 2018).

Conforme Silva *et al.* (2017), o abuso sexual durante a adolescência é uma experiência traumática que impacta negativamente no desenvolvimento psicossocial das mulheres no limiar da idade adulta. Quando questionadas sobre os sentimentos diante da violência sofrida, as vítimas referiram que a experiência despertou emoções negativas, como raiva, medo, impotência, culpa e vergonha, que refletiram nos âmbitos pessoal e, sobretudo, psicológico, sendo este afetado principalmente nos casos em que o agressor era conhecido da vítima (GUIMARÃES; RAMOS, 2017).

O sentimento diante da descoberta da gravidez é de desespero. Nesses casos, há de se considerar que a vítima pode estar mais vulnerável, pelo envolvimento emocional, dependência econômica, facilidade de acesso do agressor, sensação de culpa, vergonha ou medo diante de ameaças (GUIMARÃES; RAMOS, 2017). A vítima opta por abortar, nessas ocasiões, por inúmeros motivos, dentre eles a falta de consentimento do ato sexual, o trauma, a violência física e psicológica sofrida, ressaltando assim a violação de seus direitos.

O abortamento representa um grave problema de saúde pública, com maior incidência nos países em desenvolvimento, sendo uma das quatro principais causas de morbimortalidade materna no mundo, sobretudo, quando realizado em condições inseguras. A cada ano, aproximadamente 60 a 70 mil mulheres morrem por complicações desse procedimento, e cinco milhões sofrem disfunções temporárias ou permanentes. No Brasil, verifica-se a ocorrência de mais de um milhão de abortos inseguros ao ano, com mortalidade predominante na região Nordeste (GUIMARÃES; RAMOS, 2017).

O aborto é uma prática comum em todas as classes sociais, porém os riscos são maiores para aquelas vítimas pertencentes a classes mais desfavorecidas, que possuem pouco poder aquisitivo para utilizar serviços especializados com assistência qualificada. Devido a isso, muitas adolescentes grávidas recorrem ao abortamento clandestino mediante métodos inadequados realizados por pessoas sem competências profissionais para tal procedimento, o que culmina em agravos e riscos para sua saúde.

Sabe-se que o abortamento seguro, em caso de gravidez por estupro, é permitido em quase metade dos países do mundo. Em 2012, o Brasil contava com 63 instituições de saúde que ofereciam assistência aos casos de abortamentos previstos em lei, porém, poucas efetivamente dispensavam esse atendimento, e o acesso era dificultado por diversos motivos, principalmente, a falta de informação dos profissionais de saúde e das próprias mulheres sobre seus direitos, além

de esses serviços estarem concentrados nas regiões metropolitanas do país, o que dificulta o acesso das mulheres residentes nas demais regiões (GUIMARÃES; RAMOS, 2017).

Denota-se, portanto, que o aborto, mesmo quando previsto por lei nos casos de violência sexual, continua a ser praticado de maneira insegura, uma vez que as mulheres que experimentam essa violência não a relatam ou não revelam por vulnerabilidade social, institucional ou etária, como na adolescência. (SILVA *et al.*, 2017)

O aborto, seja ele legal ou ilegal, gera consequências inesperadas e assustadoras, como infecções, dores, hemorragias e até a morte em casos extremos, deixando sequelas para a vida da vítima, que ultrapassa o âmbito familiar, gerando consequências negativas até nas relações sociais futuras, desencadeadas pelos traumas tanto do abuso em si, quanto pelo trauma gerado pela prática do aborto, que geralmente é feito ilegalmente e em situações precárias e desumanas (SILVA *et al.*, 2017).

Há que se considerar ainda que, em relação à procura por ajuda, seja no sistema de saúde, nas delegacias de polícia ou outros componentes da rede assistencial, pode ser compreendida como mais um agravo resultante da violência, visto que pode causar temor e constrangimento associado a esses serviços, fazendo com que muitas mulheres não busquem a assistência devida e, portanto, não realizem as ações profiláticas (SILVA *et al.*, 2017).

Para além dos impactos no âmbito da saúde, existem ainda as problemáticas sociais que estão imbricadas nessa questão. Algumas dessas adolescentes podem começar a se envolver com drogas, abandonar a escola, separar-se ou distanciar-se da família por falta de apoio à decisão por ela tomada de retirar ou permanecer com o bebê. O adolescente é considerado vulnerável por ser parte de um grupo social que se encontra em fase de importantes transformações biológicas e mentais, articuladas a um redimensionamento de identidades e de papéis sociais (PARIZ, 2012).

No estudo de Pariz e colaboradores (2012), as adolescentes relataram que “viviam uma relação boa, mas, ao revelarem que estavam grávidas, foram vítimas de atos violentos, como violência física e psicológica, sendo discriminadas e culpabilizadas por parte dos pais”, com os quais o diálogo sobre o assunto ainda permanece distante. Essas jovens são julgadas pela família, pela escola, pela igreja, pela mídia e pelo grupo de iguais, fazendo assim com que elas se afastem de tudo o que lhes oprime e busquem conforto longe de casa e mais perto da rua (PARIZ, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual acarreta diversas consequências para o crescimento e desenvolvimento pessoal e social da vítima, danos que, para essas adolescentes, muitas vezes são eternos e irreparáveis. Entre as consequências da violência sexual, a gravidez se destaca pela complexidade das reações psicológicas, sociais e biológicas que acarretam. Toda fala de uma jovem violentada deve ser dada como de credibilidade ética e legal e recebida como verídica. Os procedimentos da saúde têm como finalidade diminuir danos, dar assistência, tratar e disponibilizar acesso ao procedimento do aborto legal, caso queira, de forma segura e acessível.

É extremamente importante termos conhecimento quanto ao direito da mulher, não apenas em relação às escolhas sobre seu corpo, mas também sobre sua saúde física e mental e sua própria vida. As informações sobre o direito de atendimento imediato às vítimas de abuso sexual devem ser disseminadas fortemente. Essas mulheres devem receber orientação humana e solidária e serem encorajadas cada vez mais a buscar assistência para que se reduza ao máximo o número de abortos inseguros e ilegais, prejudicando mais ainda essas vidas.

É obrigatório que todo estabelecimento de saúde esteja capacitado e treinado para receber uma vítima de violência sexual e

que garanta de início as profilaxias. Muitas unidades não têm condições de realizar o aborto legal, mas a mulher que tem direito à interrupção da gestação deve ser acolhida e imediatamente encaminhada para um hospital que faça esse atendimento.

É direito da adolescente receber planejamento reprodutivo pós-aborto e ter acompanhamento psicológico durante um período, visto que ela sofre um grande impacto psicológico após a violência sexual e o abortamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Boletim epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Ministério da Saúde**, v. 49, n. 27, jun. 2018.

BRASIL. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Brasília – DF, 2012.

CORREIA, D. S.; MONTEIRO, V. G. N.; CAVALCANTE, J. C. C.; MAIA, E. M. C. Adolescentes Estudantes: conhecimentos das complicações do aborto provocado. **Rev. Gaúcha Enfer.**, v. 32, n. 3, p. 467-470, set., Porto Alegre, 2011.

DESLANDES, S. F. et al. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. **Interface (Botucatu)**, v. 20, n. 59, p. 865-877, 2016. DOI: 10.1590/1807-57622015.0405.

FONTES, L. F. C.; CONCEIÇÃO, O. C.; MACHADO, S. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2919-2928, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017229.11042017.

GUIMARÃES, A. C. M.; RAMOS, K. S. Sentimentos de mulheres na vivência do abortamento legal decorrente de violência sexual. **Rev. Enferm. UFPE on line**, v. 11, n. 6, p. 2349-2356, jun., Recife, 2017. DOI: 10.5205/reuol.10827-96111-1-ED.1106201713.

LOPES, C. L. O papel do enfermeiro na violência sexual de crianças e adolescentes. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 15, 2020.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, DG.; THE PRISMA GROUP. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 2, abr.-jun., Brasília, 2015.

PARIZ, J.; MENGARDA, C. F.; FRIZZO, G. B. A Atenção e o Cuidado à Gravidez na Adolescência nos Âmbitos Familiar, Político e na Sociedade: uma revisão da literatura. **Saúde Soc.**, v. 21, n. 3, p. 623-636, São Paulo, 2012.

PLATT, V. B. et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018234.11362016

ROTHER, E. T. Editorial: Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paul Enferm.** v. 20, n. 2, 2007.

SANTOS, M. J. et al. Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental – Brasil, 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 24, n. 2, p. 535-544, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018242.13112017.

SILVA, A. T. M. et al. Vulnerabilidade na adolescência: Um relato de caso de tentativa de aborto e violência sexual. **J. Hum. Growth Dev.**, v. 27, n. 1, p. 117-123, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.127686>.

SOUZA, N. S.; CINTRA, S. V. Gravidez e os impactos sociais na adolescência. **Sociedade, Cultura, Patrimônio**. Setembro, 2018

SOUZA, V. L. C. et al. O aborto entre adolescentes. **Ver. Latino-am. Enfermagem**, v. 9, n. 2, p. 42-47, março, 2001.


SUFREDINI, F.; MORÉ, C. L. O. O.; KRENKEL, S. Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 2, p. 265-278, Julho-Dezembro, 2016. DOI: 10.4013/ctc.2016.92.11.



O projeto de extensão Direitos Humanos na Escola teve sua execução no âmbito escolar de forma on-line devido à pandemia, com o objetivo fundamental de levar o conhecimento de Direitos Humanos aos alunos, observando a carência de ensino da área em algumas escolas do município de Iguatu - Ceará.

Utilizou-se de uma abordagem diferenciada para o melhor aprendizado do aluno, com a exposição do conhecimento em Direitos Humanos e a realização de debates com os alunos. Ao final da execução, foi construída uma cartilha educativa em Direitos Humanos juntamente com os discentes, com uma linguagem simples e a utilização de meios visuais para melhor compreensão, servindo assim como herança do projeto.

Tivemos como intuito que os alunos beneficiados ao término do projeto saíssem com a noção básica de direitos humanos, assim como os estimulassem a buscar conhecer mais e disseminar o ensinamento adquirido.



DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EXPERIÊNCIA PRÁTICA

*Fernando Menezes Lima
Vitória Almeida Santos
Maria das Graças Mendes da Silva
Layla Raquel Alves da Silva
Shesley Pereira Silva
Rafael Aves Albuquerque
Lucas Neves e Sousa*

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é relatar a experiência de aplicação do projeto de extensão do curso de Direito da URCA/Iguatu - CE, aprovado pela Chamada Pública Nº 04/2020 - Pró-Reitoria de Extensão - PROEX/Urca, com tema: Direitos Humanos na Escola: Educação em Direitos Humanos no Ensino Médio do Município de Iguatu (CE).

A educação em direitos humanos encontra previsão normativa preconizada nas ações programáticas para a educação básica, presentes no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNE-DH e na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos possuem reconhecimento no plano internacional, nos tratados, declarações, convenções e na Declaração Uni-

versal dos Direitos Humanos (1948), estando constitucionalizados no âmbito interno na Constituição Federal de 1988 e disciplinados em diversas leis infraconstitucionais, tais como o Estatuto da criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Estatuto do idoso, Lei Maria da Penha, etc. No entanto, encontramos problemas na sua efetivação material.

O projeto de extensão, executado no âmbito da educação básica, teve por objetivo fundamental levar o conhecimento de Direitos Humanos e fundamentais aos(às) alunos(as) do ensino médio, partindo da hipótese de que não existe um trabalho pedagógico efetivo com as temáticas que envolvem os direitos humanos nas instituições escolares.

Os extensionistas do projeto são alunos dos diversos semestres do curso de Direito, Iguatu-CE, devidamente selecionados para fazer extensão e, dessa forma, a universidade cumpre o seu papel com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, promovendo dessa forma uma formação política, técnica e humanista dos futuros profissionais do direito.

A experiência de aprendizagem, no presente projeto de extensão, tem efeito bastante positivo na formação pessoal dos estudantes extensionistas, bacharelandos do curso de Direito, pois os jovens que estão no projeto aprendem na e com a prática à dialeticidade do direito enquanto um sistema normativo construído para organização da vida em sociedade.

Na execução do projeto, utilizamos uma abordagem socioconstrutivista diferenciada para o melhor aprendizado do aluno por meio da problematização, discussão, debate e apresentação de situações da realidade prática dos estudantes para estimular a criatividade e criticidade dos estudantes.

A proposta do projeto é que os(as) alunos(as) participantes tenham uma noção básica de direitos humanos, assim como despertem o interesse em buscar conhecer mais e disseminar o ensinamento ad-

quirido, exercendo, assim, o exercício da cidadania emancipatória e transformadora da realidade, como legou Paulo Freire (2014).

Portanto, o projeto teve como base destacar o acesso à informação como prioritária para o cumprimento de outras metas, como inserção social, não só com a tradição do conhecimento jurídico, mas pela promoção à educação daquele(a) aluno(a) sujeito e protagonista ativo de uma mudança social, política, econômica e cultural.

Este capítulo tem a seguinte organização: primeiramente, apresentamos os fundamentos teóricos que orientaram a execução do projeto. Em seguida, expomos a metodologia adotada e, por fim, os resultados da aplicação do projeto.

METODOLOGIA

O projeto de extensão aqui evidenciado foi desenvolvido no ambiente escolar, considerando que o projeto visa o público que está cursando o ensino médio no município de Iguatu - CE, os quais estão inclusos na CREDE 16 (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Escolar – 16º Região). Por motivos de logística, as oficinas ocorreram semanalmente, na modalidade virtual, em dias e horários de acordo com a escola.

Um dos objetivos específicos deste projeto foi levar o conhecimento de forma diferenciada e dinâmica. Como método de abordagem, utilizaram-se casos concretos de infração dos direitos humanos, pois o confronto de teoria e prática permeia o conhecimento de forma efetiva. Em seguida, levantaram-se discussões com a finalidade de inferir se já houve algo semelhante em seu meio social, familiar ou vizinhança e, por fim, abordar o texto da lei de forma dinâmica e acessível, pois por vezes a legislação torna-se de difícil compreensão quando não se há um contexto.

Buscou-se também incentivar os alunos a exporem suas dúvidas, como também trazer as de sua vizinhança, família e de amigos para

que a troca de conhecimento fosse expandida. Realizaram-se debates, rodas de conversa, uso de slides, vídeos, músicas, dentre outros métodos que viabilizam de modo eficaz o acesso ao conhecimento.

Na próxima seção, apresentamos os resultados da experiência prática do projeto.

RESULTADOS

Foi levado, à comunidade escolar, o conhecimento jurídico acerca da efetivação dos direitos humanos no cotidiano. Esse tema foi facilmente compreendido, pois houve uma abordagem com metodologias diferenciadas e dinâmicas voltadas à realidade social dos alunos.

Além disso, incentivou-se a propagação do conhecimento em Direitos Humanos pelos alunos beneficiados do projeto. Foi construída, juntamente com os alunos ao término do projeto, uma cartilha explicativa com os temas abordados, tornando-se uma ferramenta de expansão dos Direitos Humanos. No que tange às redes sociais, o conhecimento em Direitos Humanos também foi levado à comunidade em geral, com postagens criativas e informativas.

O uso das redes sociais se tornara comum em nossa rotina, inclusive no cenário acadêmico, uma vez que promovem maior velocidade e facilidade de acesso às informações. Levando em consideração que o projeto tinha como foco principal a divulgação de conteúdos e informações sobre os direitos humanos para aqueles que não possuem conhecimentos sobre esta temática, viu-se uma porta de acesso por meio das redes para este fim. Porém, como em tudo que fazemos, foi necessário um preparo para utilizar-se dessas ferramentas a favor do projeto.

A experiência de trabalhar com redes sociais começa desde o momento em que se decide o objetivo e o público-alvo. Esses dois pilares precisam conversar entre si, pois, assim como no mundo do comércio, o produto precisa atender às demandas de seus consumidores. Como “Direitos Humanos Na Escola” é um Projeto de Extensão que teve por

objetivo levar o conhecimento em Direitos Humanos à comunidade, já foi possível determinar os próximos passos para nossa construção no mundo virtual. Começamos pesquisando redes sociais com melhor acesso e, dentre elas, foi elaborado um perfil no Instagram do projeto.

A princípio, eram publicadas notícias dentro de nossa temática, porém, ao observar o retorno que tivemos com esse perfil, pudemos notar que era necessária uma mudança em nossa abordagem. Nossas publicações passaram a ser feitas de modo mais simples, um conteúdo educativo e acessível para todo o público que desejasse aprender sobre os direitos humanos. Detalhes como esquema de cores e até mesmo as descrições em nosso perfil precisaram ser bem observadas para que nossa mensagem seja passada de forma clara.

É necessário ter um planejamento e constância nas publicações, lembrando sempre que quantidade não é o mesmo que qualidade. Para projetos que desejam ter engajamento nessas plataformas, é preciso cumprir com o planejamento e sempre trazer temas atuais da área abordada. Dinamizar perfis educativos é um ponto chave que permite estabelecer uma relação com os que irão receber o conteúdo.

Outra questão importante é que precisávamos tornar essa plataforma única e com características do projeto. Assim, além das publicações informativas, passamos a trazer curiosidade interessante em direitos humanos, dicas de filmes, livros, sendo uma forma de torna nossa abordagem mais eficiente.

Vale destacar que, mediante nossa rede social, pudemos estar em contato com alunos que tinham dúvidas sobre a temática, além de otimizar o tempo para responder essas questões e, principalmente, ampliar o diálogo com os estudantes e tornar o trabalho mais prazeroso.

Logicamente, todo esse trabalho demanda tempo e paciência, pois, até que o projeto chegasse ao objetivo principal, necessitaria de muitos passos a serem seguidos. Porém, foi uma experiência mui-

to importante, já que, como citado, vivemos em mundo onde tudo é tecnologia, e com a própria educação não seria diferente.

No mês de julho, as escolas de ensino médio começaram as aulas on-line de forma efetiva, mas nem todas detêm de um mesmo horário. O projeto conseguiu fechar parceria com uma escola de ensino médio da rede pública estadual, sendo realizado o prévio planejamento junto à coordenação escolar e à professora responsável do momento.

A escola escolheu semanalmente as aulas de Formação Cidadã para a aplicação do projeto, haja vista que as temáticas inerentes aos Direitos Humanos possuem total ligação com o eixo cidadania. As aulas remotas unem diversos alunos da escola, o que torna um momento bastante rico.

Os encontros do projeto foram realizados em chamada de vídeo em plataforma on-line, com momentos de 40 minutos semanais, a qual consistia em levar uma temática do direito e, logo após, discutir uma temática polêmica na sociedade, gerando assim um debate e troca de ideias entre extensionistas, educadores e os alunos.

A experiência prática levada em sala de aula trouxe à tona assuntos que interessam à juventude e os estimularam a buscar mais conhecimento acerca daquilo que foi repassado. Os debates com os alunos e professores foram extremamente ricos, além de terem ampliado a visão dos jovens acerca dos Direitos Humanos, tirando o senso comum que havia.

Ao final do projeto, construiu-se uma cartilha educativa em Direitos Humanos como herança do projeto e ferramenta de propagação dos Direitos Humanos. Tal construção foi realizada em conjunto com alunos, educadores e os extensionistas do projeto.

O QUE SÃO OS DIREITOS HUMANOS?

A preocupação crescente da defesa dos direitos humanos deriva do consenso de combate às atrocidades que atestam a vida, e devido

à existência de violações a essas garantias, tal sentimento torna-se mais forte. Mas, afinal, o que são os direitos humanos? São categorias de direitos exclusivos da humanidade capazes de atribuir respeito indistinto a qualquer pessoa. É de grande importância entendê-los com maior profundidade para não se admitirem equívocos na interpretação. Erros surgem na percepção do senso comum, mas não excluem o devido respeito.

Desvincular o senso comum acerca dos direitos humanos desperta a necessidade de se conhecer cada vez mais sobre sua relevância. Por exemplo, não são invenções sob a percepção do senso comum, pertencem ao ser humano independente de qualquer fator; nem mesmo atribuições destinadas a um grupo. Discutir a quem pertence ou não esses direitos reduziria a essência deles enquanto direito de todos.

Os direitos humanos asseguram o mínimo de condições básicas para uma vida digna, que é o seu fundamento. A dignidade é o pilar dos demais direitos e o valor máximo a ser atingido pelos ordenamentos jurídicos. Corresponde ao vetor que orienta as ações do Estado no sentido de limitar o poder de arbítrio e, conseqüentemente, exige o respeito de direitos humanos.

A partir do princípio da dignidade da pessoa humana, gravitam-se outros direitos essenciais à existência humana. Segundo Kant (2007), a dignidade é um fim em si mesmo por ser um valor absoluto, inegociável e insubstituível que nos torna merecedores de respeito igualitário. Os direitos humanos oficializaram-se em escala global após a Segunda Guerra Mundial, que causou diversas atrocidades e extermínios, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. A ONU define que os direitos humanos são “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”.

A oficialização dos direitos humanos, em documentos e tratados internacionais no plano de positivação dos ordenamentos jurídicos, ganha

com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948. É o principal documento do sistema global de direitos humanos e contribui para a universalização.

Desse modo, é importante conhecer o significado da expressão “direitos humanos” a fim de entender a finalidade para qual é destinada: salvaguardar a vida humana. Atribuir-lhe um conceito é fundamental para reconhecer as dimensões e estimular sua defesa.

No Brasil, a Constituição de 1988 teve grande importância na efetivação dos Direitos Humanos no país, pois representa uma transição entre ditadura e democracia. Vale ressaltar que “a Carta de 1988 situa-se como marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil” (PIOVESAN, 2013, p. 64).

OS EIXOS DOS DIREITOS HUMANOS

Conforme visto, os direitos humanos, da forma como são conhecidos modernamente, guardam estreita ligação com o surgimento da ONU. Esta, por sua vez, é decorrente do pacto entre as nações no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A assunção dos direitos humanos como ferramenta de promoção civilizatória e os consequentes sistemas e organismos de proteção de direitos representaram, pois, uma promessa de esperança. Uma esperança de que não se assistiria mais àquelas violações de direitos.

De acordo o Centro Regional de Informação das Nações Unidas – UNRIC Portugal, órgão da ONU, os direitos humanos

são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação.

Esse conceito traz no seu bojo alguns elementos que nos fornecem pistas acerca dos eixos temáticos dos direitos humanos sobre os quais discorreremos brevemente.

Falar em direito ao trabalho, à educação, é falar em direitos humanos; falar em direito a vida, à liberdade, é falar em direitos humanos. Esses são alguns dos eixos fundantes dos direitos humanos, no entanto, não são os únicos. Hoje, eles são múltiplos. Historicamente, a compreensão acerca dos direitos humanos foi se modificando, dado não se tratar daquelas categorias de coisas sobre as quais se sabem todas suas “propriedades” antes mesmo de seu “nascimento”. Em suma, não são estanques, dependem, também, do momento histórico.

É evidente que a conquista de direitos se dá de modo distinto nos diversos países, já que depende das conjunturas diversas de cada realidade concreta. Didaticamente, as conquistas de direitos são classificadas em direitos de primeira, segunda e terceira dimensão – embora há quem fale em uma quarta, quinta ou mais dimensões.

Os direitos de primeira dimensão dizem respeito àqueles relacionados às liberdades, direitos e garantias civis; são os direitos à vida, à propriedade, os direitos políticos – estão associados aos ideais liberais dos iluministas, representaram limites à atuação do Estado frente ao indivíduo. Os de segunda dimensão abrangem os direitos sociais, econômicos e culturais, por exemplo, educação, trabalho, saúde etc. – para Baretto (2014, p. 43), “representam, principalmente, uma reação ao quadro social que se desenhou durante o Estado liberal, em que alguns poucos concentravam a riqueza a grande maioria vivia excluída de condições materiais mínimas”. Os de terceira dimensão, também conhecidos como difusos, por sua vez, são aqueles relacionados à convivência comunitária; são os transindividuais, a saber: direito ao meio ambiente equilibrado, ao desenvolvimento, direitos do consumidor etc.

Há, portanto, uma historicidade nas conquistas desses direitos. Os de segunda dimensão somaram-se aos de primeira; depois foi a vez de ou-

tro grupo de direitos, os de terceira dimensão, somar-se aos anteriores. Nesse sentido, vejamos o que nos diz Bobbio (1992, p. 6):

Os direitos humanos não nascem todos de uma só vez, nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens – ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo, ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações de poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor.

Tendo em mente essas características dos direitos humanos, a historicidade, serão abordados os eixos dos direitos humanos propriamente. Estes são divisões meramente didáticas dos diversos direitos, sendo assim classificados a fim de melhor sistematizá-los e, por fim, compreendê-los. Não há de se falar em direito à saúde sem falar em direito à moradia, por exemplo. Eles representam um conjunto uno. A Constituição Cidadã de 1988 consagrou diversos direitos – saúde, educação, propriedade, moradia, meio ambiente, igualdade, liberdade.

De acordo com o caput do artigo 5º da carta magna brasileira, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”; e com o artigo 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Vejamos, resumidamente, alguns deles.

A igualdade, juntamente com a liberdade e a fraternidade, foi um dos lemas da Revolução Francesa (1789). A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789), promulgada no contexto daquela revolução, revolucionou também como a igualdade seria encarada

mundo afora dali em diante. Passou a ser um valor fundante das modernas democracias. A Constituição de 1988, por exemplo, assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

No que diz respeito à saúde, é esta um direito social, portanto, de segunda geração. “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Além disso, há a garantia do meio ambiente positivada na constituição, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Este artigo, o 225 da constituição, é fruto da moderna compreensão de que o meio ambiente saudável é condição para continuação da vida na Terra, não qualquer vida, mas uma vida que respeite os limites e ciclos naturais.

O modo de vida, principalmente do homem ocidental, desde a Revolução Industrial tem se mostrado insustentável, e é consenso que o planeta não suportaria esse ritmo. Por isso, iniciativas globais, a exemplo da Eco-92 (Rio de Janeiro) e do Acordo de Paris (2015), têm sido empreendidas. Elas representam consertos que visam barrar a degradação ambiental e construir uma outra possibilidade de vida.

Dado o exposto, fica evidenciado que a saúde, o meio ambiente e a igualdade são apenas alguns eixos dos direitos humanos, assim como o são a vida, a educação, a liberdade, o trabalho, a moradia, a cidadania, etc.

DIREITOS HUMANOS E ESCOLA

A legislação brasileira estabelece diretrizes e ações direcionadas à formação cidadã, que estão em completa consonância com os direitos humanos, listados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Posto que a escola tem papel além do ensino acadêmico, fundamentado na compreensão das letras e dos números, sendo, pois, singular na edificação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, torna-se imperativa a integração entre direitos humanos e escola.

Em virtude da inter-relação da educação com os mais diversos setores que compõem a sociedade, a história aponta que as influências políticas-econômicas-sociais, em nível nacional e global, têm refletido na inserção dos direitos humanos na educação, de modo que, considerando a efetiva promoção e notoriedade destes, tal incorporação ganhou evidência nas últimas décadas a partir do desenvolvimento de práticas educativas mais diversificadas e inclusivas. Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, a educação em direitos humanos deve possibilitar uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, sendo essa educação direcionada ao respeito e à valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. À luz disso, a escola precisa estar aberta ao diálogo com a sociedade, integrando o aluno como participante ativo nas decisões e metodologias abordadas em sala de aula, com o fito de ser uma instituição plural, atendo-se às singularidades de cada indivíduo.

As práticas integrativas anteriormente mencionadas suscitam o debate de uma educação cujo sistema vê além da aprendizagem cognitiva, enfatizando um modelo de aprendizagem significativa, que traz ao cerne do debate questões importantes concernentes ao desenvolvimento socioemocional, assim como prescrito nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Com efeito, as temá-

ticas vinculadas aos direitos humanos estão associadas ao cotidiano, assim despertando o interesse do aluno em participar da discussão e conhecer mais acerca do tema em pauta.

A inserção dos direitos humanos nas escolas encontra amparo em diversos dispositivos legais que apontam os meios didáticos, os quais os profissionais da educação podem utilizar para a concretização da finalidade de reparar os danos causados em razão de divergências entre gêneros, orientações sociais, classes sociais, cor entre outros, evitando que esses danos tornem a ocorrer.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos buscam garantir a Dignidade da Pessoa Humana, por isso é de total importância o conhecimento da sociedade sobre tal assunto, pois estes buscam garantir a proteção dos direitos do cidadão, seja na escola, no trabalho, no seu grupo religioso e até mesmo nas rodinhas de amigos.

A formação da criança deve ser pautada sempre no respeito aos demais, sendo ensinado a respeitar e acolher o seu diferente, sem distinções religiosas, econômicas ou até mesmo físicas. Por tal motivo, é de suma importância que temas relacionados aos DH sejam discutidos abertamente nas escolas e na família, pois garantem que as crianças e adolescentes reconheçam os seus direitos e aprendam como agir nas mais variadas situações.

Em estudos sobre os DH, são abordados temas que para muitos ainda são tabus, como o assédio, sexualidade, diversidade de gênero ou etnia, entre outros, fazendo com que os estudantes tenham mais liberdade para debater sobre esses assuntos, evitando que crimes sejam cometidos por falta de conhecimento.

A sociedade atual é composta por um dinamismo, já que está sempre em constantes transformações. A Educação é uma junção entre

família e instituição de ensino, ambos tendo a responsabilidade de educar aquele ser, ajudando a desenvolver o seu pensamento crítico para aplicá-lo na sociedade, “[...] criar uma cultura preventiva, fundamental para erradicar a violação dos mesmos. Com ela conseguiremos efetivamente dar a conhecer os direitos humanos, distingui-los, atuar a seu favor e, sobretudo, desfrutá-los” (GORCZEWSKI, 2009, p. 221). Essa é uma definição básica sobre educação em direitos humanos.

A sociedade atual dispõe de grande diversidade e é importante garantir que todos tenham os mesmos direitos. O diálogo sobre temas como o aborto, racismo e homofobia são de grande importância, pois a todo instante são noticiados casos chocantes que os envolvem. Quando os jovens conhecem o assunto e sabem que possuem direitos, fica mais fácil lutar por eles.

O pensamento crítico nos faz questionar, lutar e mudar a sociedade; passamos grande parte da vida na escola e lá devemos ser preparados para o mercado de trabalho, assim como para a vida, para a convivência em sociedade. Nesse sentido, o estudo em Direitos Humanos garante que exista igualdade entre todos, garantindo o fim ou, ao menos, diminuindo a opressão e o preconceito, lutando sempre por justiça, liberdade e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo principal diante deste trabalho foi socializar a experiência de aplicação do projeto de extensão do curso de Direito da URCA/Iguatu-CE, aprovado pela Chamada Pública Nº 04/2020 - Pró-Reitoria de Extensão - PROEX/Urc, com tema: Direitos Humanos na Escola: Educação em Direitos Humanos no Ensino Médio do Município de Iguatu (CE).

O projeto aqui abordado visou ao contato e à compreensão dos direitos humanos e fundamentais necessários para a formação e o desenvolvimento emancipatório de sujeitos críticos, reflexivos e

transformadores das práxis (FREIRE, 2011), ressignificando os conteúdos aprendidos de forma a integrar a experiência vivida na sua formação profissional.

A necessidade de trabalhar com direitos humanos, enquanto racionalidade técnica, epistêmica, cultural e política em todos os níveis, da educação básica à superior, pode ser uma forma para romper com a hegemonia eurocêntrica e excludente dos(as) outros(as) considerados diferentes do padrão que sempre foi perpetuado.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que é fundamental valorizar essas experiências feitas mediante a extensão universitária para a formação dos bacharéis de direito, principalmente para refletir e (re) construir, por meio de um novo olhar transversal e interdisciplinar, sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

Portanto, não só estaremos unidos nessa caminhada de luta e transformação social para formação de consciências e empoderamento de sujeitos protagonistas da resistência e lutas permanentes por uma igualdade substantiva entre todas e todos, mas também contribuindo para uma educação de qualidade social com equidade material e que sirva de exemplo para muitos alunos que desejam seguir nesse ramo acadêmico.

REFERÊNCIAS

BARETTO, R. **Direitos humanos**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução de: COUTINHO, C. N. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao-final_site.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria

Especial de direitos humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Resolução nº1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece as Diretrizes nacionais para a Educação em direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Organização e participação Ana Maria de Araújo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução Adriana Lopes; revisão técnica Lólio Lourenço de Oliveira. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GORCZEWSKI, C. **A necessária revisão do conceito de cidadania** [recurso eletrônico]: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática / Clovis Gorczewski e Nuria Belloso Martin. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

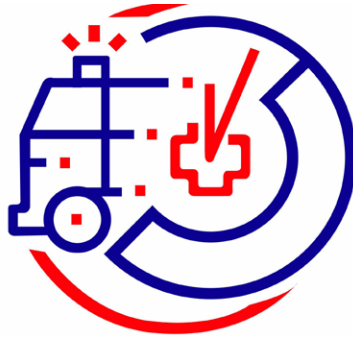
KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. De P. Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Brasil. **O que são os direitos Humanos?** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/direitos-humanos/>. Acesso em: 18 out. 2020.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional.** 14 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

UNIRIC. Centro Regional de Informação das Nações Unidas – UNRIC Portugal. **Direitos Humanos.** Disponível em: <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 03 nov. 2020.



JOVENS SOCORRISTAS

O projeto de extensão Jovens Socorristas surgiu pela necessidade de orientar a sociedade quanto a condutas de primeiros socorros, dada a carência em que esta possui frente a situações de urgência e emergência. Nesse sentido, a extensão universitária torna-se uma ponte para a aproximação com a comunidade, representando a proposta que oportuniza a orientação de condutas básicas de primeiros socorros, visando informar e preparar as pessoas leigas que frequentemente se deparam com essas situações e geralmente se omitem a prestar socorro ou prestam de forma inadequada, muitas vezes agravando a situação.

O projeto é composto pela equipe, incluindo coordenador do projeto, professores colaboradores e integrantes extensionistas do curso de enfermagem da URCA/UDI. As atividades são desenvolvidas nas instituições públicas de ensino de nível fundamental e médio, localizadas no município de Iguatu, região Centro-Sul do estado do Ceará, direcionadas aos estudantes, professores e servidores das escolas, buscando promover o conhecimento e a capacitação

pessoal no que se refere a condutas básicas de primeiros socorros e prevenção de acidentes corriqueiros, sendo estabelecidas por meio do diálogo, utilizando-se linguagem clara e acessível de modo que o público envolvido se integre ativamente das ações e compreenda as temáticas abordadas, estimulando-os a agir de forma adequada diante de situações que envolvem socorro.



JOVENS SOCORRISTAS: JOGO EDUCATIVO SOBRE INTOXICAÇÃO EXÓGENA E ENVENENAMENTO PARA ESCOLARES

*Antonio Wellington Vieira Mendes
Andreza Vitor da Silva
Kadson Araujo da Silva
Tiago Ribeiro dos Santos
Agná Teixeira Braga
Kamila de Castro Morais
Riani Joyce Neves Nóbrega*

INTRODUÇÃO

Os primeiros socorros caracterizam-se como condutas e procedimentos realizados imediatamente após algum incidente/ocorrência que ameace ou não a integridade física de um indivíduo, tornando-se indispensáveis para estabilizar o seu estado antes do atendimento profissional, sendo necessário ter conhecimento teórico e prático para atuar de forma correta e eficiente. Portanto, é fundamental que a população leiga seja orientada e capacitada para promover a diferença diante de situações de emergência que requerem rápida intervenção (DANTAS *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, a intoxicação exógena e o envenenamento, conjunto de efeitos nocivos representados por manifestações clínicas ou laboratoriais que revelam o desequilíbrio orgânico produzido

pela interação de um ou mais agentes tóxicos com o sistema biológico (BRASIL, 2017), são um problema mundial de saúde pública e apresentam grande periodicidade em ambientes domésticos.

Destarte, o público infanto-juvenil não discerne dos perigos que o espaço ao seu redor pode proporcionar, sendo assim, devem-se realizar estratégias lúdicas para ensinar, de forma clara e objetiva, conceitos e condutas práticas acerca dos primeiros socorros, inclusive sobre cuidados preventivos, principalmente no ambiente escolar (TAVARES, 2019). Salienta-se que a escola se configura como o um ambiente em que há troca constante de conhecimento, ideal para abordar a prevenção de acidentes e a redução de riscos, possibilitando que a criança e o adolescente exerçam a sua autonomia com segurança (TAVARES, 2019).

Hodiernamente, compreende-se que os mecanismos de ensino são tão relevantes quanto as temáticas de aprendizagem. Dessa maneira, as estratégias de ensino tradicional fazem parte do escopo de teóricos de toda a comunidade intelectual que procura identificar as lacunas e sugerir novas metodologias de ensino-aprendizagem (PAIVA *et al.*, 2016).

A Metodologia ativa é conceituada como uma estratégia que potencializa a aprendizagem por meio de diversas formas, desenvolvida por educadores com o intuito de conduzir a formação crítica, favorecer e estimular o interesse e a autonomia do aprendiz, além de proporcionar diversas vivências e auxiliar na mudança social (SOBRAL *et al.*, 2020). É uma concepção de educação crítico-reflexiva que estimula o processo de ensino e aprendizagem, aplicada em experiências reais ou simuladas, visando à compreensão dos acontecimentos sociais envolvidos no estudo e a resolução de problemas (SOUZA; SILVA; SILVA, 2017).

Diante disso, a educação em saúde, enquanto estratégia promotora de cuidado, também deve utilizar as metodologias ativas para contribuir na aquisição de autonomia e na promoção do autocuida-

do, de forma dinâmica, para favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Também é imprescindível destacar a atenção e engajamento dos profissionais de saúde na realização das ações para prevenção, promoção e proteção da saúde da população (MESQUITA *et al.*, 2017).

Assim, atividades educativas que envolvem crianças e adolescentes devem ter como intuito a formação de hábitos e propiciar o autocuidado e autonomia desse público. Sabe-se que a ocorrência de acidentes nas escolas é cada vez mais frequente e por isso é primordial que haja preparo prévio de educadores, crianças e adolescentes para que consigam desempenhar adequadamente as orientações e práticas compartilhadas, sobretudo no que se refere a primeiros socorros (MESQUITA *et al.*, 2017).

Nesse contexto, a escola apresenta-se como um espaço ideal para realização dessas atividades voltadas ao público infanto-juvenil, já que passam grande parte do dia nesse ambiente e onde desenvolvem os primeiros laços de amizade, proporcionando maior troca de conhecimento e incorporação de hábitos (MONTEIRO *et al.*, 2019).

De acordo com Mesquita *et al.* (2017), a utilização de recursos educativos, como os jogos, é essencial no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que é pertinente para associar o lúdico ao conteúdo compartilhado, de modo que ambos não percam a sua essência.

A utilização de jogos como estratégia metodológica permite um resgate cultural da criança e do adolescente, o qual pode trazer acontecimentos e vivências de casa, na comunidade, com os amigos, além de permitir uma preservação de aprendizados passados e a construção de novos conhecimentos para favorecer trocas de experiências entre alunos, professores e demais envolvidos na ação, com o intuito de promover um momento de descontração e aprendizagem simultaneamente.

Assim, objetiva-se relatar a experiência de ações educativas com implementação de uma estratégia metodológica sobre intoxicação exógena e envenenamento voltada ao público infanto-juvenil.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir da vivência de um momento educativo com implementação de uma estratégia metodológica acerca da temática intoxicação exógena e envenenamento, ofertada por extensionistas pertencentes ao projeto de extensão Jovens Socorristas. Esse projeto é formado por estudantes do curso de enfermagem da Universidade Regional do Cariri.

A ação foi direcionada ao público infanto-juvenil correspondente à faixa etária de 8 a 12 anos de idade de uma escola pública localizada na cidade de Iguatu, situada na região Centro-Sul do estado do Ceará, cuja atividade foi realizada no mês de novembro do ano de 2019, no turno da manhã, incumbida por um grupo de quatro extensionistas no projeto supracitado.

A metodologia foi embasada em afirmações sobre o conteúdo de intoxicação exógena e envenenamento, abordando conceitos, condutas, práticas, mitos e verdades sobre como agir diante de uma situação de intoxicação por diversos produtos químicos que, eventualmente, encontram-se nas residências dos vitimados.

Inicialmente foi explanado o conteúdo de forma clara e objetiva, com exposição clara do conteúdo e de situações que envolvem essa problemática, e posteriormente foram lidas frases apresentando afirmações verdadeiras e falsas a turma participante, as quais estes teriam que julgar e determinar qual apresentaria um contexto correto sobre a temática em pauta por meio do uso de dois envelopes, um apresentando descrição em seu lado externo de “correto” e outro correspondente a “errado”, cada um destes inseridos em uma cartolina temática que serviria para a inserção das informações julgadas.

Destarte, o método utilizado garantiu resultados promissores quanto à absorção, disseminação, participação e interação dos parti-

cipantes, mostrando-se um instrumento precursor e altamente didático para o público em questão.

RESULTADOS

Para a realização da ação, foi utilizado, como estratégia principal, um jogo educativo sobre “certo ou errado” construído por um subgrupo do projeto de extensão Jovens Socorristas para explicar a temática intoxicação exógena e envenenamento.

A metodologia foi confeccionada com uso de cartolina vermelha em material E.V.A. branco emborrachado, pincéis, tesoura e cola. Na cartolina, inseriram-se tarjetas que continham afirmativas sobre a temática, das quais algumas eram corretas e outras, falsas. Também foram construídos, na mesma cartolina, espaços em forma de bolsas para que os estudantes colocassem as afirmativas que julgassem como certas ou erradas separadamente, e para tornar o instrumento ainda mais dinâmico, foram fixadas figuras ilustrativas representando os tipos de substâncias e formas de absorção.

Antes da aplicação da estratégia metodológica, foi realizado um teste piloto com os membros do projeto para verificar se este atendia as necessidades pretendidas, que seria de informar e garantir autonomia ao público-alvo para a redução de acidentes, e maior funcionalidade diante de situações de emergência por intoxicação e envenenamento. Com a aprovação da metodologia ativa, entrou-se em contato com a escola para o agendamento do possível dia disponível para realização da ação.

Jesus *et al.* (2017) ressaltam que o teste piloto possibilita a realização antecipada das etapas previstas, oportunizando mudanças e aperfeiçoamento do instrumento. Consequentemente, é possível analisar os tópicos funcionais, tais como relevância, estruturação, clareza, tempo de execução, de maneira a aprimorar possíveis problemas antes da utilização definitiva.

No primeiro momento, a equipe se apresentou e explicou do que se tratava a ação, destacando a relevância em abordar a temática “intoxicação exógena e envenenamento”, especialmente ao público infanto-juvenil, convidando-os a participarem.

A posteriori, foi realizada uma explanação a respeito do assunto, abordando sobre intoxicação exógena e envenenamento, enfatizando seus conceitos básicos e as principais substâncias prejudiciais no manejo incorreto, como ácido muriático, água sanitária, desinfetante, uso exacerbado de medicamentos e venenos utilizados na residência, assim como suas formas de absorção – contato com a pele, inalação e ingestão.

Foram pontuadas, ainda acerca dos principais sintomas apresentados frente a uma intoxicação, condutas práticas de cuidado e prevenção, bem como as ações de primeiros socorros que podem ser realizadas e as ações que não devem ser realizadas diante de tal situação. Essa explanação aconteceu de modo breve por meio de uma linguagem acessível e adequada para a compreensão dos participantes.

Segundo Brito e Martins (2015), situações que envolvem intoxicação ou envenenamento podem ser altamente prejudiciais à manutenção da vida humana, as quais podem provocar desde sequelas irreversíveis à morte, se a vítima não for socorrida o mais precocemente possível. Diante dessa vertente, os acidentes domiciliares possuem maior frequência quando direcionadas ao público infanto-juvenil, ocupando lugar de destaque nos atendimentos de emergência, fazendo-se necessário conhecer fatores associados para promover medidas preventivas e educativas a este público.

Depois da explanação da temática, foram explicadas aos participantes as orientações de como o jogo funcionaria, cuja equipe responsável pela ação escolheu um aluno para levantar e ir à frente da sala para pegar uma tarjeta contida em um envelope e, em seguida, ler a afirmação para a turma, avaliando o conteúdo como “correto” ou “errado”, inserindo-o em um cartaz no espaço correspondente a sua

avaliação. Feito isso, o aluno escolhido poderia apontar o próximo a participar da dinâmica.

Ao final de cada abordagem, era indagado aos participantes se já teriam vivenciado alguma das situações apresentadas para compartilhar a experiência com todos ali presentes, relatando detalhes da ocorrência, condutas ofertadas à vítima e discutir sobre a ação executada a partir de premissas abordadas na dinâmica. O jogo foi finalizado quando todas as tarjetas foram lidas e as dúvidas esclarecidas a partir do que foi relevado.

Nesse sentido, Ferreira *et al.* (2016) corroboram que as práticas educativas devem seguir uma linha de apresentação quanto ao conhecimento de forma lúdica, usufruindo de recursos que simbolizam e representam a temática proposta para propiciar hábitos que visem à diminuição de riscos em decorrência da possibilidade de incidentes que ameacem a vida. Ou seja, as atividades de educação em saúde devem estimular a criatividade e o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo frente à determinada pauta, apresentando-se de forma divertida e interessante, instigando a curiosidade e necessidade para adquirir saberes.

Em um determinado momento, um dos estudantes relatou uma vivência pessoal, em que a mãe tentou suicídio ingerindo ácido muriático. No instante em que ele percebeu, logo acionou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e chamou uma amiga da mãe para ajudar enquanto o serviço especializado não chegava. Foi relatado que a mulher induziu o vômito da vítima, afirmando ser necessário para que o ácido muriático “saísse” do organismo. Pouco tempo depois o SAMU chegou, levou-a para o hospital e foram realizadas as condutas necessárias, cujo desfecho foi positivo, uma vez que a mãe voltou para casa e ficou bem. O aluno destacou que, depois da explicação e no decorrer da dinâmica com as frases das tarjetas, identificou que a conduta realizada foi equivocada e que se acontecesse novamente, em sua casa ou com alguém conhecido, já

saberia que não poderia induzir o vômito, pois causaria mais lesões ao passar novamente pelas mucosas.

O jogo seguia com cada aluno escolhendo o próximo a participar, todos interagindo, ajudando e incentivando o jogador da vez, relatando acontecimentos com familiares, vizinhos e todos aprendendo e compartilhando conhecimentos. Ao final do jogo, percebeu-se que o uso de jogos para o ensino em saúde se mostrou efetivo visto o *feedback* dos participantes, que compreenderam a importância da realização das condutas corretas de primeiros socorros e relataram que o jogo facilita o entendimento, solicitando a continuidade de ações que associam o lúdico ao ensino em saúde.

Covos *et al.* (2018) ressaltam que, por meio do jogo, é possível trabalhar a aprendizagem de maneira leve e prazerosa. Durante as práticas, os estudantes se sentem bem e mais envolvidos em virtude do domínio que exercem acerca das ações, motivando ainda mais o aprendizado. Por intermédio do jogo, o entusiasmo do aluno é direcionado e liberado na atividade, orientando seu pensamento e possibilitando o desenvolvimento cognitivo.

Braga *et al.* (2019) destacam que os jogos conseguem atrair os alunos e favorecer a socialização entre os colegas, criando laços e possibilitando vivências em grupo, incentivando a motivação, o engajamento dos indivíduos na ação, despertando a criatividade e curiosidade.

Para finalizar a ação, foi enfatizada a importância das condutas de cuidado, prevenção e ações de primeiros socorros que podem ser realizadas antes da chegada do socorro especializado às vítimas de intoxicação exógena e envenenamento.

Nessa perspectiva, salienta-se que o jogo, utilizado como um instrumento metodológico, incentivou a participação ativa dos alunos e do professor, além de oportunizar um espaço descontraído e favorável para a aprendizagem. Diante disso, as metodologias ativas se destacam para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de maneira diversificada sem perder a essência principal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades do projeto de extensão se mostram relevantes, uma vez que se torna uma boa estratégia para a realização de educação em saúde, a qual corrobora para uma prática direcionada à prevenção e ao manejo correto de situações que envolvam contato com substâncias tóxicas, além de minimizar o risco de fatalidades em decorrências de uma ação inadequada.

O uso de jogos como metodologias ativas para educação em saúde se torna pertinente, pois facilita o processo de ensino-aprendizagem, fixando a atenção e tornando os envolvidos ativos no processo e agentes multiplicadores do conhecimento. Além disso, o uso do lúdico faz com que o momento se torne mais prazeroso e dinâmico enquanto ferramenta significativa para fortalecer o compartilhamento de saberes sobre primeiros socorros.

Dessa forma, é primordial que as ações educativas sobre primeiros socorros sejam constantes, sobretudo ao público infanto-juvenil, de modo que sejam implementadas medidas iniciais adequadas e seguras, além de favorecer a disseminação de informações acerca dessas práticas tanto na escola quanto na comunidade e no ambiente familiar.

REFERÊNCIAS

BRAGA, C. J. M. et al. Jogo de cartas como estratégia para o ensino de doenças autoimunes na graduação médica. **Rev. Eletron. Comun. Infnov Saúde**. v. 13, n. 3, p 594-607, jul.-set, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. 2nd ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017; 705 p.

BRITO, J. G.; MARTINS, C. G. B. Intoxicação acidental na população infanto-juvenil em ambiente domiciliar: perfil dos atendimentos de emergência. **Rev. Escenferm. USP**, São Paulo. V. 49, n. 3, p. 373-380, jun. 2015.

COVOS, J. S. et al. O novo perfil de alunos no ensino superior, e a utilização de jogos lúdicos para facilitação do ensino aprendizagem. **Revista Saúde em Foco**. Edição nº –, p. 62-74, 2018.

DANTAS, R. A. N. et al. Abordagem dos primeiros socorros na escola: crianças, adolescentes e professores aprendendo a salvar vidas. **Rev. Enfermagem Brasil**. V. 17, n. 3, p. 259-265, 2018.

FERREIRA, C. P. S. et al. Estratégias pedagógicas para educação em saúde com adolescentes: uma revisão integrativa. **Rev. fundam. care. online**. V. 8, n. 3, p. 4197-4211, abr./jun. 2016.

JESUS, E. M. S. et al. Metodologias de ensino e os estilos de aprendizagem na graduação em farmácia: um estudo piloto. **Revista online de Política e Gestão Educacional**. v. 21, n. 1, p. 621-639, out, 2017.

MESQUITA, T. M. et al. Recurso educativo em primeiros socorros no processo ensino-aprendizagem em crianças de uma escola pública. **Revista Ciência Plural**. v. 3, n. 1, p. 35-50, 2017.


MONTEIRO, R. S. M. et al. Ações educativas sobre prevenção de HIV/AIDS entre adolescentes em escolas. **Revista Enfermería Actual**. Edición Semestral, n. 37, jul.-dez., 2019.

PAIVA, M. R. F. et al. Metodologias ativas de ensinoaprendizagem: revisão integrativa. **Rev. SANARE**, Sobral . v. 15 n. 02, p. 145-153, jun./dez. 2016.

SOBRAL, J. P. C. P. et al. Metodologias ativas na formação crítica de mestres em enfermagem. **Ver. Cuidarte**. v. 11, n. 1, p. 1-12, 2020.

SOUZA, E. F. D.; SILVA, A. G.; SILVA, A. I. L. F. Metodologias ativas na graduação em enfermagem: um enfoque na atenção ao idoso. **Rev. Bras. Enferm**. v. 71, suppl 2 p. 976-80, 2018.

TAVARES, J. M. A. Educação em saúde: oficinas de primeiros socorros. In: Congresso de tecnologia na educação; Tecnologias disruptivas na educação: formas inovadoras de ensinar e aprender, 2019, Caruaru. **Anais do congresso de tecnologias na educação**. Caruaru, 2019.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE ATRAVÉS DE METODOLOGIAS ATIVAS COM ADOLESCENTES NA ESCOLA: FERRAMENTA PARA APRENDIZAGEM DE PRIMEIROS SOCORROS

*Tiago Ribeiro dos Santos
Agná Teixeira Braga
Kamila de Castro Morais
Antonio Wellington Vieira Mendes
Kadson Araujo da Silva
Andreza Vitor da Silva
Riani Joyce Neves Nóbrega*

INTRODUÇÃO

Primeiros socorros são caracterizados como o suporte momentâneo aos indivíduos vítimas de acidentes ou doenças repentinas, ocasiões que surgem quando sua condição física ameaça suas vidas. Nesse caso, os socorristas devem manter as funções importantes da vítima e evitar o agravamento da situação até a chegada de ajuda especializada (SILVA *et al.*, 2018).

Dado o exposto, a escola emerge como um ambiente de alerta para episódios de situações de urgência e emergência, sendo os indivíduos inseridos nesses locais possíveis vítimas e testemunhas de alguns incidentes, além de serem disseminadores de informações em meio à comunidade. Sendo assim, é imprescindível ensinar e po-

pularizar as práticas de primeiros socorros no ambiente escolar (ALBUQUERQUE *et al.*, 2015).

Com a globalização, inúmeras modificações vêm ocorrendo nos últimos anos, sendo necessária a adaptação da sociedade, as quais se encontram intrinsecamente ligadas à carência na evolução do processo saúde-doença. Nessa perspectiva, a educação em saúde surge como estratégia de disseminação de conhecimentos que atua no desenvolvimento pessoal e comunitário no que tange a promoção da saúde (DANTAS *et al.*, 2018).

A educação em saúde constitui um importante instrumento de auxílio para melhorar a qualidade de vida de indivíduos e comunidades, bem como fomentar a promoção da autoconsciência e autorresponsabilidade no âmbito da saúde. Além disso, educar em saúde visa esclarecer conhecimentos científicos ao público (SILVA *et al.*, 2018).

O desenvolvimento da educação em saúde visa fornecer suporte às pessoas na obtenção de autonomia a fim de ajudar na identificação e utilização de métodos e meios para manter e melhorar suas vidas. Essa prática requer atenção dos profissionais e deve ser entendida como um aspecto importante na prevenção de agravos e promoção da saúde (MESQUITA *et al.*, 2017).

Nesse cenário, o uso de metodologias ativas auxilia no desenvolvimento crítico-reflexivo com o envolvimento dos participantes na busca pelo conhecimento, além de estimular o processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de práticas adequadas no contexto coletivo (MACEDO *et al.*, 2018).

As atividades educativas que incluem os adolescentes devem partir da perspectiva de construção de hábitos com o intuito de favorecer a autonomia destas. Comumente acidentes acontecem e o âmbito escolar adentra esse cenário, sendo preciso capacitação prévia de crianças, adolescentes e educadores para que possam utilizar técnicas corretas de primeiros socorros e atuar como atores ativos diante de situações de urgência e emergência. Preparar esse público para agir adequadamente frente a situações que demandam primei-

ros socorros é a melhor forma de capacitar futuros adultos que possam auxiliar na redução de sequelas e mortes por causas externas (MESQUITA *et al.*, 2017).

Assim sendo, a importância de empreender a educação à saúde em nosso meio se torna inerente para auxiliar nas ações de promoção da saúde, para o desenvolvimento de condutas satisfatórias, além de atuar como ferramenta valiosa para o fortalecimento da disseminação de conhecimentos à população, contribuindo na diminuição de agravos e na implementação de práticas saudáveis. Desse modo, o objetivo deste estudo é destacar a importância da educação em saúde sobre primeiros socorros na escola para adolescentes através do uso de metodologias ativas.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo. A partir deste, buscou-se a ampliação de conhecimento acerca da importância da utilização de metodologias ativas nas ações de educação em saúde realizadas em escolas como ferramenta de ensino para adolescentes sobre primeiros socorros, baseando-se na seguinte questão norteadora: Qual a importância da utilização das metodologias ativas para as ações de educação em saúde realizadas em escolas para o ensino de primeiros socorros a adolescentes?

Como método de sistematizar a busca e seleção dos estudos, foi realizada a busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), utilizando-se dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) por meio do seguinte cruzamento: Educação em saúde AND Primeiros socorros AND Adolescente OR Escola. As buscas foram realizadas durante o mês de outubro de 2020,

aplicando-se critérios de inclusão: texto completo disponível, idioma português, assunto principal: educação em saúde, promoção da saúde e primeiros socorros, tendo como corte temporal estudos publicados nos últimos cinco anos (2016 a 2020). Foram excluídos artigos duplicados e/ou que não se adequaram à temática objetivada.

A avaliação feita como forma de escolha dos artigos a serem utilizados foi realizada por três leitores de maneira individual, os quais se reuniram posteriormente e observaram a presença de algumas divergências nas opiniões, que, por sua vez, foram discutidas e resolvidas por meio do consenso. A seleção foi executada, inicialmente, mediante a leitura flutuante dos títulos, seguida pelos resumos, e quando selecionados, por meio da verificação completa dos artigos para análise e tratamento das informações obtidas.

RESULTADOS

Inicialmente, a busca virtual nas bases de dados resultou na identificação de 828 trabalhos. Em seguida, ao realizar a seleção dos estudos por meio da aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, resultou-se na seleção final de 8 artigos para compor o estudo, sendo que destes foi perceptível uma maior concentração de pesquisas referentes à temática no período de 2018, com três estudos publicados durante esse ano.

Tabela 1 – Estudos encontrados utilizando os descritores “Educação em saúde; Primeiros socorros; Adolescente; Escola”.

Ano	País	Autores	Título	Publicação
2020	Brasil	Macedo, L. J. S; Lima, C. V. B. Q; Gimenes, E. V; Rigamonte, N. G. S; Silva, P. H. S; Costa, T. R. M; Cruz, V. T; Fiorenzio, P. C. M; Lima, N. C; Techì, L. C; Pinto, E. B; Onteiro, L. C; Mendes, E. A. S; Neto, D. N. O. C.	Comunidade segura: educação da população em primeiros socorros e prevenção de agravos	Research, Society and Development

2020	Brasil	Barbosa, L. A; Salhah, S; Vasconcelos, I. G; Sales, A. F. G; Sales, M. C.	Oficinas como ferramentas para ensino de primeiros socorros no ensino médio	Revista Brasileira de Educação e Saúde
2018	Brasil	Macedo, K. D. S; Acosta, B. S; Silva, E. B; Souza, N. S; Beck, C. L. C; Silva, K. K. D.	Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovação no ensino em saúde	Escola Anna Nery
2018	Brasil	Dantas, R. A. N; Dantas, D. V; Silva, I. R. N; Araujo, N. M. A; Laurentino, A. M. A; Nunes, H. M. A; Ribeiro, M. C. O.	Abordagem dos primeiros socorros na escola: crianças, adolescentes e professores aprendendo a salvar vidas	Enfermagem Brasil
2018	Brasil	Silva, D. P.; Nunes, J. B. B.; Moreira, R. T. F., Costa L. C.	Primeiros socorros: objeto de educação em saúde para professores	Revista de Enfermagem - UFPE <i>online</i>
2017	Brasil	Silva, L. G. S; Costa, J. B; Furtado, L. G. S; Tavares, J. B; Costa, J. L. D.	Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino	Enfermagem em Foco
2017	Brasil	Mesquita, T. M; Albuquerque, R. S; Bomfim, A. M. A; Sales, M. L. H; Santana, M. C. C. P.	Recurso educativo em primeiros socorros no processo ensino-aprendizagem em crianças de uma escola pública	Revista Ciência Plural
2015	Brasil	Albuquerque, A. M; Gouveia, B. L. A; Lopes, C. A. A; Ferreira, J. A; Pinto, M. B; Santos, N. C. C. B.	Salvando vidas: avaliando o conhecimento de adolescentes de uma escola pública sobre primeiros socorros	Revista de Enfermagem - UFPE <i>online</i>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Diante do exposto na presente tabela, os estudos trazem ferramentas importantes para a educação em saúde com foco em primeiros socorros aos adolescentes, salientando-se a carência que a sociedade vive diante de conhecimentos nesse contexto, fazendo-se necessária a implementação da educação em primeiros socorros ainda na escola, para que se tenha uma sociedade baseada em conhecimentos científicos, preparada para prestar socorro e ser capaz de perpetuar estes conhecimentos. Assim, buscam-se destacar

meios de ensino eficazes para os educandos, pois para este é notória a importância de se utilizar metodologias que dinamizem o ensino e colaborem para melhor compreensão das informações, refletindo positivamente em pessoas munidas de conhecimentos eficientes em primeiros socorros e à promoção da saúde na sociedade.

DISCUSSÃO

A educação em saúde é a ferramenta diária para a construção do saber e a forma de preparar a população em promover saúde, desmitificando mitos e comportamentos empíricos que se desvendam como risco para indivíduos necessitando de socorro. Com isso, trabalhar na escola com essa ferramenta é crucial para o desenvolvimento de práticas saudáveis, condutas satisfatórias e, principalmente, a prevenção de agravos. Esta, por sua vez, tem se mostrado carente em todos os seus pilares, a exemplo de professor e aluno, em habilidades para lidarem com situações de primeiros socorros. Isto posto, vê-se a necessidade de alavancar a educação em saúde no âmbito escolar para a construção de uma população informada e instruída sobre condutas satisfatórias com base técnica-científica (BARBOSA *et al.*, 2020).

Assim, ao trabalhar com adolescentes, é necessário utilizar estratégias que melhor auxiliem na aprendizagem dos alunos, como uso de metodologias ativas e incentivo à própria prática, pois são fatores importantes para alcançar com êxito o objetivo da educação em saúde em primeiros socorros. É necessário o uso de metodologias ativas que melhor se encaixe no perfil adolescente utilizando formas didáticas para colaborar na compreensão e fixação das informações dos alunos (ALBUQUERQUE *et al.*, 2015).

As metodologias ativas promovem, concomitantemente por intermédio da sua utilização, uma maior interação, diálogo e engajamento conjunto do público-alvo durante a participação na educação em saúde, resultando assim na consolidação da abordagem pedagó-

gica no ensino de primeiros socorros, além de facilitar o processo de ensino-aprendizagem por meio da efetividade desse recurso educativo (DANTAS *et al.*, 2018).

Corroborando com Mesquita *et al.* (2017), salienta-se que é importante mediar a educação em saúde com estratégias para melhor compreensão com uso de materiais para ensino das temáticas trabalhadas, pois, ao praticar, o público-alvo aprende com mais produtividade. Nesse sentido, é importante utilizar materiais acessíveis e formas de improvisar dependendo de cada incidente, buscando sempre mostrar a realidade a partir de suas próprias vivências a fim de incentivar a participação de todos.

Para isso, a ludicidade transforma-se no método ideal para contribuir efetivamente no processo de transformação do jovem em protagonista desse processo de ensino-aprendizagem, o qual passa a ser o principal agente no aprendizado, auxiliando na compreensão da temática proposta, além de possibilitar a interação entre as pessoas envolvidas, oportunizando a vivência, conversa, esclarecimento e ampliação do conhecimento acerca dos primeiros socorros (MACE-DO *et al.*, 2020).

Desse modo, a escola apresenta-se como local ideal para a realização desses momentos, visto que é um ambiente onde se compartilha saberes, como também um âmbito potencial de risco para quedas e incidentes com os estudantes, tendo em vista as diversas atividades que são realizadas nesse ambiente, principalmente em relação às atividades esportivas. Nessa esfera, também se compreende que os diretores e professores são os principais responsáveis pelos alunos, embora, muitas vezes, não se mostrem aptos a prestar socorro quando necessário. Assim, ressalta-se a necessidade de capacitar e promover a educação em saúde de forma ativa para que assim consigam agir diante de situações emergenciais (SILVA *et al.*, 2017).

É possível observar que, após a análise dos estudos selecionados, a aplicação das metodologias educativas tornou mais eficaz a reten-

ção de conhecimento e/ou habilidades de intervenções de primeiros socorros por parte do público alvo a qual se propõe, por meio da educação em saúde, impactando positivamente no desenvolvimento de conhecimento e habilidade a nível teórico e prático, como também compartilhamento de saberes sobre a temática. Tal achado justifica a manutenção e a continuidade dessas ações educativas de forma contínua no ambiente escolar (SILVA *et al.*, 2018).

Destarte, esta experiência proporciona crescimento aos aplicadores da educação em saúde e aos participantes, permitindo aprender, questionar e refletir sobre as metodologias como estratégias inovadoras para o ensino em saúde, bem como apresenta novas possibilidades e formas para a aplicação da aprendizagem, tendo em vista o fortalecimento de concepção de educação e aprendizagem significativa para maior domínio do conhecimento, ampliando a adoção de outras estratégias educacionais no ambiente de ensino em saúde (MACEDO *et al.*, 2018).

Assim, a formação de pessoas críticas, capacitadas e transformadoras de suas realidades está diretamente ligada às ferramentas pedagógicas que estimulam o aprender, o que pode ser estimulado diariamente nas práticas de educação em saúde a diferentes usuários e comunidades, os quais conseqüentemente irão praticar. Destarte, o debate e a experiência de vivenciar essas metodologias pode se tornar uma importante estratégia para a atuação e resolução de casos por parte desses adolescentes, os quais irão estar capacitados para realizar ações de primeiros socorros (DANTAS *et al.*, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da educação em saúde sobre condutas adequadas de primeiros socorros, por meio do uso de metodologias ativas, possibilita melhor entendimento e aprendizado dos envolvidos, dessa forma, a ligação desses instrumentos no âmbito da temática fomenta

a participação ativa dos educandos e auxilia o desenvolvimento do autoconhecimento e do ensino-aprendizagem.

O uso de metodologias ativas como objeto da educação em saúde impacta positivamente na construção de conhecimentos e habilidades que são concebidas dentro da escola, bem como na obtenção de ensinamentos sobre primeiros socorros. Portanto, ao se aplicar essas estratégias no desenvolvimento de ações dentro do ambiente escolar, cria-se elo para troca de experiências, saberes e atualizações de como reagir a episódios de urgência e emergência.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da atualização dos profissionais de saúde a fim de proporcionar, por meio desse método, um instrumento rico para restabelecer a qualidade da saúde das pessoas. Assim, essas ações facilitam a aprendizagem, instigando o empoderamento para o autocuidado e promoção do cuidado, permitindo disseminar conhecimentos acerca das situações de saúde sob primeiros socorros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. M.; GOUVEIA, B. L. A.; LOPES, C. A. A.; FERREIRA, J. A.; PINTO, M. B.; SANTOS, N. C. C. B. Salvando vidas: avaliando o conhecimento de adolescentes de uma escola pública sobre primeiros socorros. **Rev. Enferm. UFPE online**, Recife, v. 9, n. 1, p. 32-38, jan., 2015.

BARBOSA, L. A.; SALHAH, S.; VASCONCELOS, I. G.; SALES, A. F. G.; SALES, M. C. Oficinas como ferramentas para ensino de primeiros socorros no ensino médio. **Rev. Bra. Edu. Saúde**, v. 10, n. 3, p. 171-176, jul./set., 2020.

DANTAS, R. A. N.; DANTAS, D. V.; SILVA, I. R. N.; ARAUJO, N. M. A.; LAURENTINO, A. M. A.; NUNES, H. M. A.; RIBEIRO, M. C. O. Abordagem dos primeiros socorros na escola: crianças, adolescentes e professores aprendendo a salvar vidas. **Enfermagem Brasil**. v. 17, n. 3, p. 259-265, 2018.

MACEDO, L. J. S.; LIMA, C. V. B. Q.; GIMENES, E. V.; RIGAMONTE, N. G. S.; SILVA, P. H. S.; COSTA, T. R. M.; CRUZ, V. T.; FIORENCIO, P. C. M.; LIMA, N.

C.; TECHI, L. C.; PINTO, E. B.; ONTEIRO, L. C.; MENDES, E. A. S.; NETO, D. N. O. C. Comunidade segura: educação da população em primeiros socorros e prevenção de agravos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e251997241, 2020.

MACEDO, K. D. S.; ACOSTA, B. S.; SILVA, E. B.; SOUZA, N. S.; BECK, C. L. C.; SILVA, K. K. D. Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovação no ensino em saúde. **Escola Anna Nery**. v. 22, n. 3, 2018.

MESQUITA, T. M.; ALUQUERQUE, R. S.; BOMFIM, A. M. A.; SALES, M. L. H.; SANTANA, M. C. C. P. Recurso educativo em primeiros socorros no processo ensino-aprendizagem em crianças de uma escola pública. **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 1, p. 35-50, 2017.


SILVA, D. P.; NUNES, J. B. B.; MOREIRA, R. T. F., COSTA L. C. Primeiros Socorros: Objeto de Educação em Saúde para Professores. **Rev. Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 12, n. 5, p. 1444-1453, maio, 2018.

SILVA, L. G. S.; COSTA, J. B.; FURTADO, L. G. S.; TAVARES, J. B.; COSTA, J. L. D. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. **Enferm. Foco**, v. 8, n. 3, p. 25-29, 2017.



O Projeto Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes é coordenado pelas professoras Natália Bastos e Aretha Feitosa, e conta com 3 extensionistas voluntários e 1 extensionista bolsista. Seu objetivo central é analisar e produzir saberes a partir dos diálogos das juventudes sobre cuidados em saúde por meio de uma tecnologia da informação em comunicação no Programa Em Sintonia com a Saúde através da Web Rádio AJIR (UECE).

As ações têm como público alvo os jovens da E.E.E.P Amélia Figueiredo de Lavor, na cidade de Iguatu, Ceará. Durante as atividades, são exibidos programas acerca de diversas temáticas, que informam e empoderam a juventude.



JOVENS EM AÇÃO E O USO DAS FERRAMENTAS VIRTUAIS PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATÓ DE EXPERIÊNCIA

*Maria Luiza Santos Ferreira
Maria Erica da Silva Oliveira
Vinicius Rodrigues de Oliveira
Maynna Juliana David de Carvalho Oliveira
John Carlos de Souza Leite
Natália Bastos Ferreira Tavares*

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano que abrange muitos desafios, percebidos em mudanças corporais, repercussões psicológicas e sociais que se colocam ao sujeito, geradas pela chegada do adolescente a essa etapa de sua vida. Apesar de ser uma etapa da vida relativamente curta, o adolescente e as pessoas com quem convive passam por transformações significativas (PENSO *et al.*, 2013).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde, são considerados adolescentes quem possui de 10 a 19 anos, e são definidos como adultos jovens aqueles que possuem de 20 a 24 anos. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA estabelece que só serão considerados adolescentes aqueles que possuem de 12 a 18 anos de idade (OMS, 1986; BRASIL, 1990).

Tendo em vista as divergências entre a conceituação de adolescentes e jovens, no que tange às faixas etárias adotadas por diferentes entidades, os integrantes do projeto “Canal Saúde Online” estabeleceram o termo jovens/ juventudes para enquadrar a todos aqueles que possuem entre 10 a 24 anos de idade. Sob esse contexto, adotou-se essa nomenclatura devido ao público-alvo englobar pessoas do ensino médio e do ensino superior.

A universidade possibilita um leque de oportunidades e desenvolvimento pessoal e profissional fomentando um importante papel, solidário, social e cultural. No tocante à extensão universitária, coloca-se em sua constituição como parte relevante no processo formativo dos enfermeiros. Essas ações estão intrinsecamente ligadas a um trabalho de educação para promoção da saúde, sendo, portanto, necessário adequar novas maneiras, arranjos e linguagens que atendam as reais necessidades as quais os mais diversos públicos estão inseridos (NOBRE *et al.*, 2017; SIQUEIRA *et al.*, 2017).

Haja vista que a informação é algo de grande importância que pode ser vinculada aos mais diversos meios de comunicação, e o uso da tecnologia possibilita uma grande extensão e alcance, pois faz parte da cultura digital valorizada na sociedade contemporânea, a partir daí ocorre uma interação e comunicação por meio da rede. Os projetos de extensão que utilizam as novas possibilidades informacionais para a promoção da saúde dos jovens instigam as juventudes na busca por um novo estilo e qualidade de vida (POMPEU; SATO, 2017).

Nessa lógica, o estudo em questão corrobora com os aspectos voltados para a realidade de jovens, principalmente no que se refere à procura e ao desempenho das ações de saúde. Desse modo, torna-se fundamental que eles estejam inseridos no protagonismo para que possam transformar o cenário em que vivem. Sob essa perspectiva, as ferramentas virtuais estão sendo grandes aliadas na construção desse processo.

Ademais, outro fator preocupante é que ainda há uma grande dificuldade desse grupo em buscar os serviços de saúde, sobretudo

no que se refere às ações preventivas e promotoras de saúde. Sendo assim, o objetivo do trabalho é relatar a experiência de uma ação virtual do projeto Canal Saúde Online sobre a saúde dos jovens.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, de abordagem descritiva do tipo relato de experiência, a partir de uma ação do projeto de extensão Canal Saúde Online, da Universidade Regional do Cariri - URCA. Como forma de dar andamento às ações do projeto em meio à pandemia de covid19, resolve-se organizar debates com temáticas relevantes utilizando as ferramentas tecnológicas e virtuais nesta época em que tais ferramentas têm se destacado na contribuição para estreitar laços e levar informações para as pessoas durante o distanciamento social. Previamente às ações, foram delimitados os temas, a frequência com que as abordagens aconteceriam (semanalmente), convidados os participantes e divulgado, nas redes sociais do projeto, coordenadores, colaboradores e extensionistas.

A *live* em questão ocorreu no dia 25 de junho de 2020, por meio da página do Instagram @projetocanalsaude, com a temática “Juventudes em ação” com o público-alvo livre. Ademais, o momento contou com a participação de um convidado, deputado jovem e com a mediação do bolsista do projeto. Outrossim, no decorrer da explanação, os jovens abordaram questões sobre suas trajetórias de vida, com ênfase nas dificuldades que enfrentaram para manter uma boa saúde física e mental ao longo do percurso acadêmico. Além disso, tiveram a oportunidade de esclarecer alguns questionamentos dos internautas. Portanto, o intuito das ações de forma virtual é dialogar com os jovens sobre saúde e problemáticas semelhantes que foram vivenciadas por eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Martins *et al.* (2019) afirmam que os adolescentes, ao chegarem no período da puberdade e com o início de uma vida sexualmente ativa, aumentam a procura pelos serviços de saúde, a destacar os da atenção básica, local onde os profissionais buscam favorecer o acolhimento e estabelecer um vínculo.

Dessa maneira, a juventude é uma fase de importantes mudanças, físicas, psicológicas e emocionais, inclusive no tocante à vivência escolar. Alguns adolescentes mudam de cidade e passam a morar longe dos pais ou responsáveis, outros estudam em turno integral, muitos precisam estudar e trabalhar para ajudar na renda da família. Esses fatores interferem na rotina e, se não houver um equilíbrio, acarretam danos à saúde dos adolescentes. Uma das mudanças consideráveis é a baixa duração do sono.

A duração das fases vigília/sono sofre um atraso na juventude, sendo percebido por horários de dormir e acordar mais tardios. Essa predisposição biológica pode ser acentuada por hábitos como a utilização de eletrônicos no período noturno, que, adicionado às tarefas no início da manhã, aumentam o predomínio de poucas horas de sono na fase da vida em questão. No decorrer do tempo, a má qualidade do sono e a sonolência durante o dia tendem a aumentar, evoluindo na maioria dos casos para déficits cognitivos e diminuição da qualidade de vida. Também podemos citar aos que moram em zona rural e até mesmo em outras cidades, podendo influenciar diretamente nos quesitos supracitados (FELDEN *et al.*, 2016).

Em vista disso, é válido mencionar também alguns temas que foram abordados ao longo da *live* acerca da saúde dos jovens e dos adolescentes e sobre o projeto de extensão.

Pressão para ingressar na universidade e sobrecarga de atividades afetam a saúde mental dos jovens

O estudo em questão reconhece a adolescência como uma fase de grande fragilidade e mudanças em vários aspectos. Como já fora mencionado anteriormente, esse processo pode implicar e influenciar diretamente no senso de preocupação e responsabilidade do indivíduo enquanto vestibulando, passando a assumir uma sobrecarga potencial pela pressão que sofre, tanto de alguns familiares como de si mesmo, para aprovação, podendo causar transtornos psíquicos que podem perpetuar pela sua juventude e por várias outras fases. Vale ressaltar que muitos indivíduos não sabem lidar com o fator estressante ocasionado pelo vestibular.

Diante disso, Silva e Zanini (2011) destacam que a aptidão em lidar com os mecanismos desencadeadores de estresse e ansiedade, por parte dos adolescentes e jovens, pode ser fator discrepante e potencialmente mais importante do que a habilidade acadêmica ou sapiência relacionada ao enfrentamento voltado para o momento do vestibular. Contudo, os participantes da *live*, em especial o participante deputado jovem, colocam suas vivências diante desses conflitos apontando que, mesmo com todas as adversidades sofridas, foi possível estabelecer uma estabilidade emocional para prosseguir de forma salutar durante essa etapa da vida.

Bullying

Sabe-se que, por muito tempo, o Bullying era visto como algo comum e natural entre o público em questão, pois muitos tratavam as implicâncias e os apelidos como coisa boba de criança, “briguinhas ou brincadeiras sem importância”. Sempre existiram esses comportamentos entre os jovens, porém pouco era estudado. Atualmente,

devido às suas graves consequências, essa temática tem sido vista e tratada de forma diferenciada.

É mister ressaltar que, consoante a Calbo *et al.* (2009, p. 74):

Existe uma grande variedade de definições para a palavra bullying, mas pode-se dizer que o termo se refere à exposição repetida a ações propositais que ferem ou prejudicam o indivíduo, caracterizando-se, principalmente, pela disparidade de poder entre os pares, de modo que uma pessoa é dominada por outra. Portanto, o desequilíbrio de poder e as atitudes negativas e repetidas entre iguais constituem as principais características que viabilizam a intimidação do alvo (LOPES NETO, 2005). Esses atos podem ser cometidos por meio de agressão verbal ou física, ou por meio de exclusão de um grupo (LOPES NETO, 2005; OLWEUS, 1993). Determinadas características de um indivíduo podem torná-lo uma vítima potencial de bullying, tais como etnia, orientação sexual, diferença de idade e tamanho (DAWKINS, 1995; SMITH, 2002).

Sob esse cenário, e tendo em vista as exemplificações realizadas ao longo da *live* acerca do bullying vivenciada pelos participantes, percebe-se que tal problemática é algo que está contida na realidade de vários adolescentes e jovens. No entanto, também foi destacado que o meio e as pessoas em questão também são fatores que influenciam na probabilidade da existência da prática de bullying.

Além disso, outro ponto a ser evidenciado é que as atitudes que refletem o bullying podem prejudicar na saúde mental, tanto dos praticantes quanto das pessoas que sofrem. Ademais, consoante o projeto, o bullying provoca consequências que podem ser percebidas por meio das relações amorosas abusivas, já que se torna tão difícil para esse indivíduo conviver e aceitar aquilo que é distinto do considerado “normal” e “aceitável” pela sociedade, visto que, desde a sua infância, ele não conseguiu aprender a respeitar aquilo que é particular de cada pessoa, ou seja, evidenciando ainda mais o quão complicado é estar em uma relação afetiva e aceitar as individualidades de outra pessoa.

Logo, o bullying é um impasse complexo e que se encontra na realidade de vários jovens e adolescentes. Sendo assim, faz-se necessário que ele seja combatido e minimizado para que não alcance mais vítimas que terão sua vida social, emocional, profissional e pessoal prejudicadas pelos malefícios desse empecilho, que tanto desfavorece o progresso da educação e ocasionalmente inibe uma sociedade mais solidária. Desse modo, a ação realizada pelo projeto colabora para colocar em pauta a questão do bullying que foi vivenciada pelos apresentadores e por tantos outros jovens e adolescentes.

Necessidade de olhar para a saúde mental dos jovens

Mediante os problemas susceptíveis a acontecerem com mais frequência durante a juventude e que afetam a saúde mental dos jovens, reconhece-se que há a necessidade de olhar para o indivíduo dessa faixa etária como um todo, percebendo suas dificuldades, necessidades e mudanças.

Felizmente, há um acréscimo do reconhecimento da relevância de acolher os jovens e investir na resiliência mental, desde o início da juventude, a fim de ajudá-los a lidar com os desafios da atualidade. Aumentam as evidências de que promover e proteger a saúde do público juvenil traz benefícios não apenas à saúde dessa parcela da comunidade e a sua família, tanto em curto como em longo prazo, mas também à economia e à sociedade, com jovens que futuramente se tornarão adultos saudáveis aptos a contribuir com mais êxito à força de trabalho, famílias e a comunidade em geral (BRASIL, 2014).

Necessidade de investimentos destinados à saúde dos jovens

A atenção para o cuidado voltado à saúde de adolescentes e jovens representa um considerável desafio para o desenvolvimento das ações em saúde no tocante à representatividade própria desse

grupo populacional ou até mesmo pelos modelos de organização dos serviços de saúde, tornando-se importante a valorização e a qualificação da integralidade para o acesso do sistema de saúde pautado na ampliação e segurança de medidas adequadas para esse público.

Para Vinagre e Barros (2019), proporcionar um investimento na saúde da juventude certamente promove fundamentais e importantes atributos, contemplando tanto essa etapa do ciclo vital como as gerações que estão por vir. Desse modo, pesquisas salientam que a conjuntura dos serviços de saúde, a postura e a acolhida dos profissionais demonstram um papel bastante influenciador e decisivo no atendimento dos jovens, pois, na maioria das vezes, o atendimento e a estrutura são construídas de adultos para adultos, não obtendo um foco específico para o grupo social supracitado e, quando se tem uma experiência positiva mediante a abordagem profissional, torna-se um forte aliado para a procura, podendo assim estabelecer e flexibilizar mais na desenvoltura do atendimento destes, fomentando as ações preventivas e de controle para doenças e agravos que atingem bastante os jovens contemporâneos, como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), uso de álcool e outras drogas, violência, dentre outros.

Dessa maneira, cabe aos gestores das três esferas de governos favorecerem o fortalecimento do financiamento para recursos físicos e humanos, contribuindo assim para o surgimento de políticas públicas que promovam o investimento na saúde e bem-estar dos jovens.

Utilização das tecnologias como metodologias ativas

Partindo do pressuposto das possibilidades do emprego das tecnologias nas ações dos projetos de extensão na comunidade para inovação dos métodos de ensino e aprendizagem em saúde, torna-se relevante a realização dessas práticas como modalidade de avaliação e consolidação da aprendizagem significativa para abordagem em saúde, utilizando-se, para isso, as mídias sociais.

A promoção do diálogo, o compartilhamento de vivências, bem como a formação de um pensamento crítico e reflexivo são pontos positivos da utilização das mídias sociais como metodologia ativa. Observa-se também que a problematização acerca dos temas que são discutidos em cada *live* permite aos envolvidos uma troca de experiências e opiniões, tendo como finalidade a construção de um conhecimento compartilhado. No âmbito da saúde, pode-se observar que influencia positivamente nas práticas de promoção da saúde, principalmente no que diz respeito à capacitação dos estudantes (FERRUGEM *et al.*, 2015).

Importância do diálogo entre os jovens

A princípio, observa-se que o diálogo está contido na história da filosofia. Tal situação é exposta por meio do pensamento de Sócrates. Sob esse contexto, de acordo com Andreola (2006, p. 21):

Ao falarmos em Sócrates, por exemplo, nós lembramos imediatamente a maiêutica socrática e a ironia socrática. É através do diálogo, o tempo todo, que Sócrates faz filosofia e realiza a educação dos jovens. A maiêutica é o diálogo com os discípulos e amigos, desafiando-os a extraírem de dentro de si a verdade, em lugar de ministrá-la ele mesmo, através de exposições magistrais. A ironia era sua forma de dialogar com os sofistas, levando-os a se envolverem nas armadilhas de suas próprias contradições.

Nesse sentido, percebe-se que, conforme Sócrates, é por meio do diálogo que se faz a educação dos jovens. Assim, constata-se que o diálogo é uma ferramenta imprescindível para auxiliar no enfrentamento de dificuldades que assolam os jovens e adolescentes, já que é por meio da conversa que estes podem se conectar e comunicar o que está acontecendo nas suas vidas. Dessa maneira, é imperioso salientar a importância da escuta dos familiares e/ou profissionais da

educação e/ou da saúde para poder entender e compreender o momento pelo qual ele está passando, e assim tentar apoiar e solucionar aquelas dificuldades encontradas pelo jovem.

Diante de todo o contexto em questão, percebe-se a importância de momentos de interação sobre assuntos relacionados à saúde física e mental utilizando as plataformas virtuais. Os meios de comunicação já fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas; quando utilizados da maneira correta, podem trazer benefícios e influenciar nos hábitos de vida da população, instigando assim a buscar mais informações e estabelecer uma melhor qualidade de vida ao propor um maior cuidado com a saúde mental, principalmente nesta época de incertezas provocadas pela pandemia.

A relevância das ferramentas e dos ambientes virtuais na aprendizagem já é identificada pela literatura. As mídias e as plataformas digitais são integrantes da vida e atores sociais fundamentais que integram ativamente as ações cotidianas e participam das decisões, e não mais apenas mediadores ou espaços separados da rotina humana. Uma *live* de poucos minutos é o suficiente para um diálogo enriquecedor e para um aprendizado de grande significância (FRANÇA; RABELLO; MAGNANO, 2019; MUNIZ; LINS; MENEZES, 2018).

Dessa maneira, transcende os mecanismos teóricos, tornando-se possível acompanhar na prática a realidade dos jovens já mencionados, associando a uma visão mais específica e significativa para todos os envolvidos nesse processo, tanto nas ações voltadas para autorreflexão de seus pares, como à compreensão dos adultos e profissionais da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, não é possível dissociar a juventude do uso das tecnologias que, quando bem utilizadas, são grandes aliadas no processo de ensino-aprendizagem. Buscar novas estratégias para que a informação sobre saúde chegue ao público jovem é buscar uma melhoria na qualidade de vida desse grupo e, conseqüentemente, da família e da sociedade.

As *lives* são meios com que a informação pode chegar até os jovens, proporcionando uma interação e um compartilhamento de vivências, contribuindo assim para o fortalecimento das ações de saúde voltadas para estes na perspectiva de propiciar a valorização e percepção de autocuidado desse público, que contribui significativamente para o desenvolvimento social.

Assim, mesmo diante de algumas dificuldades enfrentadas pelo uso das tecnologias, torna-se válido ampliar ações educativas em saúde para a população como um todo, em especial a esse público, que tanto faz parte de uma geração atendida e vivencia uma época que requer o uso dos recursos digitais.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, B. A. Educação e diálogo na perspectiva de Freire. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 13, n. 1, p. 19-34, 6 ago. 2018.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de atenção básica. **Saúde da criança, crescimento e desenvolvimento**. Brasília, DF, 2014.

CALBO, A. S. et al. Bullying na escola: comportamento agressivo, vitimização e conduta pró-social entre pares. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 73-80, dez. 2009.

FELDEN, E. P. G.; FILIPIN, D.; BARBOSA, D. G.; ANDRADE, R. D.; MEYER, C.; LOUZADA, F. M. Fatores associados a curta duração de sono em adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**. v. 34, p., 64-70. Março de 2016.

FERRUGEM, R. N. et al. Bonde do Cine: uma experiência intersetorial de educação popular em saúde. **Rev. APS**. v. 18, n. 4, p. 507 – 511, 2015.

FRANÇA, T.; RABELLO, E. T.; MAGNANO, C. As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 1, p. 106-115, ago. 2019.

MARTINS, M. M. F.; AQUINO, R.; PAMPONET, M. L.; PINTO JUNIOR, E. P.; AMORIM, L. D. A. F. Acesso aos serviços de atenção primária à saúde por adolescentes e jovens em um município do Estado da Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. 35(1); 2019.

MUNIZ, I.; LINS, L.; MENEZES, M. S. Uso de documentário no curso de medicina e a reflexão sobre temas éticos associados ao aborto. **Revista Bioética**. v. 26. n. 4. 2018.

NOBRE, R. S.; MOURA, J. R. A.; BRITO, G. R.; GUIMARÃES, M. R.; SILVA, A. R. V. Vivenciando a extensão universitária através de ações de educação em saúde no contexto escolar. **Rev. APS**, v. 20, n. 2, 2017.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Young People's Health – a Challenge for Society**. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Geneva, 1986


POMPEU, B.; SATO, S. K. Juventude, tecnologia e inovação: uma construção mítica na contemporaneidade. **Mídia e cotidiano**. vol. 11. n. 3. Dezembro de 2017.

PENSO, M. A.; BRASIL, K. C. T. R.; ARRAIS, A. R.; LORDELLO, S. R. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 542-553, 2013.

SILVA, L. S. D.; ZANINI, D. S. Coping e saúde mental de adolescentes vestibulandos. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. **Estudos de Psicologia**. v. 16, n. 2. Goiás. Agosto de 2011.

SIQUEIRA, S. M. C.; JESUS, V. S.; SANTOS, E. N. B.; WHITAKER, M. C. O.; SOUSA, B. V. N.; CAMARGO, C. L. Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2017.

VINAGRE, M. G.; BARROS, L. Preferências dos adolescentes sobre os cuidados de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 24, n. 5. Rio de Janeiro. Maio. 2019.



USO DE FÁRMACOS EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A REPERCUSSÃO DE CONTEÚDOS DE COMUNICAÇÃO PELO CANAL SAÚDE ON-LINE

*Vinicius Rodrigues de Oliveira
Natália Bastos Ferreira Tavares
José Adelmo da Silva Filho
Aretha Feitosa de Araújo
Valéria Silva Araújo
Orbenia Vitorda Costa
Raimundo Augusto Martins Torres*

INTRODUÇÃO

A pandemia que atinge o mundo todo, conhecida como Covid-19, é uma doença originada a partir do contato com o novo coronavírus, conhecido cientificamente como SARS-CoV-2. No Brasil, esse vírus chegou oficialmente em 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo. Perto de um mês de sua chegada ao país, no dia 20 de março, foi declarado que a sua transmissão passou a ser comunitária em todo o território nacional (WHO, 2020).

A doença possui variações em seus quadros clínicos, desde manifestações assintomáticas até as mais graves. Os sintomas mais leves dessa patologia incluem tosse seca, febre e cansaço, sendo recomendado nesse caso o indivíduo ficar isolado em casa. Já os sintomas moderados são dor de garganta, diarreia e perda de paladar e olfato, devendo-se então procurar uma instituição de saúde (XAVIER et al., 2020; LIU *et al.*, 2020).

Por ser uma enfermidade nova e sujeita a mutações, a comunidade científica mundial ainda não apresentou nenhum tipo de antídoto para o vírus. Contudo, há uma profunda discussão no que tange ao uso de drogas, medicamentos e substâncias que possam ao menos atenuar a ação do vírus no organismo humano. Assim, pesquisas que tiveram seu andamento acelerado apresentaram resultados conflituosos que dividiram opiniões dentro e fora comunidade científica, como é o caso das pesquisas envolvendo a Cloroquina e a Hidroxicloroquina, que se tornaram frutos de debates sobre sua eficácia, benefícios e possíveis consequências. Ademais, as terapias não farmacológicas, sem nenhum respaldo científico, foram ganhando espaço diante da situação de medo e caos (SILVA; AZIZE, 2020; CAVALHEIRO, 2020).

Essas, dentre muitas outras, foram situações que abriram margem para propagação das notícias falsas, as famosas Fake News, que, durante a pandemia, têm sido disseminadas em nível exponencial e causado sérios problemas em uma conjuntura de saúde pública. As mídias sociais têm sido um espaço propício para o compartilhamento dessas notícias sem nenhuma fonte segura (APUKE; OMAR, 2020).

No tocante às mídias e redes sociais, os jovens são frequentadores assíduos do conteúdo oferecido por esses meios e por vezes não detêm a capacidade de identificar as fakenews, o que contribui para que esse público acabe também espalhando a desinformação perpetuada nesse ambiente. Diante desse contexto, percebe-se que é necessário haver uma propagação de notícias verídicas e respaldadas cientificamente, ao passo em que se deve promover e estimular a

alfabetação científica para auxiliar os jovens e a população em geral a entender melhor sobre a Covid-19, assim como os prejuízos oriundos do uso inadequado de medicamentos (JACOBI, 2019; DANTAS; DEC-CACHE-MAIA, 2020).

Sendo assim, o programa, idealizado e transmitido pela Web Rádio Associação dos Jovens de Irajá – AJIR, que funciona como uma rede virtual e interativa de cuidados às juventudes e que propaga conhecimentos de saúde por meio de diálogos, em um espaço e linguajar que condizem com a realidade dos jovens participantes (TORRES et al., 2018), é uma estratégia que fornece subsídios para o enfrentamento da atual pandemia, bem como uma fonte imperiosa para combater quaisquer fontes de desinformação. Além disso, soma-se o impacto das ações de extensão universitária, que abrem portas para aproximar a comunidade do saber científico e os estudantes do público em geral, apresentando resultados favoráveis a todos envolvidos no processo (SIQUEIRA *et al.*, 2017).

Com isso, o presente estudo objetiva relatar a experiência de repercutir o conteúdo de um programa educativo em saúde acerca do uso de fármacos em tempos de Covid-19, veiculado na Web Rádio AJIR, um canal on-line de comunicação e educação em saúde articulado pela Associação dos Jovens de Irajá - AJIR e o Laboratório de Práticas Coletivas em Saúde - LAPRACS da Universidade Estadual do Ceará – UECE (TORRES, 2019). Essa repercussão ocorreu como extensão da comunicação no Canal Saúde Online, que é um projeto de extensão da Universidade Regional do Cariri, Unidade Descentralizada de Iguatu.

MÉTODO

Tratou-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência sobre os modos de repercussão do conteúdo de educação em saúde, produzido na Web Rádio AJIR - UECE e repercutido no Canal Saúde Online - URCA. Nesta universidade, o Canal Saúde Online se configu-

ra como um projeto de extensão com informações sobre educação em saúde, informações de orientação em saúde e publicizados conteúdos em forma de banners, posters, cards, em suas redes sociais na internet, bem como conectando as juventudes da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Amélia Figueiredo de Lavor e da Universidade Regional do Cariri (URCA), Unidade Descentralizada de Iguatu, que conta com a participação dos alunos dos cursos de direito, enfermagem e educação física.

A transmissão dos programas ocorre semanalmente, às quartas-feiras, de forma virtual, e incluem estudantes de todo o estado do Ceará. A divulgação dos conteúdos realizada pelo projeto Canal Saúde Online ocorre por meio dos cards informativos elaborados pela equipe de produção da Web Rádio AJIR. Em seguida, é difundido nas redes sociais WhatsApp, por meio de dois grupos, sendo um com os alunos do ensino médio e outro com os alunos da universidade, e Instagram, mediante página do projeto, que conta com 293 seguidores.

A mobilização dos alunos ocorre alguns dias antes do programa, quando é enviado o card informativo, e os alunos passam a ter contato com a temática, sendo instigados a buscar informações sobre o assunto que será discutido posteriormente. No dia do programa, também são feitas chamadas para incentivar a participação dos estudantes nas atividades, os quais têm participando ativamente do programa realizando e respondendo perguntas, que são enviadas pelos extensionistas para os organizadores do Programa Em Sintonia com a Saúde da Web Rádio AJIR, que oferta os diálogos interativos com nosso Canal Online e várias outras escolas, faculdades e centros universitários.

A experiência em questão contou com um público de sete alunos e aconteceu no dia 27 de maio de 2020, em cenário virtual, com a exibição do programa com temática: "Uso de fármacos em tempos de Covid-19". Para condução desse momento, foi convidada uma enfermeira doutora em farmacologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, é pertinente apontar que, com a divulgação dos cards com informações do programa, foi possível atingir um maior número de jovens, além daqueles que já participam regularmente nas exposições. A mobilização dos participantes foi feita por quatro extensionistas do projeto Canal Saúde Online, favorecendo um maior engajamento dos jovens,

que foram acolhidos do início ao fim do programa, podendo solicitar o suporte do extensionistas a qualquer momento para participar de qualquer atividade que envolvesse a exposição.

O programa foi transmitido pelo site www.ajir.com.br, iniciado às 16h00. Alguns minutos antes, os extensionistas do o projeto Canal Saúde Online fizeram o acolhimento dos jovens participantes, por meio do aplicativo móvel Whatsapp. Salienta-se que todo o processo de comunicação está ocorrendo mediante esse aplicativo, haja vista a situação de afastamento social que vivemos em decorrência da atual pandemia causada pelo novo coronavírus;

Durante o programa, os jovens tiveram diversas oportunidade de interagir. Uma delas foi a pergunta-âncora, cujo objetivo é problematizar o tema prévio do programa com os participantes. Foi enviado um formulário para que os jovens a respondessem, e o participante que a respondesse corretamente e tivesse sua resposta registrada entre as três primeiras, receberia uma premiação como forma de estímulo à participação.

As juventudes também puderam interagir ao passo que sanavam suas dúvidas fazendo questionamentos à convidada do programa. Os extensionistas atuavam na mediação desse momento e enviavam as perguntas para os organizadores da web rádio a fim de que fossem respondidas.

As perguntas feitas pelos jovens apresentaram preocupações quanto às práticas de automedicação e atuação de órgãos responsá-

veis, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), diante do cenário de busca pela cura da Covid-19. Outros jovens mostraram, por meio de seus questionamentos, interesse em saber acerca das medicações atualmente utilizadas no tratamento da enfermidade, bem como confirmar sintomas da doença.

Esses questionamentos reforçam problemáticas da própria juventude, como é o caso da automedicação, uma prática que concerne a seleção e uso de medicamentos para tratar doenças ou sintomas autopercebidos pelo próprio indivíduo, sem a prescrição ou a supervisão de um profissional habilitado. Essa prática tem se perpetuado de forma descontrolada pelos jovens, muitas vezes por falta de instruções. Convém salientar que essa prática acarreta sérios riscos à saúde, uma vez que o uso ou a combinação inadequada de determinadas substâncias pode dificultar o diagnóstico de uma doença mais grave, assim como causar efeitos indesejáveis, risco de intoxicação e ainda alterar o efeito de outro medicamento, podendo potencializar ou até mesmo anular seu efeito (CRUZ *et al.*, 2019; SILVA, *et al.*, 2011; CORRÊA; VILARINHO; BARROSO, 2020).

Contudo, as indagações das juventudes, que são tituladas como perguntas/discursos, as quais são dispositivos das práticas discursivos que movimentam relações de saber e poder no cotidiano da escola (TORRES, 2019), vislumbraram a inquietude acerca da possibilidade da automedicação vir a gerar um agravamento da Covid-19.

Corrêa, Vilarinho e Barroso (2020) afirmam que, no caso da clo-roquina e hidroxiclороquina, por exemplo, ainda que se mostrassem relativamente eficazes como estratégia de prevenção em pouquíssimos testes em curso, seus inúmeros efeitos colaterais e contraindicações as excluem como alternativa preventiva.

Outra grande discussão deu-se sobre o uso do ibuprofeno. Inicialmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou sobre a restrição do uso desse medicamento, com base em resultados de uma pesquisa científica em pacientes com diabetes e hipertensão trata-

dos com o fármaco, que resultou na vulnerabilização da saúde desses indivíduos, aumentando, com isso, os riscos de desenvolverem quadros mais graves da Covid-19. Em seguida, a OMS concluiu, por falta de evidências sólidas, que o fármaco poderia ser utilizado por pacientes diagnosticados com a doença (RIBEIRO, 2020).

Apesar da grande disseminação de informações se voltarem para os fármacos acima citados, uma pesquisa recente, solicitada pelo Conselho Federal de Farmácia (2020), mostrou que houve aumento significativo, nos primeiros meses do ano de 2020, em relação ao mesmo período do ano de 2019, nas vendas de vários outros medicamentos e vitaminas relacionados à Covid-19, dentre eles: o ácido ascórbico (vitamina C), associado por fake news à prevenção da doença, que teve um crescimento de 198,23%; o paracetamol, com 83,56% a mais em sua comercialização; e a dipirona sódica, com aumento de 51%. Isso ocorreu porque, dentre outros fatores, há uma profusão muito grande de informações, incluindo promessas milagrosas de prevenção e cura, o que também pode gerar o aumento da busca por determinadas substâncias. Porém, independente da medicação, quando tomada sem prescrição médica, pode estar oferecendo risco à saúde.

Sendo a Covid-19 conhecida por sua rápida propagação e nível considerável de letalidade, a busca por fármacos que auxiliassem no tratamento da enfermidade tornou-se um cenário notório. Frente a esse quadro, a constante inspeção e regulação de fármacos, como a cloroquina e hidroxicloroquina, passaram a ter mais relevância, pois o aumento de sua demanda para o combate ao vírus pode fomentar a produção de produtos que não apresentem a segurança, qualidade e eficácia esperada (MONTEIRO *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a Anvisa, que também foi mencionada em um dos questionamentos dos jovens, é uma das agências do governo que tem sido destaque durante a pandemia por sua atuação eficaz. Esse órgão também assume, sobretudo, a função primordial nas

ações de fiscalização e no controle da produção dos medicamentos (GUERRA *et al.*, 2020).

Em mais um momento desafiador para a saúde pública, é fundamental destacar a importância da vigilância sanitária para garantir um tratamento eficaz aos casos mais graves da Covid-19 e ao enfrentamento dessa doença. A Anvisa tentou limitar o uso da cloroquina e hidroxicloroquina, considerando-as medicamentos de controle especial, ou seja, só é autorizada a venda com a apresentação de receita médica especial para evitar que a população comece a estocar o medicamento e levar à escassez para quem de fato precisa (MONTEIRO *et al.*, 2020).

Dentre outras estratégias adotadas para o enfrentamento da pandemia, realizadas pela Anvisa, estão a flexibilização de diversos atos de liberação econômica para produção, importação, venda e distribuição de insumos farmacêuticos, medicamentos e produtos hospitalares, permitindo um maior acesso da população a fármacos e outros equipamentos, essências para combater e fornecer tratamento para o novo coronavírus (GUERRA *et al.*, 2020).

Ademais, a Anvisa proporcionou estudos sobre outros fármacos, além da cloroquina e hidroxicloroquina, como o Remdesivir, o qual foi considerado uma alternativa para o tratamento da COVID-19 atuando como um inibidor da enzima RNA polimerase, impedindo assim a replicação viral. Apesar da expectativa quanto a esse fármaco, um estudo realizado com 236 pacientes em dez hospitais da cidade de Wuhan, China, demonstrou que o Remdesivir possui baixa efetividade no tratamento da COVID-19 e efeitos colaterais consideráveis (BEZERRA *et al.*; ESPREAFICO JUNIOR *et al.*, 2020).

Os fármacos já mencionados são os mais conhecidos pela população em geral e, como exposto, nem sempre são os preconizados para o tratamento. Outros medicamentos estão passando por testes e podem ser apontados para responder a dúvida do jovem que questiona acerca as principais medicações que estão sendo usadas para tratar a

Covid-19. Os dados clínicos mostram que os medicamentos corticoides não comprovaram bastante eficácia na terapêutica contra o novo coronavírus, mas sim, demonstram evidências no aumento do risco de danos, incluindo ventilação mecânica prolongada, necrose avascular, depuração viral atrasada e infecções secundárias (DIAS *et al.*, 2020).

No tocante aos antivirais, é fundamental frisar que os mais investigados foram o favipiravir, ritonavir e

remdesivir. No estudo do Ministério da Saúde, favipiravir mostrou um benefício, que foi a redução da febre; entretanto, o ácido úrico teve aumento considerável. Já a respeito do ritonavir, o Ministério da Saúde afirma que esse medicamento tem a capacidade de diminuir a temperatura corporal, mas não é uma atuação muito significativa (ALVES NETO; PIRES, 2020).

Quanto aos antiparasitários, evidencia-se principalmente o uso da ivermectina. Segundo informações do Centro de Estudos do Medicamento (2020), este é um antiparasitário de amplo espectro, que possui registro aprovado pela Anvisa no combate a diversas condições causadas por vermes ou parasitas, sendo um medicamento com reações adversas leves e transitórias, tais como: diarreia, náusea, falta de disposição, dor abdominal, falta de apetite, constipação e vômitos.

Outro medicamento que foi debatido como tratamento para o novo coronavírus é a heparina, que funciona como um anticoagulante para pacientes hospitalizados com Covid-19 que apresentam maior risco de complicações trombóticas, sendo indicado, para a maioria deles, na ausência de contraindicação (Sociedade Brasileira de Infectologia, 2020). O tratamento com plasma convalescente, também alocado dentro das possibilidades para tratar pacientes com a Covid-19, é um método que equivale à administração de anticorpos contra um determinado agente a um indivíduo suscetível com a finalidade de prevenir ou tratar uma doença infecciosa, fornecendo imunidade imediata a pessoas suscetíveis (BRASIL, 2020).

Por fim, os últimos questionamentos se referiram aos sintomas da perda de olfato e paladar como indicador da Covid-19. Costa e Carnaúba (2020) observaram que a perda de olfato/paladar associada à enfermidade em questão tem sido uma queixa frequente e, principalmente, identificada quando se avalia o paciente com ferramentas apropriadas. A combinação de perda de olfato/paladar, febre e tosse é preditiva para teste positivo para Covid-19, perda essa que não depende de obstrução nasal/rinorreia e pode começar antes mesmo dos sinais/sintomas de Covid-19. A recuperação do olfato/paladar, quando há, geralmente ocorre nas duas primeiras semanas após a resolução da Covid-19 (COSTA; CARNAÚBA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, evidencia-se que o trabalho desenvolvido pelo projeto de extensão Canal Saúde Online, como repercutido dos conteúdos publicitários e mobilizados nas interações com a Web Rádio AJIR, consolida-se como uma ferramenta relevante para potencializar a informação e a comunicação para cuidado em saúde com as juventudes. Este o exerce influência positiva sob os indivíduos, pois estimula a adoção de hábitos conscientes de saúde, o desenvolvimento de práticas de autocuidado e do cuidado ao outro, que por vezes são negligenciadas nessa fase da vida. Além disso, a participação no projeto amplia o leque de conhecimentos do público atendido, provocando impactos em curto e em longo prazo.

No cenário da atual pandemia, a exibição do programa voltado à temática do uso de fármacos em tempos de Covid-19, configura-se como uma importante intervenção em nível de saúde coletiva, pois prioriza a dialogicidade com os jovens que conseguem sanar dúvidas e compreender melhor a problemática, possibilitando assim a difusão de conhecimento adquiridos pelas juventudes em seu seio social.

Salienta-se ainda que os benefícios se propagam também na vida dos extensionistas, uma vez que as atividades de extensão os aproximam de um cenário de cuidado aos jovens, fortalecendo o ensino, a aprendizagem e o cuidado a esse público, ampliando o conhecimento dos estudantes acerca da saúde dos jovens. Por fim, é pertinente salientar o papel relevante das universidades envolvidas nesse trabalho com os jovens, pois oportunizam, por meio da extensão universitária, ações que geram retorno social, como se é esperado das instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALVES NETO, U. E.; PIRES, A. C. Drogas e medicamentos investigados para o tratamento do COVID-19. **J. Health Biol. Sci.**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3284>.

APUKE, D. O.; OMAR, B. Fake news and COVID-19: modelling the predictors of fake news sharing among social media users. **Telematics and Informatics**, n. 50, p. 1-16. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tele.2020.101475>.

BEZERRA, H. C. B.; XAVIER, D. P.; BACHUR, T. P. R.; ARAGÃO, G. F. Fármacos antimicrobianos e antivirais com potencial uso terapêutico para a covid-19. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**. p. 0104-0219, 2020. Disponível em: <http://crfmt.org.br/wp-content/uploads/2020/06/2743-9377-1-PB.pdf>.

BRASIL. **Nota técnica:** Utilização de plasma convalescente para tratamento de COVID-19. Ministério da Saúde: Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde – DGITIS/SCT. Brasília, 2020.

CAVALHEIRO, J. R. Os coletivos da Covid-19. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 7-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.002>.

CENTRO DE ESTUDOS DO MEDICAMENTO. Evidências científicas sobre a utilização do medicamento ivermectina para tratamento de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Nota técnica informativa nº 03/2020. Disponível em: http://www.crf-ba.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Nota-te%CC%81cnica-n%C2%B0-3_-ivermectina-e-covid-19.docx.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Levantamento mostra como o medo da Covid-19 impactou venda de medicamentos. **Conselho Federal de Farmácia**, 2020. Disponível em: <https://www.cff.org.br/noticia.php?id=5747>.

CORRÊA, M. C. D. V.; VILARINHO, L.; BARROSO, W. B. G. Controvérsias em torno do uso experimental da cloroquina / hidroxicloroquina contra a Covid-19: “no magic bullet”. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 02, e300217. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300217>.

COSTA, K. V. T.; CARNAÚBA, A. T. L. Smell and taste disorders: warning signs for SARS-CoV-2 infection. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/bjorl/v86n4/pt_1808-8694-bjorl-86-04-0393.pdf

CRUZ, E. S.; SILVA, I.; AUGUSTO, V.; COELHO, A. Incidência da autome-dicação entre jovens universitários da área da saúde e de humanas. **Revista Saúde UniToledo**, Araçatuba, v. 03, n. 01, p. 02-12, 2019.

DANTAS, L. F. S.; DECCACHE-MAIA, E. Divulgação científica na luta contra as notícias falsas em tempos de Covid-19. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 7, e797974776, 2020.

DIAS, V. M. C. H. *et al.* Orientações sobre Diagnóstico, Tratamento e Isolamento de Pacientes com COVID-19. **Jornal of Infection Control**, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/07/orientacoes-sobre-diagnostico-tratamento-e-isolamento-de-pacientes-com-covid-19.pdf>

ESPREFICO JUNIOR, C. R.; ANTONIO, M. V. N.; IMPERADOR, C. H. L.; CHIN, C. M.; BOSQUESI, P. L. Remdesivir, nitazoxanida e ivermectina na COVID-19. **Jornal UL Med**, 2020. Disponível em: <http://189.112.117.16/index.php/ulakes/article/view/259/243>.

GUERRA, S.; SALINAS, N. S. C.; GOMES, L. T. As agências reguladoras em resposta à crise da COVID-19. **Physis: Revista de Administração Pública**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-874.pdf>.

JACOBI, G. **Mídias sociais como fonte de informação de adolescentes e jovens em tempos de fake news**. Trabalho de Conclusão Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

LIU, Y.; GAYLE, A. A.; WILDER-SMITH, A.; ROCKLÖV, J. The reproductive number of COVID-19 is higher compared to SARS coronavirus. **Journal of Travel Medicine**, v. 27, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jtm/taaa021>.

MONTEIRO, M. A.; NOVOTNÝ, T. S.; LIMA, P. C.; OCHS, S. M. Vigilância Sanitária de Produtos e Falsificações no Combate à Covid-19: Cloroquina e Demais Produtos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 8357-8370, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/13308>.

RIBEIRO, W. OMS volta atrás sobre restrição de ibuprofeno no tratamento do coronavírus. **Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade**, 2020. Disponível em: <https://www.ictq.com.br/farmacia-clinica/1288-oms-volta-atras-sobre-restricao-de-ibuprofeno-no-tratamento-do-coronavirus>.

SILVA, I. M.; CATRIB, A. M. F.; MATOS, V. C.; GONDIM, A. P. S. Automedicação na adolescência: um desafio para a educação em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 1651-1660, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700101>.

SILVA, M.; AZIZE, R. L. Substâncias sob suspeita: regulações e incitações suscitadas pelo coronavírus. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 02, e300204, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300204>.

SIQUEIRA, S. M. C.; JESUS, V. S.; SANTOS, E. N. B.; WHITAKER, M. C. O.; SOUSA, B. V. N.; CAMARGO, C. L. Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e20170021, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170021>.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. Informe da sociedade brasileira de infectologia sobre o novo coronavírus nº 15: uso de medicamentos para covid-19. SBI, 2020. Disponível em: https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2020/06/SBI_Informe-15_Medicamentos-2.pdf.

TORRES, R. A. M.; ABREU, L. D. P.; ARAUJO, A. F.; VERAS, K. C. B. B.; OLIVEIRA, G. R.; TAVARES, N. B. F.; TORRES, J. D. M.; NEVES, T. M.; LOURENCO, S. F. S. V.; COSTA, I. G. Promotion of webcare in nursing through a webradio: knowledge of schoolage youth on collective health themes. **International Journal of Development Research**, v. 9, p. 25661, 2019.

TORRES, R. A. M.; CORREIA, V. H. G. A.; DANTAS, E. O. M.; FREIRE, A. A.; FERREIRA, J. C. S. C.; ROCHA, L. A.; OLIVEIRA, M. R. Mobilização de jovens adolescentes de escolas públicas em contato com a tecnologia da web rádio. **Revista Conexão UEPG**, v. 14, p. 1, 2018.

TORRES, R. A. M.; SILVA, M. A. M.; BEZERRA, A. E. M.; ABREU, L. D. P.; MENDONÇA, G. M. M. Comunicação em saúde: uso de uma webrádio com escolares. **Journal of Health Informatics**, v. 2, p. 58-61, 2015.

WHO. World Health Organization. **Procedures concerning public health emergencies of international concern (PHEIC)**. Disponível em: <http://www.who.int/ihr/procedures/pheic/en/>

XAVIER, A. R.; SILVA, J. S.; ALMEIDA, J. P. C. L.; CONCEIÇÃO, J. F. F.; LACERDA, G. S.; KANAAN, S. COVID-19: manifestações clínicas e laboratoriais na infecção pelo novo coronavírus. **J. Bras. Patol. Med. Lab.**, Rio de Janeiro, v. 56, e3232020, 2020.



O Projeto de Extensão Juventude e Saúde é vinculado à Universidade Regional do Cariri / Unidade Descentralizada de Iguatu - CE e integrado ao Departamento da Enfermagem. Iniciado em 2012, atualmente é constituído por um professor-coordenador, duas colaboradoras, dois monitores voluntários e dezenove alunos voluntários.

Com o intuito em propiciar conhecimentos por meio de ações de educação em saúde, abordando temas como drogas, alimentação saudável, percepção e imagem corporal, sexualidade e bullying, o projeto desenvolve-se em escolas do município de Iguatu, tendo como público-alvo estudantes de Ensino Fundamental II da rede pública de ensino, abrangendo aspectos da pré-adolescência e adolescência.

As ações acontecem mensalmente nos turnos manhã e tarde, com um total de aproximadamente 105 alunos beneficiados. As reuniões acontecem quinzenalmente e os membros voluntários constroem metodologias educativas para abordar as temáticas, utilizando oficinas que favorecem a interação com o público, como jogos, verdadeiro/falso, construção de cartazes, mitos/verdades entre outras. Ademais, identificam-se os pontos positivos e negativos percebidos durante as ações para aperfeiçoamento das metodologias e conteúdos compartilhados.



EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: RELATANDO VIVÊNCIAS

*Ana Karoline Alves da Silva
Celena Pedrosa Cavalcante
Maria Neliane Saraiva Rabelo
Mayrla Sales
Yanca Carolina da Silva Santos
Marília Brito de Lima
Moziane Mendonça de Araújo
Herlys Rafael Pereira do Nascimento*

INTRODUÇÃO

A adolescência é um processo de mudança e transformação anatômica, fisiológica, emocional e comportamental que interfere na formação da personalidade de uma pessoa, a qual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é estabelecida entre os 10 e 19 anos de idade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define que essa fase se situa entre os 12 e os 18 anos incompletos (FERREIRA *et al.*, 2019).

As intensas transformações do indivíduo na adolescência fazem com que esta seja um tempo de instabilidade, de excessos e também das variações. Justamente por se tratar de um período de transição, a adolescência é uma fase que requer do sujeito cuidado psíquico, em que a abertura para mudanças é ampla, o que faz da adolescência um momento importante para intervenções (DOMINGUES *et al.*, 2018).

Essas transformações ocorrem, interna e externamente, no corpo inteiro, e o jovem identifica as mudanças, sente uma evolução da sua sexualidade e, com a produção intensa de hormônios, manifestam desejos que antes eram inexploráveis. Pode-se perceber o turbilhão de descobertas do próprio corpo e do mundo à sua volta. O adolescente passa por dúvidas e inseguranças frequentemente e necessita transpor o autoconhecimento para defender sua própria identidade e se posicionar perante a sociedade (BRASIL; CARDOSO; SILVA, 2019).

Nessa fase, ocorre a experimentação da sexualidade que, em um conceito mais abrangente, é a energia que está integrada no ser humano, independente do sexo e da idade, a qual envolve práticas e desejos interligados a distintas formas de sentir prazer e se satisfazer. Assim, a sexualidade, condição de ter sexo e de ser sexuado, faz parte da natureza humana, fazendo-se presente em todas as fases da vida (FERREIRA *et al.*, 2019).

A sexualidade se desenvolve com particularidades diferentes em cada indivíduo, comprovando que a cultura, o contexto e a história de vida das pessoas são essenciais para compreender as inúmeras manifestações da sexualidade na adolescência em especial. A sexualidade toma para si grande parte da preocupação não só individual, mas social e acadêmica (MORAES; BRÊTAS; VITALLE, 2018).

As informações são imprescindíveis nessa fase, pois se percebe, ainda hoje, grande dificuldade de muitas famílias em conversar sobre sexualidade, julgada como tabu para a maioria delas. Destaca-se assim que muitos jovens não têm abertura para dialogar com seus pais sobre essa temática, dificultando a obtenção de um conhecimento adequado e o esclarecimento de suas dúvidas (BRASIL; CARDOSO; SILVA, 2019).

Nessa perspectiva, vale destacar a importância da educação em saúde e educação sexual como estratégia de compartilhamento de conhecimento acerca dessa fase para que os adolescentes adquiram as informações antes que comecem suas vidas sexuais ativas e con-

sigam se prevenir corretamente, não só de uma gravidez precoce e não planejada, mas também de várias Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) as quais possam estar expostos (FERREIRA *et al.*, 2019).

As ações de educação em saúde, portanto, incentivam o público-alvo a buscar auxílio perante as suas incertezas e favorecem o vínculo com esses adolescentes, visto que devem ser consideradas as especificidades de cada envolvido, bem como compreender o meio social no qual estão inseridos, contribuindo para que estes possam se sentir confortáveis para expressarem suas dúvidas e angústias (PICCIN *et al.*, 2017).

O tema da sexualidade vem sendo trabalhado nas escolas com o intuito principal de prevenir as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a AIDS e a gravidez na adolescência, as quais fazem parte do foco na prevenção por meio da promoção do sexo mais seguro e da superação de condições vulneráveis. Deste modo, a promoção do uso do preservativo como método de proteção mantém-se, ainda hoje, como estratégia primordial de políticas de prevenção (RUSSO; ARREGUY, 2015).

Dessa forma, considera-se que a escola seja um ambiente propício para o compartilhamento de informações sobre sexualidade e adolescência, cujo conhecimento sobre sexualidade relaciona a escola como lugar de mudanças positivas para o comportamento sexual, não somente atribuído ao fato de ser a escola o local de maior concentração de pessoas em uma mesma faixa etária, mas sim de ser um lugar de comunicação social frequente, em que a sexualidade é vivida e tratada de diversas formas e com os mais variados pensamentos, valores e conhecimentos agregados (LARA, 2019).

Diante do exposto, este estudo objetiva relatar as vivências de ações realizadas por extensionistas sobre a educação sexual, abordadas com adolescentes em escolas de ensino fundamental da cidade de Iguatu - CE.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, de ações desenvolvidas por um projeto de extensão intitulado “Juventude e Saúde”. Este teve início em 2012, na Universidade Regional do Cariri - URCA, Unidade Descentralizada de Iguatu, na região Centro-sul do Ceará.

O referido projeto realiza oficinas educativas com adolescentes com idade entre 11 e 14 anos de escolas públicas do ensino fundamental da cidade de Iguatu - CE, com temáticas relevantes para o público em questão, tais como: educação sexual, alimentação saudável, álcool e drogas. Atualmente o projeto é composto por três professores coordenadores e 25 extensionistas do curso de Enfermagem, os quais são divididos em pequenos grupos, em que cada um fica responsável por abordar determinada temática nas escolas.

O bolsista do projeto de extensão é responsável por entrar em contato com o responsável de cada escola com o intuito de este permitir a realização das ações no ambiente escolar. A partir disso, o diretor ou o coordenador informa a turma e solicita a temática que considera ser relevante para a faixa etária, ficando o grupo responsável por determinado tema em se organizar para realizar a ação educativa.

Para abordar a temática sobre a educação sexual, participam seis acadêmicas do curso de graduação em Enfermagem, que também são extensionistas do projeto, e que ficam responsáveis por realizar oficinas com os jovens, especificamente com aqueles que estejam no sétimo e oitavo ano letivo.

Anteriormente à realização das ações, as integrantes do projeto se reúnem de forma presencial ou utilizando o meio de comunicação **WhatsApp** para discutir sobre o assunto, assim como a metodologia que será utilizada.

O planejamento se dá mediante a leitura de materiais disponibilizados pela internet, como livros, artigos científicos e a caderneta do adoles-

cente do Ministério da Saúde (MS), e, a partir disso, cada membro se responsabiliza em abordar um determinado tópico referente à sexualidade.

Durante as oficinas, são explanados os principais tópicos sobre a educação sexual, enquanto são apresentados alguns exemplos de métodos contraceptivos. Em seguida, é realizada uma metodologia ativa referente ao tema com os estudantes para constatar se o que foi desenvolvido durante a ação obteve resultados. Todo o desenvolvimento da ação tem duração média de 40 minutos.

Com o intuito de complementar o estudo e dar embasamento teórico, realizou-se uma busca por artigos no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DECS): “Educação em Saúde”, “Sexualidade” e “Adolescentes”. Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos em formato de texto completo e que estivessem no idioma português. Foram excluídos os artigos repetidos e que não atendiam ao objetivo do estudo, resultando em um total de 12 artigos.

Por se tratar de um relato de experiência, o presente estudo não exige aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), no entanto, os preceitos éticos que regem as pesquisas em saúde foram rigorosamente atendidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na adolescência, a idade reprodutiva e a sexualidade tornam-se mais manifestas e marcantes, pois os indivíduos podem assumir condutas de risco por não estarem preparados para isto, contribuindo assim para o aparecimento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez indesejada (FERREIRA *et al.*, 2019). Dessa forma, as ações de educação em saúde sobre essa temática tornam-se de suma importância, visto que informações fidedignas são transmitidas, resultando na diminuição dos riscos que prejudiquem a saúde do adolescente.

De acordo com Oliveira (2017), a educação em saúde é um processo metódico e contínuo que tem como objetivo principal construir e desenvolver no indivíduo conhecimentos, competências e consciência crítica sobre determinado assunto. Sendo assim, a educação em saúde na adolescência se torna ainda mais essencial, tendo em vista que é o período de transição entre a infância e a vida adulta.

Partindo do pressuposto que a escola é considerada um local que dissemina conhecimentos, optou-se por realizar as ações educativas nesse ambiente, por ser apropriado para esse processo de ensino e por contar com a colaboração dos professores, apesar de nem sempre apresentarem capacitados sobre a temática. No entanto, vale ressaltar que, durante as ações, alguns docentes ficavam em sala de aula, bem atentos, alguns já trabalhando a temática, mesmo que de forma limitada, com os alunos, ao passo que outros, não.

De acordo com Guedes, Santos e Neto (2017), a falta de capacitação dos docentes que trabalham com essa faixa etária estudantil representa o maior desafio a ser enfrentado, pois muitos desses profissionais não sabem como abordar a temática ou têm aversão em falar desta por ser um assunto acompanhado de muitos tabus, sendo necessário investir na capacitação docente.

Com o propósito de suprir tais carências e englobar os adolescentes na aquisição de informações, o projeto oferece um suporte para essas questões. Inclui-se o compartilhamento de conhecimentos, instigando os estudantes sobre a importância do saber se prevenir e lidar com algumas situações que perpassam a sexualidade, envolvendo principalmente a saúde.

A princípio, a equipe apresenta-se para os adolescentes, para que assim possa haver uma confiança entre a equipe e os alunos, e logo após inicia-se a educação em saúde. Em todas as ações já realizadas pôde-se notar que os adolescentes apresentam timidez, porém ficam curiosos sobre a temática, permanecendo atentos durante toda a ação.

Em um primeiro momento, é realizada a explicação teórica sobre as transformações ocorridas nos meninos e meninas na puberdade,

período menstrual, preservativo feminino e masculino e sobre o uso da pílula anticoncepcional, ressaltando sempre a importância de usá-la apenas com indicação de um profissional de saúde. Durante a explicação, observa-se que alguns adolescentes já têm conhecimento sobre o assunto, porém, a maioria demonstra desconhecimento em relação a sua respectiva utilização.

As extensionistas disponibilizam o material para complementar a explicação teórica, como também para facilitar o entendimento dos adolescentes, tais como os preservativos masculino e feminino, uma cartela de anticoncepcional e um absorvente, visto que muitos deles não possuem acesso a essas informações e muitas vezes não conhecem tais materiais.

Apesar de sentirem medo ou vergonha em expressarem suas dúvidas, muitos discentes participaram do momento, em especial as meninas, questionando sobre como ocorria o ciclo menstrual e como se dava a utilização correta dos métodos contraceptivos. Em uma das ações, para facilitar o entendimento, uma das extensionistas explicou, por meio de um desenho expresso no quadro da sala de aula, o aparelho genital feminino e como era introduzida a camisinha feminina, já que é um método pouco conhecido.

Diante disso, observa-se a carência de educação sexual nas escolas, tendo em vista que a sexualidade percorre todas as etapas do desenvolvimento dos alunos e dependerá vigorosamente das características da formação discente e dos diferentes modelos aprendidos na família e na escola através de professores e funcionários (FURLANETTO *et al.*, 2018).

As informações repassadas são essenciais, visto que a desinformação dos adolescentes e o início precoce da atividade sexual sem proteção contraceptiva apresentam consequências, como o aumento dos índices de gravidez na adolescência, de abortos que geram sequelas psicológicas, além das ISTs. Dessa forma, o sentido da sexualidade indica um processo com obstáculos, especialmente quanto à proteção segura para uma relação saudável (FERREIRA *et al.*, 2019).

Logo após a explicação teórica, é realizado um jogo sobre verdadeiro ou falso, no qual os adolescentes são divididos em dois grandes grupos e, em seguida, são realizadas perguntas sobre a temática para que eles possam responder. Percebeu-se que, durante a realização do jogo, os estudantes apresentavam-se atentos às perguntas a fim de acertar o máximo de questões possíveis e assim vencer o grupo adversário.

A utilização de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizado facilita a absorção de conteúdos, pois permite a tomada de decisões durante a resolução de problemas por meio de estratégias atraentes e de fácil percepção, como os jogos educativos (SANTOS *et al.*, 2019).

A escolha por desenvolver a atividade em grupo é justificada por possibilitar aos adolescentes uma maior interação entre eles e por proporcionar novos modelos identificatórios, para além do universo familiar, em que os jovens conseguem adquirir conhecimentos de maneira criativa e compartilhada.

Diante disso, é importante pensar sobre a efetivação e intensificação da educação em saúde, seja mediante oficinas, de disciplinas ofertadas ou até mesmo na implementação de tecnologia educacional, pois essas atividades têm se mostrado cada vez mais eficientes, assim como tem despertado o interesse dos adolescentes em aprender mais sobre a temática (CAMILO *et al.*, 2009).

As oficinas educativas proporcionaram às acadêmicas um olhar mais amplo para os adolescentes, tendo em vista que são considerados uma população vulnerável, pois, durante essa fase da vida, há o interesse em descobrir coisas novas, e muitas delas podem trazer sérios riscos se não houver uma orientação adequada.

Além disso, constatou-se que a realização das oficinas educativas proporcionou às extensionistas a aquisição de competências que contribuem para a prática profissional, como a ampliação de conhecimentos, pois estas buscam material na literatura científica, despertando assim o interesse em estudar o conteúdo e repassá-lo de maneira clara e objetiva, como também a preparação para o trabalho em equipe.

CONCLUSÃO

Os resultados desse estudo mostram que, apesar de que alguns adolescentes já haviam tido contato com informações referentes aos métodos contraceptivos, estes não sabem como fazer a utilização correta. Tal fato aponta para uma necessidade de estar desenvolvendo ações de promoção da saúde sexual, visto que auxilia na melhoria do conhecimento desse público e na tomada de decisões seguras.

As ações promovidas pelo Projeto Juventude e Saúde, além de levarem para o espaço escolar informações seguras embasadas na literatura aos jovens, sempre com metodologias ativas, proporcionam uma melhor compreensão do conteúdo sem o tornar exaustivo, ao passo que captam a atenção de todos os envolvidos no momento das ações. Promovem também para quem executa, os acadêmicos de enfermagem, a experiência de colocar em prática o conhecimento teórico adquirido no ambiente acadêmico de forma clara, simples e objetiva.

Percebe-se ainda que alguns professores já haviam trabalhado a temática, mesmo que de forma limitada, ainda que outros não. Ademais, alguns deles permaneciam nas ações, o que leva à necessidade de capacitação para estes, para uma melhor abordagem sobre a temática da sexualidade na adolescência e todo risco que a envolve sem a devida prevenção, que vai desde uma gravidez indesejada até as ISTs.

Ressalta-se ainda que trabalhar a sexualidade na adolescência não se trata de abordar apenas um simples conceito, mas é de extrema importância entender que a sexualidade possui inúmeras dimensões, sendo esta fruto das relações dos indivíduos em uma determinada sociedade. Desse modo, não é considerada um conceito, mas uma construção feita em diferentes momentos por diversos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, M. E.; CARDOSO, F. B.; SILVA, L. M. Conhecimento de escolares sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. **Rev. enferm. UFPE on-line**. v. 13, e242261. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.242261>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/index>. Acesso em: 19 set. 2020.

CAMILO, V. M. B. et al. Educação em saúde sobre DST/AIDS com adolescentes de uma escola pública, utilizando a tecnologia educacional como instrumento. **DST-J Bras Doenças Sex Transm**, v. 21, n. 3, p. 124-128, 2009.

DOMINGUES, E. et al. Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero Pesquisas e Práticas Psicossociais. **Pesqui. prá. Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 3, p. 1-15, jul./set. e2269, 2018.

FERREIRA, E.A. et al. Sexualidade na Percepção de Adolescentes Estudantes da Rede Pública de Ensino de Macapá. **Rev. Fund. Care. Online**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 1208-1212, out./dez. 2019.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, jun. 2018.

GUEDES, J. C.; SANTOS, H. O.; NETO, I. P. F. A abordagem da educação sexual nos espaços escolares: um olhar sobre a perspectiva dos alunos do ensino médio de Guarái/TO. **Anais da 2º Jornada Científica da Biologia e do 1º Encontro Técnico Científico da Faculdade Guarái (IESC)**, v. 5, n. 2, p. 1-7, dez. 2017.

LARA, L. A. S. Sexualidade na adolescência: necessidades específicas para o atendimento de pacientes adolescentes. **Femina**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 194-212. 2019.

MORAES, S. P.; BRÊTAS, J. R. S.; VITALLE, M. S. S. Educação Escolar, Sexualidade e Adolescência: uma Revisão Sistemática. **J. Health Sci**. v. 20. n. 3, p. 221-230. 2018.


OLIVEIRA, E. C.; FERREIRA, W. F. S.; OLIVEIRA, E. C.; DUTRA, D. A. Cuidados pós-alta em pacientes idosos com sequelas de acidente vascular

cerebral: planejamento de alta hospitalar. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 9, 2017.

PICCIN, C. *et al.* Projeto adolescer: promovendo educação em saúde com adolescentes de uma escola municipal. **Rev. enferm. atenção saúde**. Uberaba, v. 6, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2017.

RUSSO, K.; ARREGUY, M. E. Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”: percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar **Physis: revista de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 501-523. 2015.

SANTOS, R. L. *et al.* Utilização de metodologias ativas para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Interface - Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 480-487, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19081/16165>. Acesso em: 19 out. 2020.



ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: VIVÊNCIA DAS AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO JUVENTUDE E SAÚDE

*Herlys Rafael Pereira do Nascimento
Antonia Tais Ramos da Silva
Antônio Samuel Silva Lins
Leticia Alves Marques
Lorena Pinheiro Braga
Marília Brito de Lima
Moziane Mendonça de Araújo*

INTRODUÇÃO

A função da universidade está voltada para a interação ensino-pesquisa-extensão, pois, além de formar profissionais competentes, também desempenha suas funções sociais ao se interligar com a comunidade. Uma das formas de interação da universidade com a sociedade ocorre com a extensão universitária, da qual um dos principais resultantes é a relação entre os diversos saberes com a realidade da comunidade, permitindo um conhecimento abrangente (CARDOSO *et al.*, 2015).

A Extensão Universitária, numa perspectiva pedagógica, objetiva estimular a visão multidimensional, em que as esferas político-social-humana estejam presentes na formação acadêmica do aluno extensionista, promovendo o estímulo da consciência crítica (SILVA, 2019).

Sabe-se que a formação universitária deve impulsionar o desenvolvimento de competências específicas para a atuação profissional na área de saúde e, também, enfatizar preceitos éticos, técnicos e políticos, no sentido proposto pela Saúde Coletiva. É fundamental vislumbrar novos cenários de formação profissional, nos quais se busca desenvolver uma proposta em rede articulando as instituições de ensino, a gestão do SUS, os serviços de saúde e a comunidade. Assim, a ênfase não deve ser numa educação voltada apenas para a transmissão de conhecimento, mas para as relações sociais, para a problematização e transformação da realidade, integrando docentes, discentes, usuários, gestores, trabalhadores e profissionais de saúde no cotidiano dos serviços e da realidade sanitária para a consolidação do Sistema Único de Saúde (BICARDE; PEREIRA; SILVA, 2014).

No que diz respeito ao curso de Enfermagem, ao longo dos anos, passou por transformações que aproximam o estudante da sua realidade, saindo da lógica acadêmica institucionalizada para um caminho mais flexível do conhecimento. O perfil que se requer do futuro profissional é voltado para uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base nos quesitos técnico-científicos. Para chegar a esse perfil, as universidades estão inserindo mais cedo o aluno em comunidades com o intuito de desenvolver ações que contribuam para a prevenção e promoção da saúde (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2015).

Com relação à promoção da saúde na adolescência, sabe-se que essa etapa configura-se como importante fase no desenvolvimento humano, carregada de peculiaridades e interpretada como transição entre a criança e o adulto pleno, sendo marcada por crescimento corporal acompanhado de alterações fisiológicas, psicológicas e sociais. A compreensão das demandas específicas desse público pode direcionar as estratégias e práticas de cuidado em que este sujeito se faça protagonista no processo de cuidar (CASTRO; OLIVEIRA; SILVA, 2019).

Uma das problemáticas relativas ao cuidar do adolescente é a dificuldade enfrentada pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família na prestação de cuidado integral nesse ciclo de vida, não o incluindo efetivamente nas ações de saúde, por meio de abordagem diferenciada e atrativa, atendendo os adolescentes apenas em situações de maiores riscos, como gravidez e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Essas vulnerabilidades podem acarretar consequências impactantes aos adolescentes, reduzindo qualidade e expectativa de vida. Portanto, é imprescindível ampliar o acesso desse público às atividades coletivas, de cunho educativo e lúdico, voltadas à promoção do autocuidado, contribuindo, assim, para seu protagonismo frente à saúde (CAVALCANTE *et al.*, 2019).

Mediante a demanda por uma atenção em saúde voltada aos adolescentes, o Ministério da Saúde implementou, em 2007, o Programa Saúde na Escola – PSE, o qual direciona suas ações para a promoção e a prevenção em saúde por meio da articulação entre a escola e a rede básica de saúde. Tal programa fundamenta-se no fortalecimento de ações que promovam o desenvolvimento eficaz e minimizem a exposição dos adolescentes às vulnerabilidades. Por outro lado, quando se pensa em educação e saúde, é preciso reconhecer o papel da universidade nas atividades de extensão universitária junto à comunidade e à sociedade, criando sempre possibilidades para a sua produção e construção, pautado no aprofundamento teórico que produza práticas e ações interdisciplinares e intersetoriais para contrapor as situações de vulnerabilidade observada na saúde do adolescente (SOUZA; SOUSA, 2017).

Diante do exposto, frente às vulnerabilidades dos adolescentes e jovens no contexto de atenção à saúde, foi incluído na Universidade Regional do Cariri, Unidade Descentralizada de Iguatu (URCA-UDI), por meio do Curso de Bacharelado em Enfermagem, o Projeto de Extensão Juventude e Saúde, que realiza ações educativas, abordando diversos temas para empoderamento do cuidado em saúde de

adolescentes e jovens, a saber, álcool/drogas, alimentação e nutrição, protagonismo juvenil, saúde sexual/reprodutiva, dentre outros.

Essas atividades proporcionam a discussão de temas importantes para os adolescentes, possibilitando a construção do saber em saúde de modo a favorecer um estilo de vida saudável, com comportamentos responsáveis. Dessa forma, objetiva-se apresentar a vivência do ensino e extensão vinculada ao Projeto de Extensão Juventude e Saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre o Projeto de Extensão Juventude e Saúde do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri, Unidade Descentralizada de Iguatu (URCA-UDI). O projeto surgiu em 2012. Atualmente, é constituído por um professor coordenador, duas professoras colaboradoras, dois monitores voluntários e dezoito discentes voluntários.

Com foco em propiciar conhecimento aos estudantes de escolas públicas sobre práticas de saúde, são realizadas ações de educação em saúde utilizando metodologias ativas, como jogos, questionários sobre mitos e verdades, bonecos com tarjetas, a fim de conscientizar os estudantes sobre os riscos que estão continuamente expostos e orientar sobre a importância da adoção de hábitos de vida saudáveis, implementando ações educativas no ambiente escolar.

Nesse contexto, são divididos subgrupos para desenvolverem ações voltadas às temáticas de sexualidade na adolescência, percepção e imagem corporal, bullying, alimentação saudável e gravidez na adolescência. As práticas acontecem mensalmente e atendem as turmas do sexto ao nono ano das escolas públicas de Iguatu (CE), nos turnos manhã e tarde, com um total de aproximadamente 105 alunos.

Com o intuito de aprimorar as ações de extensão do grupo, as atividades de planejamento e realização das oficinas são realizadas quinzenalmente. Os objetivos desta etapa são fazer um levantamen-

to dos temas a serem abordados de acordo com as demandas identificadas com os professores e alunos das escolas e elaborar estratégias pedagógicas para abordagem das temáticas. Além disso, ao passo que as ações vão sendo desenvolvidas, ocorre a avaliação destas, em que são pontuadas as dificuldades encontradas, bem como os aspectos considerados positivos.

Cada ação tem duração de 50 minutos, sendo estruturada em dinâmica de apresentação e integração dos alunos da escola com os integrantes do Projeto de Extensão, momento destinado à abordagem do tema escolhido para ação mediante a utilização de metodologias ativas e encerramento com avaliação da ação. A avaliação dos momentos realizados na escola dá-se por meio da utilização de questionários pré e pós ação, elaborados pelos alunos do projeto, e aplicados antes e após as oficinas.

No que concerne aos aspectos éticos e legais, é importante destacar que, por se tratar de um relato de experiência, o estudo dispensa aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

A extensão universitária permite a formação dos discentes para seu desenvolvimento profissional e pessoal no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, à troca de saberes com os participantes e à construção de conhecimento durante as atividades de educação em saúde realizadas no projeto. Para tanto, a Universidade Regional do Cariri - Unidade Descentralizada de Iguatu, tornou-se eixo principal no aporte de orientações que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Mediante isso, o projeto Juventude e Saúde corrobora para a aplicabilidade dos conhecimentos teóricos na prática vivenciada, além de contribuir para experiência, currículo e comunicação entre universidade/sociedade.

As ações prestadas ao público adolescente no tocante às orientações de educação em saúde fortalecem a prática de autocuidado, esclarecendo dúvidas, medos, dificuldades e transformações da fase vigente.

Inicialmente, observou-se a dificuldade em aproximar os adolescentes, sendo notória a timidez devido aos assuntos dialogados. Nesse contexto, fez-se necessário buscar estratégias que ampliassem a comunicação dos envolvidos viabilizando a construção e troca de conhecimentos mediante as metodologias aplicadas no projeto.

Durante as dinâmicas, os adolescentes apresentaram-se mais participativos e envolvidos nas atividades propostas. Nessa perspectiva, a asserção de trabalhar temas tabus configurados em sistemas ativos ao decorrer das atividades do projeto amplia o mecanismo de promoção e proteção da saúde, além de estimular o protagonismo da população adolescente nas práticas de autocuidado e bem-estar de vida.

As ações de extensão assumem papel importante para formação de educadores em saúde e para a promoção à saúde do adolescente, visto que estes não procuram os serviços de saúde. Essa fase é permeada de transformações físicas e psicológicas, e o projeto assume a função de educar quanto a essas mudanças e sanar as dúvidas decorrentes deste período da vida, possibilitando a construção e desenvolvimento da autonomia pessoal para o cuidado continuado.

DISCUSSÃO

Schaefer *et al.* (2018), mencionam que a escola possui papel primordial para o desenvolvimento da cidadania e formação de princípios dos jovens, sendo caracterizada como um ambiente facilitador para realização de ações promotoras de saúde, e abrangente de temáticas relacionadas ao estilo de vida, saúde sexual e reprodutiva e saúde física e mental. Ademais, Faial *et al.* (2020) enfatizam a importância da participação no desenvolver das atividades, fundamentada

na construção da relação com a comunidade para a prática de uma atenção integral, social e cultural concretizada.

Para Brêtas *et al.* (2015), o elo entre a extensão e a pesquisa é fundamental, especialmente por desempenhar papel de formadora e transformadora de conhecimentos, enquanto estes estão constantemente modificando a sociedade. Os referidos autores apontam que a interação entre esses dois eixos da prática acadêmica visa aproximar a universidade das necessidades da comunidade, respeitando sempre o comprometimento social e político da universidade.

Nesse cenário, Nepomuceno *et al.* (2013) trazem que o educar em saúde tem por dever abarcar todos fatores presentes de uma comunidade, associando os aspectos emocionais aos biológicos, apontando, por exemplo, que é improvável detalhar a sexualidade sem associá-la à relação pai-filho, ou ainda, explanar sobre métodos contraceptivos desconsiderando as sensações e emoções de uma relação afetiva.

Nessa perspectiva, em se tratando da sexualidade, Almeida *et al.* (2017) descrevem-na como um fenômeno da vida demonstrada na adolescência por meio de afeto, amor, calor e contato, e ainda apontada como um tabu, em se tratando do diálogo dentro das famílias. Demonstrem ainda que o conhecimento dos jovens sobre sexo e sexualidade advém de outros meios de informação, como filmes, internet, revistas e amigos, excepcionalmente por meio de profissionais da saúde ou educação.

Desse modo, Almeida *et al.* (2017) mostram ainda a exacerbada falta de informação dos adolescentes no que tange ao conhecimento sobre as formas de contágio das ISTs, evidenciando uma grande porcentagem de jovens que não conheciam nenhuma maneira de contaminação e percentual maior ainda dos que desconheciam os sinais e a sintomatologia dessas patologias. Pacheco *et al.* (2020) reafirmam esse problema ao demonstrar que há uma grande parcela dos indivíduos envolvidos em um estudo, que não tinham conhecimento sobre anatomia de seus corpos, seu funcionamento, como também as doenças ligadas ao tema.

Outrossim, apontado por Guimarães *et al.* (2017), o modo como a sociedade se relaciona atualmente e aponta para a estereotipagem como um fenômeno que impossibilita a construção de saberes, em razão da maneira como esse problema está posto, pois os estereótipos fixam ideias e argumentos sobre diversos temas e produzem nos indivíduos perspectivas de outrem, o que torna cada vez mais difícil a concepção de novos conhecimentos. Assim, a padronização de conteúdos associados a relações de gênero e uso de preservativos acabam colocando os indivíduos em fragilidades e susceptibilidade à IST e AIDS, devido à fixação do modo de cuidar com a saúde do corpo e das práticas sexuais e estagnação do pensamento crítico.

Portanto, Almeida *et al.* (2017) apontam que há ocorrências de negligência por parte dos pais, por direcionarem a tarefa de falar com os filhos sobre educação sexual para a escola, e enfatizam que o Estado e a instituição escolar têm por dever caminharem lado a lado para a conquista de uma educação que abranja a temática transversalmente, e que os pais não transfiram a responsabilidade do diálogo com os filhos sobre sexo, como também entendam a maneira apropriada de conduzir essa conversa.

Não tão distante, em se tratando da relação dos adolescentes com o uso de álcool e outras drogas, Pereira, Paes e Sanchez (2016) ponderam que, apesar da sociedade caracterizar o ambiente escolar como assegurador da proteção dos indivíduos, o estudo apontou carência de atenção à escola devido ao crescente aumento do uso e porte de drogas dentro das instituições. Ademais, Faria, Moraes e Almeida (2018) revelam uma preocupação para o sistema educacional ao demonstrarem que a escola foi apontada por alunos como um local que frequentam por imposição familiar e social e que este cenário não foi reconhecido como um ambiente para aprendizado e melhoria de saúde.

Nesse sentido, Faria Filho *et al.* (2015) relatam um estudo no qual os participantes referem a conceituação de drogas associando-a à criminalidade e patologias, e apontando ainda que essa posição

pode ter sido tomada devido à historicidade do modo com que a sociedade lida com as drogas, podendo indicar também que essa interpretação viesse a ser um reflexo dos conteúdos do cotidiano dos indivíduos. Entretanto, Faria, Moraes e Almeida (2018) apresentam que muitos jovens detinham conhecimento de maneira resumida no tocante aos riscos do uso de álcool e outras drogas, possuíam visões nítidas da maneira como a sociedade conduz essa temática, como também alguns afirmaram não perceber o álcool como droga devido seus efeitos serem mais brandos.

Isto posto, é imprescindível apontar que, segundo Pereira, Paes e Sanchez (2016), foi possível perceber intervenções de instituições que propuseram a trabalhar ações de prevenção ao uso de drogas, com efeito em outras temáticas, indicando que as escolas que desenvolveram atividades para prevenir o uso de drogas estariam também realizando condutas a respeito de comportamento sexual. Mostra ainda que, ao ser trabalhado o uso de drogas juntamente a outro comportamento de risco, foi capaz de ver mais eficiência em comparação a condutas isoladas.

Pacheco *et al.* (2020) elucidam a vivência da extensão universitária e apontam que a timidez e o incômodo percebido nos alunos, no início da ação sobre sexualidade, indica preconceitos em torno da temática, levando à incompreensão. Entretanto, após um tempo foi percebida um melhor desenvolvimento da atividade, realizada por meio de um diálogo corriqueiro, entendendo que, ao produzir um ambiente comum e acolhedor, a ação pôde ser mais bem aproveitada.

Nesse sentido, Faria Filho *et al.* (2015) mostram que estudos apontam ser fundamental o convite aos participantes para diálogos em cima de temáticas de entusiasmo associados às experiências e trocas, utilizando-se de métodos participativos. Assim, Faial *et al.* (2020) afirmam que a saúde escolar é uma tática com o intuito de aprimorar aptidões individuais e sociais de maneira proativa e de prevenção

com fim na qualidade de vida escolar, ultrapassando barreiras e envolvendo todos os atores.

Silva *et al.* (2018) pontuam que a cooperação dos jovens retrata um procedimento complexo, demonstrando que a autonomia e a presença, enquanto indivíduo atuante, perpassa sobre o entendimento do adolescente e as experiências vividas, sendo importante sua participação para maior aprendizado e empoderamento. Com isso, Faria, Moraes e Almeida (2018) enfatizam a importância de ações lúdicas no ambiente escolar e propõem que estudos demonstram que a realização de atividades de educação em saúde de maneira divertida e ampla possibilitam melhor compreensão das informações e prática na rotina.

Portanto, Almeida *et al.* (2017) apresentam a relevância da construção da atenção por meio de um diálogo que tenha em mente o entendimento dos jovens sobre as temáticas, uma vez que a negligência pelo saber dos participantes pode, além de evidenciar uma compreensão errada, resultar na estigmatização do tema. Ademais, Silva *et al.* (2018) afirmam a importância de valorizar as colocações, questionamentos e vivências do grupo para que as atividades produzam cooperatividade e aprendizados mútuos, entendendo que o processo de aprender acontece constantemente, a partir da relação entre os indivíduos, e perpassa desde a reparação até a desconstrução de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, sendo a extensão universitária um dos eixos para a relação instituição-comunidade, fez-se necessário elucidar a sua importante atuação em prol do progresso da sociedade e benefícios advindos de sua realização. Assim, a promoção da saúde mostra-se como meio indispensável para o compartilhamento de informações, saberes e vivências com o público infanto-juvenil.

Nesse contexto, aponta-se relevante dividir as vivências que permitem aprimorar valores como respeito, tolerância ética, cidadania

e proporcionam o desenvolvimento de importantes comportamentos como aprender a falar e ouvir respeitosamente e aceitar as regras construídas pelo grupo.

Diante disso, compreende-se também ser essencial que a atividade prática de extensão em enfermagem busque cada vez mais a construção de conhecimentos junto aos adolescentes a fim de incentivá-los ao autocuidado, promover saúde e desenvolver o senso crítico e humanístico.

Considera-se assim que a união entre universidade, pesquisa e sociedade apresenta significativo valor nos processos formativos de seus atores, pois essa relação resulta em uma melhor qualidade de vida aos alunos, tendo em vista a partir de diálogos a concepção de indagações a respeito das ações e a transformação dos hábitos diários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. A. S.; CORRÊA, R. D. G. C. F.; ROLIM, I. L. T. P.; HORA, J. M. D.; LINARD, A. G.; COUTINHO, N. P. S.; OLIVEIRA, P. D. S. Conocimiento de adolescentes acerca de enfermedades de transmisión sexual y embarazo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 5, p. 1033-1039, 2017.

BISCARDE, D. G. S.; PEREIRA, S. M.; SILVA, L. B. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, [S.l.], v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014.

BRÊTAS, J. R. D. S. et al. Corpo, gênero e sexualidade: práticas de extensão universitária. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2015.

CARDOSO, A. C. et al. O estímulo à prática da interdisciplinaridade e do multiprofissionalismo: a Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional. **Revista da ABENO**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 2, p. 12-19, 2015.

CASTRO, J. A. R.; OLIVEIRA, M. A.; SILVA, M. R. F. Promovendo Educação em Saúde com adolescentes: estratégia didática e experiência discente. **Saúde Redes**, Ceará, v. 5, n. 2, p. 175-184, 2019.

CAVALCANTE, F. M. L. *et al.* Atividades de extensão universitária: um olhar para a promoção da saúde do adolescente. **Saúde em Redes**, Ceará, v. 5, n. 3, p. 305-315, 2019.

FAIAL, L. C. M. *et al.* A saúde na escola: percepções do ser adolescente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3, 2020.

FARIA, V. G. S.; MORAES, B. D. F.; ALMEIDA, C. S. D. Grupos de promoção em saúde no ensino fundamental com enfoque no uso de álcool e outras drogas. **Revista Guará**, n. 10, 2018.

FARIA FILHO, E. A. *et al.* Concepções sobre drogas por adolescentes escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 3, p. 517-523, 2015.

GUIMARÃES, D. A. *et al.* Formação em saúde e extensão universitária: discutindo sexualidade e prevenção de IST/aids. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde / Brazilian Journal of Health Research**, v. 19, n. 2, p. 124-132, 2017.

NEPOMUCENO, Carla Cardi *et al.* Cuidar por meio da educação: a extensão universitária e a promoção da saúde de adolescentes e jovens. **Revista Em Extensão**, v. 12, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, F. L. B.; ALMEIDA, J. J. J. Extensão universitária: contribuições na formação de discentes de Enfermagem. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Rio Grande do Norte, v. 17, n. 1, p. 19-24, 2015.

PACHECO, E. V. F. *et al.* Derrubando mitos e confirmando fatos da anatomia do sistema reprodutor humano em um contexto de extensão universitária / Breakingdown myths and confirming the facts of the anatomy of the human reproductive system in a context of university extension. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 1, p. 512-517, 2020.

PEREIRA, A. P. D.; PAES, Â. T.; SANCHEZ, Z. M. Fatores associados à implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 44, 2016.

SCHAEFFER, R. *et al.* Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2849-2858, 2018.

SILVA, K. V. L. G. D. *et al.* Formação de adolescentes multiplicadores na perspectiva das competências da promoção da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 89-96, 2018.

SILVA, L. F. M. Assessoria executiva em arquivos: relato das percepções acadêmicas de um projeto de extensão universitária. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 73-90, 2019.

SOUZA, A. L. T.; SOUSA, B. O. P. Educação em saúde na adolescência: uma experiência acadêmica. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 270-279, 2017.




O projeto de extensão “Musicagem” foi idealizado e implementado no ano de 2019 na intenção de unir a música ao cuidado à saúde mental dos discentes do curso de enfermagem a fim de melhorar o bem-estar destes em vários aspectos. Por meio da música, os alunos têm a oportunidade de colocar para fora as suas angústias, ansiedades e sobretudo o estresse que carregam devido às atividades do dia a dia, além de promover a socialização com os outros colegas por terem oportunidade, nos encontros, de trocarem ideias e experiências a fim de ajudar o outro guiados pelo som.

O público-alvo das atividades de extensão são todos os acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri – URCA, Unidade Descentralizada de Iguatu - UDI. Os encontros acontecem quinzenalmente, aberto a qualquer discente que desejar participar. Nos encontros, são feitas dinâmicas para sondar qual a relação dos alunos com a música, os gostos, as frequências com que a utilizam, quais sensações surgem e quais as expectativas sobre elas. É feito inicialmente um momento de relaxamento, por meio de técnicas de respiração, para que os ânimos sejam acalmados e os participantes possam se entregar mais ao propósito do Musi-

cagem. São levadas canções de diversos estilos, as quais são previamente estudadas, letra e melodia, e ao final é feita uma roda de conversa sobre o momento vivenciado.

O projeto conta com extensionistas voluntários e professores coordenadores, os quais têm encontros periódicos de formação sobre música, relaxamento, terapias complementares, e também vivenciam momentos de promoção de bem-estar e liberação das tensões da vida acadêmica e pessoal. Por vezes, o Musicagem é convidado para momentos de descontração no Campus, assim como para auxiliar docentes em suas atividades rotineiras das suas disciplinas. As atividades, no geral, contribuem para a transformação do ambiente acadêmico, para a melhoria das condições dos alunos, na tentativa de diminuir a ansiedade, o estresse e as angústias que a graduação acarreta.



A MUSICOTERAPIA NA ROTINA DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO MUSICAGEM

*Leila Araújo da Silva
Isabela Rocha Siebra
Rachel Cardoso de Almeida
Francisco Diógenes Lima de Assis
Rozanny Gonçalves Fernandes
Nathylle Régia de Sousa Caldas
Amanda Pinheiro de Alencar
Cinthia da Silva Nascimento*

INTRODUÇÃO

A música sempre esteve presente em muitas atividades humanas, sendo usada em rituais importantes, como casamentos, nascimentos, velórios, dentre outros. Em meados do século XX, ela foi uma grande aliada da saúde, pois, durante a Segunda Guerra Mundial, empregaram-na para tratar soldados no pós-guerra. A partir disso, foram elaborados e desenvolvidos estudos científicos que utilizavam a música como recurso terapêutico (GUAZINA; TITTONI, 2008; ARAÚJO *et al.*, 2013).

Com a evolução dos tempos, tornou-se necessário ampliar o conceito de saúde, passando de um *status* de ausência de enfermidade para um pleno bem-estar físico, mental e social. Assim, com base nessa nova perspectiva, surge um novo campo de conhecimento que

busca utilizar a música para fins terapêuticos, a saber, a Musicoterapia (PANACIONI, 2012).

A Musicoterapia é o emprego da música na área da saúde para proporcionar bem-estar físico e mental ao seu usuário, promovendo, conseqüentemente, uma melhora na qualidade de vida (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Entende-se por qualidade de vida como sendo o grau de contentamento das pessoas com as questões emocionais, físicas e sociais, incluindo moradia, estilo de vida e situação econômica. Ainda, pode ser considerado como o conjunto de valores, perspectivas e expectativas pessoais que mudam conforme a cultura e a comunidade e que conseguem ser definido como o sentimento de bem-estar (PANACIONI, 2012).

Nesse sentido, a prática da musicoterapia torna-se viável porque a música possui a capacidade de produzir sentimentos variados, implicando conforto físico e mental. Ressalta-se que essa atividade deve ser aplicada por um musicoterapeuta devidamente qualificado, já que possui uma formação diferenciada, tendo conhecimentos tanto de teoria e performance musical como também de psicologia, anatomia e técnicas de pesquisa (OLIVEIRA *et al.*, 2014; TAETS; BARCELLOS, 2010).

Ademais, os benefícios desse recurso terapêutico são inúmeros: reduz o estresse; melhora a circulação sanguínea, a digestão e a oxigenação; auxilia no controle da pressão arterial; promove um bom relaxamento e aumento da atenção; estimula a memória e a atividade motora; além de elevar o humor (ASSIS *et al.*, 2018; GUAZINA; TITTONI, 2008).

Quando se trata de pesquisas sobre a qualidade de vida de estudantes universitários, os acadêmicos da área da saúde ganham destaque, principalmente no que se refere ao âmbito da saúde mental, uma vez que eles desenvolvem quadros patológicos com mais frequência quando comparados aos estudantes de outras áreas, devido, sobretudo, à pressão e carga horária elevada desses cursos (LIMA *et al.*, 2017).

Corroborando com a temática, Machado, Oselame e Neves (2015) apontam que, levando em conta pesquisas realizadas acerca da saúde de acadêmicos de enfermagem, têm-se aspectos negativos em relação à saúde psíquica, física e mental, além de não se sentirem prontos para o exercício da enfermagem devido à carência de segurança em solucionar impasses em situações complicadas.

Em complemento, Geib e Saupe (2000) afirmam que, na maioria das vezes, a deficiência na qualidade de vida está diretamente ligada ao afastamento familiar – pois muitos precisam sair de sua cidade para estudar –, privação de repouso – devido ao exerceo de atividades –, autoestima baixa, ausência de cuidado e falta de exercício físico.

Os estudantes de enfermagem, ao vincular-se à vida universitária, passam a vivenciar um leque de sentimentos devido a uma série de eventos a que são submetidos, dentre os quais se ressalta a construção de novas amizades, adequação a rotinas e horários, apreensão com o mercado de trabalho, dificuldades financeiras, distanciamento da família, enfrentamento de dor, aflição, enfermidade e óbito diante dos cuidados aos pacientes. Esses acontecimentos necessitam de uma conformação maior, o que pode vir a causar quadros de estresse (PRETO *et al.*, 2018).

Nesse sentido, para melhorar a qualidade de vida dos acadêmicos de enfermagem, superando as consequências negativas geradas pela vivência na universidade, a Musicoterapia surge como um método terapêutico apto, evitando, inclusive, uma possível dependência desnecessária de terapia medicamentosa (PANACIONI, 2012).

Desse modo, o projeto de extensão “Musicagem” foi idealizado na intenção de unir a música ao cuidado à saúde mental dos discentes do curso de enfermagem a fim de melhorar o bem-estar destes em vários aspectos. O projeto desenvolve atividades quinzenais que contemplem os estudantes de enfermagem em atividades dinâmicas e relaxantes que envolvam a música.

Por meio da música, os alunos têm a oportunidade de colocar para fora as suas angústias, ansiedades e, sobretudo, o estresse que carregam devido às atividades do dia a dia, além de promover a socialização com os outros colegas por terem oportunidade nos encontros, de trocarem ideias e experiências a fim de ajudar o outro guiados pelo som.

Salienta-se que o projeto utiliza uma abordagem terapêutica na promoção do bem-estar dos discentes, de forma dinâmica e prática, envolvendo a arte e a saúde, ressaltando o potencial fator de redução de estresse que é a musicoterapia.

Objetivou-se, portanto, por meio deste estudo científico, descrever a implementação da Musicoterapia no contexto acadêmico no âmbito de promoção de saúde e da melhora na qualidade de vida de acadêmicos de enfermagem da Universidade Regional do Cariri (URCA), Unidade Descentralizada de Iguatu – UDI.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência baseado nas vivências do Projeto de Extensão Musicagem, que utiliza a música como principal terapia.

O projeto desenvolve suas atividades na Universidade Regional do Cariri – URCA – UDI, sendo desenvolvidas em uma sala reservada, onde os discentes devem se sentir à vontade e acolhidos, dentro do Campus Humberto Teixeira, onde a URCA funciona.

O público-alvo das atividades de extensão eram todos os acadêmicos do curso de Enfermagem e, por vezes, estudantes dos outros cursos quando o projeto realiza atividades externas e abertas no espaço.

Imagem 1 – Momento de relaxamento e alongamento para os acadêmicos de Enfermagem.



Fonte direta: pertence ao Projeto Musicagem.

Para as atividades começarem, foram selecionados 16 (dezesseis) estudantes extensionistas a fim de conduzirem os encontros contando com o apoio dos 03 (três) professores coordenadores. Os extensionistas foram capacitados quanto à fundamentação do trabalho voluntário, à importância científica da musicoterapia, com dinâmicas de rodas de conversa e técnicas de respiração, além do destaque com relação à importância da produção de pesquisa científica com os dados colhidos nas atividades. As capacitações foram ministradas pelos coordenadores do projeto, sendo divididas de acordo com a afinidade de cada um.

Após as capacitações, a equipe divulgou as ações nas salas e nas redes sociais, expondo o objetivo, comunicando dia, horário e local dos encontros, como seria a dinâmica durante as atividades e convidando todos os estudantes, sempre acompanhados por uma trilha sonora.

Os encontros aconteciam quinzenalmente, abertos a qualquer discente que desejasse participar, onde a cada encontro uma equipe se responsabilizava por mediar e trabalhar a música de maneira terapêutica, de forma que era seguida uma ordem para realização e desenvolvimento do encontro.

Ao início de cada encontro, ocorre o momento de relaxamento com foco na respiração, usando uma música instrumental para proporcionar se conectar com o interior pessoal de cada um dos que se faziam ali presentes. Em seguida, era exibida uma música com letra para que houvesse uma discussão, da qual resultavam reflexões, desabafos e até ensinamentos para a vida. Para finalização do encontro, no intuito de levantar o ânimo do grupo, de forma leve e prazerosa, utilizava-se uma música animada, também para renovar as energias. Os encontros e ações desenvolvidas ocorreram no período de fevereiro a dezembro de 2019.

Para avaliação constante do andamento do projeto, foram realizadas reuniões mensais, agendadas pelos professores coordenadores com os extensionistas. Nessa avaliação, eram discutidas a interação do grupo, as potencialidades, as dificuldades, os trabalhos científicos para apresentação/publicação e eram planejados os encontros do mês posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações foram desenvolvidas tendo a música como a base principal, possibilitando observar uma participação ativa dos estudantes, sendo abordadas técnicas de relaxamento ao controlar a respiração, meditações guiadas e uma música destinada à discussão de vivências.

Sabe-se que os acadêmicos de enfermagem passam por diversos comportamentos que influenciam na sua qualidade de vida (QV), no sentido de realizar atividades de rotina, o que reflete em nível de saúde física, psíquica e mental (MACHADO; OSELAME; NEVES, 2015).

Nesse sentido, após o início da realização das ações, pôde-se perceber uma melhora significativa nos discentes em relação ao estresse que o dia a dia da universidade ocasiona, em que estes relatam evoluções ao expressar sentimentos pelas vivências que os sobrecarregavam, o que traz maior autoconfiança, autoconhecimento, pro-

porcionando mais leveza nas atividades diárias que seriam realizadas sejam elas acadêmicas ou pessoais.

Em um estudo desenvolvido por Santana *et al.* (2018), os autores ressaltam que, quando as exigências diárias excedem a capacidade de reação e adaptação do organismo, inicia-se um processo de desgaste físico e psicológico, ocasionado muitas vezes pelo acúmulo de tarefas, cobranças, dificuldades institucionais, exigências da vida pessoal e social, as expectativas criadas referentes ao curso e o vínculo interpessoal entre os alunos são alguns fatores que se fazem presentes.

De acordo com as necessidades de adesão a métodos de alívio de estresse e ansiedade na rotina dos acadêmicos, foram identificadas, por meio das ações realizadas, uma evolução no sentido de expressão de sobrecargas diárias, quando se é comparado o comportamento destes no decorrer das ações, tendo em vista que o diálogo se manifesta de um modo mais espontâneo nos últimos encontros realizados.

Segundo Costa e Moreira (2016), na área do ensino em Enfermagem, existe uma atenção crescente com a identificação do estresse e ansiedade entre os estudantes, justamente pela necessidade de adaptação aos conhecimentos universitários e ao desenvolvimento de habilidades e competências como forma de preparo ao exercício da profissão. Desse modo, é possível identificar e mencionar que as sobrecargas dos discentes, quando são percebidas, podem ser em decorrência da carga horária exaustiva, as mudanças exigidas pela condição de acadêmico contribuindo para o surgimento de cansaço e angústias, conseqüentemente resultando em sofrimento físico e psíquico.

Com intuito de manter as atividades ativas, o projeto foi conquistando uma maior visibilidade ao trabalhar a música de modo terapêutico, havendo convites para participação deste em eventos da universidade. Com isso, pôde-se perceber uma maior procura e expansão da prática a fim de ampliar o conhecimento sobre métodos que vêm se destacando no SUS para promover um cuidado integral ao indivíduo, em diversos ambientes, ao lidar com pessoas.

A musicoterapia envolve o aspecto emocional de cada indivíduo abrindo possibilidades de se comunicar, tendo em vista que, quando a expressão de fala e ação impõe algum sinal de resistência, na maioria das vezes, a música consegue liberar, sendo evidenciado pelo estímulo sonoro musical, que induz uma resposta corporal por meio de gestos, expressões faciais, influenciando o indivíduo a apresentar o seu sentimento mais facilmente (ASSIS *et al.*, 2018).

Imagem 2 – Momento de liberação das emoções e tensões.



Fonte direta: pertence ao Projeto Musicagem.

Por fim, as ações embasam a necessidade de atentar-se prioritariamente à saúde mental dos acadêmicos, tendo em vista todo o processo de adaptação vivenciado ao ingressar na vida acadêmica, gerando impactos positivos ou negativos, a depender da reação destes à vivência, levando em consideração os aspectos psicológicos e emocionais que, por vezes, pode impulsionar a busca por métodos farmacológicos de forma desnecessária.

Ao dispor de métodos não farmacológicos no ambiente de inserção dos acadêmicos, existe uma grande possibilidade de excluir a medicação, aderindo à busca de métodos benéficos e acessíveis como a

música, meditação, relaxamento, técnicas de respiração de modo terapêutico, práticas que vêm ganhando espaço nos serviços de saúde.

Câmara, Campos e Câmara (2013) visam o uso da musicoterapia com um propósito de compreensão do sujeito que vivencia sobrecargas e, a partir disso, origina-se algum tipo de sofrimento, bem como compreender o modo de enfrentamento desta realidade, que ocorre de maneira singular em cada indivíduo, o que tende a favorecer o resgate de sentido pessoal, refletindo na melhora do convívio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a música tem a capacidade de alcançar o interior do indivíduo, podendo expressar e liberar sentimentos bons e aqueles que causam algo desconfortável em si, torna-se interessante utilizar essa prática alternativa visando à melhora do indivíduo.

A musicoterapia traz diversos benefícios, estimulam a memória, reduz o estresse, aumenta o relaxamento, tanto mental quanto físico, reduz ansiedade, entre outros, promovendo assim uma melhora na qualidade de vida para o indivíduo que se beneficia da musicoterapia, em todas as áreas, sobretudo nos cursos da saúde.

O Projeto de Extensão Musicagem colheu resultados positivos em suas ações, o que comprova que a utilização de técnicas de cuidado alternativo é eficaz e, muitas vezes, pode ser uma substituição a práticas medicamentosas.

Os participantes relatavam, após o momento preparado pelos extensionistas, que conseguiam liberar sentimentos guardados, tornando-se mais leve, expor angústias e preocupações nas rodas de conversas ao refletir as letras das músicas, e liberar as energias com os momentos de descontração e animação. Vale ressaltar também a promoção da socialização com os colegas por terem oportunidade nos encontros de trocarem ideias e experiências a fim de ajudar o outro, guiados pelo som, além da orientação sobre utilizar a música em momentos do dia a dia, sobretudo, nos que os tornam mais ten-

sos, obtendo também respostas positivas com relação ao uso dessa opção de cuidado psíquico.

Diante do exposto, é imprescindível aprimoramento de métodos naturais que visam ao bem-estar do indivíduo, principalmente em esferas coletivas, como o ambiente universitário e a pressão que ele traz, trazendo à tona a necessidade de desenvolvimento de mais estudos que fundamentam os benefícios dessas técnicas com intuito de fortalecer o cuidado integral.

É importante que essas práticas complementares sejam estudadas e aperfeiçoadas desde o período da graduação para que os estudantes entendam o efeito positivo que fornece ao tratamento e cuidado para com os clientes, além de essas técnicas favorecerem ao aluno e futuro profissional um olhar diferenciado, muito mais que um modelo biomédico, mas um cuidado mais humanizado e empático.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. C.; PEREIRA, A.; SAMPAIO, E. S.; ARAÚJO, M. S. S. Uso da música nos diversos cenários do cuidado: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**. v. 28, n. 1, p. 96-106, jan./abr. 2014.

ASSIS, W. C.; BRITTO, F. R.; VIEIRA, L. O.; SANTO, E. S.; BOERY, R. N. S. O.; DUARTE, A. C. S. Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no sistema único de saúde. **Ver. Bras. Promoç. Saúde**. Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 1-6, abr./jun. 2018.

CÂMARA, Y. M. R.; CAMPOS, M. R. M.; CÂMARA, Y. R. Musicoterapia como recurso terapêutico para a saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. v. 5, n. 12, p. 94-117, 2013.

COSTA, M.; MOREIRA, Y. B. Saúde mental no contexto universitário. **Seminários sobre ensino em designer**. p. 73-79, 2016.

GEIB, L. T. C.; SAUPE, R. Educare: ensaiando a pedagogia do cuidado. **Texto & Contexto Enferm**. v. 9, n. 2, p. 497-508, 2000.

GUAZINA, L.; TITTONI, J. Musicoterapia institucional na saúde do trabalhador: conexões, interfaces e produções. **Psicologia & Sociedade**. v. 21, n. 1, p. 108-117, 2009.

LIMA, B. V. B. G.; TRAJANO, F. M. P.; NETO, G. C.; ALVES, R. S.; FARIAS, J. A.; BRAGA, J. E. F. Avaliação da ansiedade e autoestima em concluintes do curso de graduação em enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v. 11, n. 11, p. 4326-33, Nov., 2017.

MACHADO, S. A.; OSELAME, G. B.; NEVES, E. B. Avaliação do perfil e qualidade de vida do acadêmico de enfermagem. **Rev. Aten. Saúde**. São Caetano do Sul, v. 14, n. 47, p. 55-60, jan./mar., 2016.

OLIVEIRA, A. G. S.; RIBAS, B. F.; MARINHO, T. G.; CAVALCANTI, T. V. C.; CORTEZ, E. A.; DUTRA, V. F. BRAGA, D. K. V. A. Promoção da Saúde Mental dos Acadêmicos de Enfermagem. **Revista Pró-UniverSUS**. v. 7, n. 3, p. 32-38, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, C. T.; TEIXEIRA, M. A. P.; CARLOTTO, R. C.; DIAS, A. C. G. Oficinas de Gestão do Tempo com estudantes Universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 36, n. 1, p. 224-233, jan./mar. 2016.


OLIVEIRA, M. F.; OSELAME, G. B.; NEVES, E. B.; OLIVEIRA, E. M. Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática. **Rev. da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Corações, v. 12, n. 2, p. 871-878, ago./dez., 2014.

PANACIONI, G. F. A. **Musicoterapia na promoção da saúde**: Um cuidado para a qualidade de vida e controle do estresse acadêmico. Goiânia, 2012. Dissertação (Mestrado em Música na Contemporaneidade). Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu da Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás.

PRETO, V. A.; BENEVIDES, M. S.; QUEIROZ, B. G.; PEREIRA, S. S.; SOUZA, B. O. P.; SAILLER, G. C.; CARDOSO, L. Estresse e características sociodemográficas em universitários de Enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v. 12, n. 3, p. 701-7, Mar., 2018.

SANTANA, L. L.; BELJAKI, W. D.; GOBATTO, M.; HAEFFNER, R. M.; ANTONACCI, H.; BUZZI, J. A. P. Estresse no cotidiano de graduandos de enfermagem de um instituto federal de ensino. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. v. 8, p. 27-38, 2018.

TAETS, G. G. C.; BARCELLOS, L. R. M. Música no cotidiano de cuidar: um recurso terapêutico para enfermagem. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**. v. 2, n. 3, p. 1009-1016, jul./set., 2010.



PROJETO DE EXTENSÃO MUSICAGEM: UM APOIO ACADÊMICO E PESSOAL AOS EXTENSIONISTAS

*Leila Araújo da Silva
Isabela Rocha Siebra
Rachel Cardoso de Almeida
Francisco Diógenes Lima de Assis
Rozanny Gonçalves Fernandes
Nathylle Régia de Sousa Caldas
Amanda Pinheiro de Alencar
Cinthia da Silva Nascimento*

INTRODUÇÃO

A música possui a capacidade de envolver várias facetas do ser humano, favorecendo a expressão de sentimentos, ideias e/ou conflitos. Nessa perspectiva, a Musicoterapia abre caminhos de comunicação no indivíduo com o uso da música e seus aspectos, na intenção de produzir resultados terapêuticos, de reabilitação e psicoprofiláticos. A sua intenção primordial é oferecer ao usuário um cuidado humanizado, bem como promover bem-estar ao conduzi-lo a uma sensação de paz, tranquilidade, alegria, descontração e alívio de dor. Assim, ela é empregada em tratamentos para distúrbios psicossomáticos, físicos e espirituais (BENZON, 1985; BARCELOS *et al.*, 2018)

Esse recurso terapêutico é considerado um método não farmacológico, o qual sua eficácia está diretamente relacionada a mudanças nos

níveis de endorfinas, que são hormônios com potencial analgésico e melhora a sensação de bem-estar, diminuindo o estresse e a dor. Dessa forma, ele causa efetivamente um efeito relaxante aos seus adeptos por meio de distrações através dos sons musicais (BARCELOS *et al.*, 2018).

Considerando os alunos de graduação, especialmente da área da saúde, observam-se inúmeros fatores negativos relacionados ao bem-estar, como estresse e ansiedade. Esses distúrbios são gerados por desafios enfrentados pelos estudantes universitários, como dificuldade de memória, problemas familiares, ansiedade por causa do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), insatisfação com o curso, problemas nos relacionamentos interpessoais, autocobrança (LIMA *et al.*, 2017; PANACIONI, 2018).

Em complemento a Lima *et al.*, (2017) e Panacioni (2018), Machado, Oselame e Neves (2016) mostram que, observando as pesquisas feitas com estudantes de enfermagem, recebiam-se respostas negativas, no momento em que as questões eram referentes à qualidade de vida, principalmente quando se tratava da saúde mental, física e psíquica.

O déficit na qualidade de vida está fielmente ligado à privação de repouso, autoestima baixa, afastamento familiar, liberdade, falta de exercício físico e ausência de cuidado (GEIB; SAUPE, 2000). É nesse contexto que a musicoterapia pode ser uma estratégia importante de controle dos distúrbios apresentados no período acadêmico.

Nesse sentido, pesquisas sobre a aplicação da Musicoterapia, no âmbito acadêmico, mostram a sua contribuição positiva, principalmente, no controle do estresse acadêmico, no aumento da qualidade de vida e na promoção da saúde (PANACIONI, 2018).

Assim, este trabalho científico se mostra relevante, pois as consequências negativas decorrentes de situações difíceis e adversas vivenciadas pelos alunos no campo acadêmico e que não são tratadas adequadamente acabam, normalmente, influenciando-os futuramente como profissionais. Percebe-se, então, a contribuição essencial da Musicoterapia na vida dos estudantes, porquanto, por meio

de uma melhor qualidade de vida proporcionada por ela, o aprendizado deles melhorará e, como resultado, seus desempenhos como futuros profissionais serão positivos.

Quanto aos extensionistas em específico, além dos benefícios já citados, o projeto de extensão promove o aprendizado sobre os benefícios da musicoterapia na assistência de enfermagem, contribui para a ampliação das ações de ensino, pesquisa e extensão no currículo do aluno, favorece a realização de pesquisas sobre a temática, concede uma maior segurança e desenvoltura ao falar em público, entre outros benefícios que ser extensionista traz.

Objetivou-se, a partir deste estudo científico, demonstrar, sob a ótica dos membros do projeto de extensão Musicagem, a importância da Musicoterapia como estratégia na promoção do bem-estar de acadêmicos do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri – URCA, Unidade Descentralizada de Iguatu - UDI.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência, fundamentado na prática vivida no Projeto de Extensão Musicagem, pelos membros do projeto, onde se utiliza a música como meio de terapia, visando ao relaxamento e melhoria do bem-estar dos acadêmicos do curso de Enfermagem.

O Projeto de Extensão desenvolve suas atividades na Universidade Regional do Cariri – URCA – UDI, em uma sala reservada, onde os discentes expressavam se sentir à vontade e acolhidos, dentro do Campus Humberto Teixeira, onde a URCA funciona.

Imagem 1 – Momento de confraternização dos extensionistas em uma capacitação.



Fonte direta.

Para o início das atividades, foram selecionados 16 (dezesseis) estudantes extensionistas a fim de conduzirem os encontros contando com o apoio dos 03 (três) professores coordenadores. Os extensionistas foram capacitados quanto à fundamentação do trabalho voluntário, sendo as atividades ministradas pelos coordenadores do projeto, divididas de acordo com a afinidade de cada um.

Os membros foram divididos em 04 (quatro) grupos para construírem juntos as ações, sempre com a orientação de um professor coordenador, destacando a presença de pelo menos um dos 03 (três) nos encontros. Após esse momento inicial de formação, ocorreu a divulgação das ações e o planejamento dos momentos por cada equipe, com planejamento mensal.

Os encontros aconteciam geralmente com intervalo de 15 (quinze) dias, preparados com muito cuidado e dedicação por uma equipe diferente, composta por 4 (quatro) extensionistas, buscando novas músicas e dinâmicas a serem trabalhadas com o público. O encontro se dava em três momentos, no qual cada membro tinha uma função específica, revezando a cada mês, proporcionando uma melhor ex-

perícia e um melhor aproveitamento, visando sempre o fator positivo no que se refere ao bem-estar dos estudantes.

No primeiro, utilizava-se como recurso uma música instrumental, que tinha como objetivo realizar um aquecimento com os participantes por meio da respiração/relaxamento, proporcionando um momento de conexão do aluno consigo mesmo. Para isso, foi importante estudarem técnicas de que pudessem deixá-los seguros para guiarem esse início.

Já no segundo momento, trabalhava-se uma música que previamente era cuidadosamente selecionada. Os extensionistas realizavam um estudo breve sobre esta e conduziam os participantes para uma reflexão sobre o que foi ouvido. Nesse momento, durante as capacitações e encontros, os membros puderam desenvolver o aspecto criativo, dinâmico e a segurança para liderar e conduzir os momentos e as experiências descritas, além de saberem lidar com a liberação de sentimentos, como choro, tremores, havendo a necessidade de um olhar bastante empático.

Para finalizar, com o intuito de liberar as tensões que os participantes traziam, era selecionada uma música que possibilitava extravasar todas as emoções guardadas no corpo em forma de tensão. A intenção era permitir sentir no corpo os efeitos que a música proporcionava, promovendo um meio descontraído e alegre para todos. Favorecia aos mediadores a liberação da timidez, a melhora na interação com os colegas do próprio projeto e os outros que estavam vivenciando aquele momento, além de desenvolver o aspecto de liderança e aperfeiçoamento na condução deste.

Desse modo, a experiência foi descrita e categorizada conforme a realização dos encontros, sendo analisada segundo a literatura pertinente ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se, antes de iniciar as ações com os acadêmicos de enfermagem, a necessidade de realizar capacitações no intuito de trabalhar a saúde mental dos extensionistas, promover o bem-estar por meio de alívio de tensões, bem como prepará-los para conhecerem a si mediante momentos de reflexão, para assim, ouvir o outro.

Desse modo, o monitoramento de acadêmicos de Enfermagem faz-se necessário, pois situações como ampla carga horária em sala de aula e práticas, relação professor-aluno, carência de acolhimento e lazer, pouco tempo de sono/repouso, hábito alimentar insatisfatório, ausência de prática regular de atividade física, estresse, ansiedade/angústia por cobranças constantes do desempenho acadêmico e pessoal, experiências relacionadas às condições reais de trabalho, contato com doentes e realização de procedimentos podem ser impactantes nesse sentido, e nota-se que o ambiente acadêmico por vezes não promove ou pode prejudicar o estado de saúde mental dos estudantes (MOURA *et al.*, 2016).

Por intermédio dos encontros abertos ao curso de Enfermagem, os extensionistas promovem, ao público acadêmico, uma maior aproximação com a música, ofertando momentos de descontração ao tocar, cantar, dançar, bem como o diálogo para refletir sobre situações que podem afetá-los de alguma forma.

Para Osse e Costa (2011), as circunstâncias pessoais que causam uma sobrecarga emocional no sentido de superar dificuldades comuns ao desenvolvimento humano, muitas vezes, não encontram espaço para discuti-las em sala de aula, e quando uma necessidade se agrava a partir de uma dificuldade, ela pode representar um dilema para o jovem, que por vezes inexperiente, não busca apoio.

Nessa mesma vertente, as instituições de ensino superior podem promover essa transição, com foco na criação de contextos que visem o indivíduo como um todo, para assim garantir a permanência do es-

tudante no ambiente acadêmico até a conclusão do curso de forma qualificada, ressaltando a ideia de que deve haver uma investigação constante das universidades para o conhecimento da qualidade de vida dos estudantes em todas ou em maior parte das dimensões.

Além dos benefícios apresentados para todos, o projeto de extensão promove, para aqueles que compõem a equipe, um aprendizado sobre os benefícios da técnica na assistência de enfermagem, auxilia o enriquecimento do currículo do aluno, favorece a realização de pesquisas sobre a temática, concede uma maior segurança e desenvoltura ao falar em público, aguça a criatividade e o poder de reflexão diante da história do outro e reforça a importância da humanização no cuidado.

A musicoterapia envolve o aspecto emocional de cada indivíduo abrindo possibilidades de se comunicar, tendo em vista que, quando a expressão de fala e ação impõe algum sinal de resistência, na maioria das vezes, a música consegue liberar, sendo evidenciado pelo estímulo sonoro musical, que induz uma resposta corporal, por meio de gestos, expressões faciais, influenciando o indivíduo apresentar o seu sentimento mais facilmente. (ASSIS *et al.*, 2018)

Logo, Panacione (2012) ressalta que a música pode possibilitar o sentir, o recordar, o expressar, o criar e o autorrealizar de modo fundamental para a experiência da transcendência – a união entre o passado, presente e futuro, pois, por meio de uma visão holística, permite um olhar mais voltado ao corpo, mente e espírito, definindo que a saúde é um processo contínuo de construção de recursos de ação às constantes situações desgastantes.

Imagem 2 – Momento de relaxamento e respiração para os extensionistas.



Fonte direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto reflete a necessidade de abordar situações cotidianas que contribuem, de forma positiva ou negativa, para a saúde mental dos discentes, tendo em vista o bem-estar destes para ouvir e entender o outro livre de crítica e julgamentos. Enfatiza-se que a musicoterapia se mostra eficaz no contexto apresentado, sendo algo importante tanto para quem participa como para quem conduz os encontros.

Projetos de extensão nessa linha são de extrema importância para a promoção da saúde mental e bem-estar dos estudantes, sobretudo, no curso de enfermagem, uma vez que auxiliam no desenvolvimento de habilidades humanísticas que poderão ser realizadas posteriormente na vida profissional, enfatizando que novas estratégias e estudos devem ser realizados, tendo em vista o aprofundamento em outras realidades e situações.

Os extensionistas afirmavam que, após as formações e os encontros, conseguiam liberar sentimentos retidos, com isso ficavam mais

tranquilos. A possibilidade de expor o que sentiam e as preocupações nas conversas em grupo possibilitava que se esvaziassem de sentimentos negativos, além dos momentos de descontração e animação, que permitiam uma maior interação com os outros membros do projeto, bem como com os estudantes que ali estavam participando.

Além de tudo isso, os extensionistas conseguiam, com as formações e encontros, adentrarem no mundo das terapias complementares por meio dos diversos estudos, favorecendo o aumento da quantidade de trabalhos na área, sendo apresentados em diversos eventos e até em trabalhos monográficos, contribuindo para a ampliação das ações de ensino, pesquisa e extensão no currículo do aluno, e concede também uma maior segurança e desenvoltura ao falar em público.

O aperfeiçoamento de métodos naturais que objetivam a qualidade de vida do indivíduo, principalmente em grupos, como na universidade, e tudo que a envolve é algo imprescindível para um melhor desempenho como estudante, pessoa e futuro profissional.

Desse modo, é importante que se tenha a possibilidade de aprimorar o desenvolvimento de novas habilidades acerca da musicoterapia, aprimorando a técnica, e buscar a realização de mais pesquisas, visto que existem poucos estudos na temática. Por ser um método de fácil acesso, torna-se indispensável conhecer efeitos e instigar os profissionais de saúde a se habilitarem e conhecerem mais para desenvolver esse tipo de terapia na prática do cuidado, tornando a assistência mais prazerosa com bons resultados perceptíveis ao usuário.

REFERÊNCIAS

ASSIS, P. Y. S.; SOUTO, L. E. S.; PEREIRA, D. L.; LIMA, C. A.; VIEIRA, M. A.; ASSIS, W. C.; BRITTO, F. R.; VIEIRA, L. O.; SANTO, E. S.; BOERY, R. N. S. O.; DUARTE, A.C.S. Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no sistema único de saúde. **Ver. Bras. Promoç. Saúde**. Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 1-6, abr./jun., 2018.

BARCELOS, V. M.; TEIXEIRA, E. R.; RIBEIRO, A. B. N.; SILVA, L. D. B.; RODRIGUES, D. P.; SIQUEIRA, A. S. A. A musicoterapia em pacientes por-

tadores de transtorno mental. **Ver. Enferm. UFPE online**. Recife, v. 12, n. 4, p. 1054-9, abr., 2018.

BENEZON, R. **Manual de Musicoterapia**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1985.

GEIB, L. T. C.; SAUPE, R. Educare: ensaiando a pedagogia do cuidado. **Texto & Contexto Enferm.** v. 9, n. 2, p. 497-508, 2000.

LIMA, B. V. B. G.; TRAJANO, F. M. P.; NETO, G. C.; ALVES, R. S.; FARIAS, J. A.; BRAGA, J. E. F. Avaliação da ansiedade e autoestima em concluintes do curso de graduação em enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife, v. 11, n. 11, p. 4326-33, nov., 2017.

MACHADO, S. A.; OSELAME, G. B.; NEVES, E. B. Avaliação do perfil e qualidade de vida do acadêmico de enfermagem. **Rev. Aten. Saúde**. São Caetano do Sul, v. 14, n. 47, p. 55-60, jan./mar., 2016.

MOURA, I. H.; NOBRE, R. S.; CORTEZ, R. M. A.; CAMPELO, V.; MACÊDO, S. F.; SILVA, A. R. V. Qualidade de vida de estudantes de graduação em enfermagem. **Rev. Gaúcha Enferm.** v. 37, n. 2, junho. 2016.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estudos de Psicologia**. v. 28, n. 1, p. 115-122, jan./mar. 2011.

PANACIONI, G. F. A. Musicoterapia na promoção da saúde: um cuidado para a qualidade de vida e controle do estresse acadêmico. **Escola de música e artes cênicas**. Universidade federal de Goiás. 2012.




COISA DE ADOLESCENTE

Promoção da Saúde por meio de um Podcast

O projeto “Coisa de Adolescente: Promoção da Saúde por meio de um Podcast” objetiva promover educação em saúde para adolescentes a partir da construção e divulgação de um podcast. Teve sua implementação no mês de março de 2020, no município de Iguatu, Ceará, com adolescentes de duas escolas estaduais de tempo integral e os discentes do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri.

Tendo como principais fases a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, diagnóstico dos assuntos a serem abordados na tecnologia a ser construída, elaboração da tecnologia educativa e a sua divulgação, espera-se contribuir com as discussões sobre adolescência e promoção da saúde do adolescente tanto nas escolas e comunidade escolar, como também na universidade e meio científico.

O público alcançado pelas ações já soma aproximadamente 150 adolescentes e 100 estudantes de enfermagem. Conta com 10 extensionistas e professor orientador, que trabalham em mais ações e produções científicas.



CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES ESCOLARES SOBRE CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E MAMA

*Paloma Loiola Leite
Francisco Ayslan Ferreira Torres
Anne Alice Lucena Alves
Marina da Silva dos Santos
Lanna Kaline Oliveira Meneses
Elias Nelson da Silva Morais
Marianna Magalhães Alves
Lucas Dias Soares Machado*

INTRODUÇÃO

A internet surgiu como meio de globalização e democratização do acesso à informação, de modo que permite que seus usuários sejam receptores e propagadores de notícias, não sendo passivos às informações, mas sim difundindo-as a partir de suas próprias experiências individuais. Sendo assim, na era da comunicação, a informação não é mais exclusiva, e sim acessível, compartilhada e construída de forma colaborativa (OLIVEIRA *et al.*, 2019; SANTOS *et al.*, 2017).

Os dispositivos móveis vinculados às mídias sociais se configuram como alternativas estratégicas frente ao cenário tecnológico atual e podem contribuir significativamente com a promoção da saúde. Mas, para isso acontecer, é necessário considerar alguns aspectos importantes na utilização da internet como fonte de acesso a informações

sobre saúde: a qualidade da informação, a forma como são apresentadas para o público e a seriedade dos responsáveis pela informação (CHAVES *et al.*, 2018; CAVALCANTE *et al.*, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2019).

É necessário desenvolver habilidades para utilizar essas ferramentas tecnológicas para acessar, selecionar as melhores fontes de informação e apoderar-se delas para que possa intervir de forma positiva sobre a sua própria saúde a fim de transformar sua realidade (CAVALCANTE *et al.*, 2017).

A utilização das redes sociais – e seu poder de influenciar as pessoas – é um fenômeno relativamente recente e alvo de estudos de várias áreas do conhecimento para compreender os efeitos à sua exposição em diferentes populações (LIRA *et al.*, 2017).

O Instagram tem se transformado em uma ferramenta significativa, atuando nos novos processos comunicacionais, que surgem com diferentes possibilidades de ferramentas audiovisuais e intertextuais. Foi criado em outubro de 2010 e é a rede social on-line mais utilizada no mundo para compartilhar imagens e vídeos, que também podem ser compartilhadas em outras redes sociais como o Facebook e o Twitter. Seu crescimento é expressivo como rede social. Atualmente, mais de 800 milhões de pessoas usam o Instagram em todo o mundo – marca alcançada pelo serviço em setembro de 2017 –, com 57 milhões de usuários só no Brasil, além do grande índice de engajamento segundo o relatório da Social Media Trends 2018, tornando-se, além de uma plataforma de compartilhamento, uma rede promotora de relações de confiança e intimidade. O Instagram também assume papel de mídia social, espaço onde há reprodução, contestação de discursos, conflito de conversações e propagação de conteúdo, surgindo como uma rede formadora de opiniões (LIMA, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2019).

Ao passo, os adolescentes constituem um público relevante a essa rede social, destinando muitas horas do seu dia à navegação por seus perfis. Nesse contexto, a adolescência é vista como um período de definição de valores e de intensas transformações, caracterizada

como fase da vida onde os indivíduos apresentam-se mais vulneráveis às condições de saúde e doença, sendo de fundamental importância o desenvolvimento de estratégias para a promoção da saúde (SANTOS *et al.*, 2017; CAVALCANTE *et al.*, 2017).

Assim, revela-se necessário entender que os comportamentos, os estilos de vida, a saúde e o desenvolvimento da aprendizagem nessa fase se reproduzem significativamente em muitas circunstâncias da vida adulta (BARRETO *et al.*, 2016). Neste contexto, as atividades de educação em saúde consistem em ferramentas efetivas de comunicação com os adolescentes em diversos espaços, incluindo os serviços de saúde e educação, como as escolas. Estas devem auxiliar o desenvolvimento do adolescente frente ao progresso de saúde e bem-estar. Para tanto, a utilização de recursos que desenvolvam não só a participação, mas também condutas críticas do adolescente, podem ter maior capacidade de efeitos para mudanças reais no cotidiano (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A utilização das tecnologias da informação e comunicação é vista como importante aliada nesse processo, já que podem tornar os conteúdos mais atrativos, e a capacidade de relacionar atividades escolares, educação em saúde e uso de redes sociais. Ainda segundo Cavalcante (2017), a utilização das mídias sociais produz, nos adolescentes, automotivações que repercutem positivamente no aprendizado e em suas escolhas na sua trajetória de vida. Isso reitera a necessidade de incorporá-las no ambiente escolar, no contexto familiar e comunitário e com vistas à promoção de saúde e prevenção de doenças (CAVALCANTE *et al.*, 2017).

Dentre as problemáticas potenciais a serem trabalhadas com adolescentes escolares, destaca-se a prevenção e cuidados ao câncer de colo de útero e de mama, considerando-os como possíveis resultados de hábitos e atitudes iniciadas na adolescência, tais como prática sexual desprotegida, e que por vezes passam despercebidas aos olhos dos profissionais de saúde que direcionam sua atuação sobre essa te-

mática ao grupo de risco de manifestá-la, desconsiderando o potencial multiplicador dos adolescentes e a prevenção em longo prazo.

Diante disso, o objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento de adolescentes escolares sobre câncer de colo de útero e mama.

MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa, desenvolvido via *Google Forms* com 92 adolescentes escolares. Os participantes foram escolhidos por conveniência e, para fazer parte da amostra, foram levados em consideração os seguintes critérios de inclusão: ter entre 10 e 19 anos (período da adolescência segundo a Organização Mundial de Saúde) e ter acesso à internet. Aconteceu no período de outubro a novembro de 2020.

Para coleta de dados, foi utilizado um formulário elaborado pelos autores, que contemplou aspectos sociodemográficos (sexo, cor/raça, idade, estado civil e religião) e questões relacionadas ao Outubro Rosa (finalidade da campanha, existência da Lei, sinais e sintomas do câncer de mama e de colo de útero, detecção precoce, exames: como fazer e periodicidade e vacinação). Com o consentimento de responsáveis e assentimento prévio dos adolescentes em participar da pesquisa, estipulou-se o dia para ser liberado o link de acesso ao questionário.

Os adolescentes foram orientados a responder o questionário sem consultar internet, amigos, livros ou qualquer outro meio de consulta, e ser o mais fidedigno possível com suas respostas. A amostra final resultou em 48 adolescentes, com as perdas decorrentes de respostas incompletas ao questionário e respostas fora do prazo estipulado.

Os dados obtidos foram exportados para uma planilha do programa *Microsoft Excel*[®]. As questões e respostas foram codificadas em números, com dupla checagem, e foram exportados para o *Stata* versão 11. Utilizou-se da análise estatística descritiva para exploração dos re-

sultados e estatística inferencial, por meio do teste de correlação de Spearman, para verificar relações entre as variáveis.

O estudo considerou todos os preceitos éticos da Resolução 466/2012 e da Resolução do COFEN 311/2007, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Regional do Cariri, Brasil, pelo número 4.205.242, e todos os participantes assinaram os devidos termos de consentimento livre e esclarecido e assentimento por vias digitais.

RESULTADOS

A pesquisa aconteceu com 48 participantes do sexo feminino. Dentre elas, 31% eram brancas (n=15), 52% eram pardas (n=25), 12% eram amarelas (n=6) e 4%, pretas (n=2); 56% delas era da religião católica (n=27), 16%, protestante (n=8), 6% com outra religião (n=3) e 20% sem religião (n=10). Todas solteiras, com idade entre 10 anos correspondendo a 2% (n=1), 12 anos (2%, n=1), 13 anos (6%, n=3), 14 anos (4%, n=2), 15 anos (10%, n=5), 16 (12%, n=6) anos, 17 anos (20%, n=10), 18 anos (29%, n=14) até 19 anos (12%, n=5).

Na tabela 1 contém a frequência absoluta (F), proporção (%) e desvio padrão (DP) referente a cada questão e seus itens de resposta. Os itens sublinhados correspondem à resposta correta a questão.

Tabela 1 – Frequência absoluta, proporção e desvio padrão de respostas ao questionário, 2020.

Conhecimentos sobre o Outubro Rosa	FR	%	DP
Finalidade da Campanha			
Apenas promover eventos e debates sobre a temática	1	2	2
Compartilhar informações e promover a conscientização sobre a doença; proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento e contribuir para a redução da mortalidade	44	91	4
Disseminar informações sobre fatores protetores e detecção precoce do câncer	2	4	2

Não sabia	1	2	2
A campanha instituída por Lei			
Sim	18	37	7
Não sabiam	30	62	7
Câncer de mama é o tipo mais comum			
Sim	42	87	4
Não	3	6	3
Não sabiam	3	6	3
Acomete mulheres e homens			
Sim	35	72	6
Não	10	20	5
Não sabiam	3	6	3
Homens precisam saber sobre o câncer de mama			
Sim	43	89	4
Não	3	6	3
Não sabia	1	2	2
Não é necessário, porque a taxa de câncer de mama em homens é baixa e as mulheres já sabem	1	2	2
Exames para detecção precoce do câncer de mama			
Autoexame das mamas e mamografia	34	67	7
Exame ginecológico e autoexame	3	7	4
Exame clínico das mamas e autoexame	7	15	5
Não sabiam	4	9	4
Como é o autoexame das mamas			
Observação e palpação das mamas quando sentir-se confortável sem periodicidade fixa. O preceito inicial é se conhecer e observar alterações	38	77	6
É o profissional de saúde que realiza	2	2	2
São 6 técnicas de palpação que devem ser realizadas antes da menstruação	3	7	4

Não sabiam	5	12	5
Idade e periodicidade da mamografia			
Acontece de dois em dois anos na idade de 50 a 69 anos	8	17	6
Acontece anualmente na idade de 40 a 69 anos.	18	32	7
Deve acontecer anualmente para todos que já iniciaram vida sexual.	3	5	3
A indicação da realização do exame é avaliada caso a caso.	6	12	5
Não sabiam	13	32	7
Prevenção do HPV			
Utilização do preservativo protege parcialmente, vacinação, e realização do Papanicolau também é medida preventiva	30	57	7
Vacinação e preservativo	9	22	6
Não tocar nas lesões aparentes e vacinação	4	1	4
Não sabiam	4	7	4
Preservativo protege completamente	1	2	2
Idade preconizada para vacinação			
Meninas: 9 a 14; e meninos: 11 a 14 anos	31	62	7
Meninas: quando iniciam a vida sexual, e meninos da mesma forma	5	1	4
O profissional de saúde diz quando é necessário	5	12	5
Não sabiam	7	15	5
Motivo que os meninos tomam a vacina			
Porque transmitem para as mulheres	29	57	7
Porque transmitem para as mulheres e pode causar verrugas	9	2	6
Não sabiam	10	22	6
Exame do Papanicolau			
Exame que detecta alterações no colo do útero, simples, doloroso e rápido	2	4	3
Um exame que detecta alterações na mama e útero	7	14	5
Exame que detecta alterações no colo do útero, simples, indolor e rápido	20	41	7

Não sabiam	18	37	7
Exame que mulheres grávidas não podem realizar	1	2	2
Idade para realizar o Papanicolau é a partir dos 25 anos			
Verdadeiro	14	32	7
Falso	20	35	7
Não sabiam	14	32	7
Mulheres grávidas não podem realizar o Papanicolau			
Verdadeiro	15	25	6
Falso	14	3	7
Não sabiam	19	45	7

Nota: F- frequência absoluta; %- proporção; DP- desvio padrão; sublinhado: respostas corretas.

Das supracitadas questões, observa-se que as respostas corretas obtiveram grande êxito, no entanto, as respostas incorretas também merecem destaque.

Os resultados foram analisados pelo teste de Spearman R para averiguar correlação entre as questões e variáveis socioeconômicas. Para tanto, considerou-se aquelas com P-valor menor ou igual a 0,05. Na tabela seguinte (TABELA 2), esses dados são apresentados.

Tabela 2 – Correlação entre respostas dos adolescentes e variáveis socioeconômicas, 2020.

Variáveis relacionadas	Spearman R	P.Valor
Nódulo na mama e idade	0.4151	0.0034
Saída de líquido e idade	0.4689	0.0008
Alteração no mamilo e idade	0.3688	0.0099
Exames e idade	-0.3541	0.0135
Tabagismo e idade	0.3221	0.0427
Uso de anticoncepcional e idade	0.5550	0.0002
Não sei os fatores de risco para CA de Colo e idade	-0.3430	0.0303
Prevenção do HPV e idade	-0.3396	0.0182
Lei e raça	-0.3417	0.0175
Periodicidade da mamografia e raça	-0.3646	0.0108

Mulheres grávidas no Papanicolau e raça	-0.3293	0.0223
Idade da vacinação e religião	0.3807	0.0076
História genética e religião	0.3820	0.0074

Fonte: dados da pesquisa.

DISCUSSÃO

Foi verificado no estudo que, apesar da sugestão de não pesquisar sobre o assunto antes de responder ao questionário, as respostas obtidas foram de grande êxito relacionado ao esperado. Porém, sabe-se que ainda é necessária uma maior abrangência do assunto para que possam chegar informações corretas para as pessoas, com o intuito de expandir o conhecimento da população e torná-la mais ciente dos problemas de saúde que permeiam a sociedade.

Os participantes da pesquisa tiveram sucesso na maioria das perguntas relacionadas ao câncer de mama, como sobre qual é a finalidade da campanha, questões sobre câncer de mama e se também acomete homens, quais os exames para detecção precoce do câncer de mama e sobre como é feito o autoexame das mamas.

No entanto, apresentaram dificuldade no item que questionava se a campanha do outubro rosa era instituída por lei, em que 62% dos participantes não souberam responder, e também no item que questionava sobre qual a idade e periodicidade para a realização da mamografia, no qual apenas 17% dos adolescentes responderam corretamente.

Os adolescentes demonstraram uma dificuldade maior para responder as perguntas relacionadas ao câncer de colo do útero. No item que questionava sobre qual o motivo que os meninos tomam a vacina, apenas nove participantes responderam corretamente, enfatizando a necessidade que se tem de expandir as informações para os adolescentes sobre a temática do estudo.

Sobre o exame Papanicolau, no item que questionava sobre o que é o exame, 18 adolescentes não souberam responder, 14 não

souberam responder sobre a idade para a realização do exame, 20 responderam erroneamente e 19 participantes não souberam dizer se gestantes poderiam realizar o exame, sendo que 15 participantes erraram a resposta.

Um estudo, também realizado com adolescentes, revelou que, no que se refere ao grau de conhecimento sobre o exame Papanicolau, 98,1% dos participantes tinha ouvido falar do procedimento, mas somente 46,1% apresentaram conhecimento adequado (CASARIN; PICCOLI, 2011).

Outro estudo demonstrou que mesmo aquelas adolescentes que já realizaram o exame Papanicolau desconhecem tanto o objetivo do exame quanto o reconhecimento do HPV como principal agente oncogênico, mostrando uma deficiência das equipes de saúde, ou por não estarem promovendo educação em saúde no momento do exame, ou por estarem utilizando técnicas de abordagem inadequadas para a faixa etária (CIRINO; NICHATA; BORGES, 2010).

A deficiência no conhecimento sobre o exame de Papanicolau também é componente frequente em mulheres mais velhas e com baixa escolaridade em países em desenvolvimento. Em países desenvolvidos, as mulheres em geral sabem para que serve o exame de Papanicolau, e a deficiência de conhecimento é detectada apenas quando se pesquisam aspectos mais específicos sobre o câncer (LOBO; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2018).

Visto que uma parte significativa do público não sabe o que é o exame Papanicolau, a idade que se pode realizar e outras informações sobre o exame, torna-se indispensável e necessário uma atuação mais ativa na educação em saúde e orientações sexuais nessa faixa etária. Nessa parte, entra o papel do enfermeiro, o qual deve agir de forma ativa e presente nas instituições de saúde, informando e repassando conhecimentos para esses jovens, seja nas escolas ou nas Unidades Básicas de Saúde (CRUZ; JARDIM, 2013).

Observou-se também que os jovens participantes possuem pouco conhecimento sobre a sintomatologia e os exames preventivos do câncer de colo do útero. Esse quadro demonstra preocupação, uma vez que é durante a adolescência que ocorrem as descobertas relativas à vida sexual e reprodutiva. Ademais, existe uma baixa aderência ao uso de preservativos, tornando-os ainda mais vulneráveis e sucedendo, assim, a achados de anormalidades citopatológicas nos adolescentes (CRUZ; JARDIM, 2013).

Diante das dificuldades apresentadas pelos adolescentes ao responderem o questionário é que se torna evidente o quão importante é que sejam realizadas ações de promoção da saúde que capacitem os adolescentes sobre essas temáticas e os tornem mais ativos e responsáveis no cuidado da sua saúde e daqueles que com ele convivem.

Um estudo desenvolvido com estudantes do ensino médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e alunos do magistério de escolas públicas sobre a autopalpação das mamas evidenciou a importância da promoção da saúde com esse público, em que foi aplicado um instrumento no início sobre palpação das mamas e depois uma palestra educativa sobre o assunto, verificando ao final que houve acréscimo nos dados estatísticos de conhecimento sobre a temática abordada (MENDES; ELIAS; SILVA, 2017).

Diversas estratégias podem ser utilizadas para a promoção da saúde desse público, como utilização de jogos, música, filmes, séries, palestras, rodas de conversa, redes sociais, entre outros. A criação do conteúdo informativo em rede social, como o Instagram, ajuda bastante a disseminação do conteúdo, principalmente ao público-alvo do estudo, que eram os adolescentes, pois esse grupo destina um tempo relevante em redes sociais, o que torna propícia a sua utilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se a necessidade de investir na educação em saúde de adolescentes escolares na abordagem do tema prevenção e cuidados ao câncer de colo de útero e de mama, fortalecendo o papel multiplicador, a autonomia e o engajamento desse público.

Sob este prisma, redes sociais como o Instagram possuem potenciais contribuições à melhoria do conhecimento do grupo pesquisado, principalmente por ser uma forma leve, rápida e de fácil acesso, também sendo uma ótima escolha para promover assuntos durante a pandemia. Para o melhor entendimento dos adolescentes, foi importante ser repassado de forma sucinta, descomplicado e atrativo a estes.

As principais dificuldades encontradas foram a de captação dos adolescentes dispostos para a pesquisa e reunir os pesquisadores para alinhamento da operacionalização desta quanto atividade do Projeto de Extensão Coisa de Adolescente, postas as condições de distanciamento social impostas pela pandemia pelo COVID-19.

Ressalta-se a relevância em focalizar o Papanicolau durante disseminação de explicações do câncer de mama e repassar o conhecimento por redes sociais onde esse público gasta a maior parte do tempo, ajudando-os a encontrarem informações. Então, durante, e mesmo após a pandemia, devemos usar as redes sociais para alcançar esse público propagando conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARRETO, R. M. A.; CAVALCANTE, A. S. P.; MIRA, Q. L. M.; VASCONCELOS, M. I. O.; BRITO, M. C. C. Ações educativas em saúde para o público adolescente: Uma revisão integrativa. **Rev. APS**. v. 19, n. 2, p. 277-285, 2016.

CASARIN, M. R.; PICCOLI, J. C. E. Educação em saúde para prevenção do câncer de colo do útero em mulheres do município de Santo Ângelo/RS. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 16, n. 9, p. 3925-3932, 2011.

CAVALCANTE, R. B.; SILVA, J. J.; MARTINS, J. R. T.; PASSOS, T. R.; MAGALHÃES, T. I.; ESTEVES, C. J. S. Inclusão digital e uso de tecnologias de informação: a saúde do adolescente em foco. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 22, n. 4, p. 3-21, 2017.

CHAVES, A. S. C.; OLIVEIRA, G. M.; JESUS, L. M. S.; MARTINS, J. L.; SILVA, V. C. Uso de aplicativos móveis no processo de educação em saúde: reflexos da contemporaneidade. **Revista Humanidades e Inovação**. v. 5, n. 6, p. 35-42, 2018.

CIRINO, F. M. S. B.; NICHATA, L. Y. I.; BORGES, A. L. V. Conhecimento, atitude e práticas na prevenção do câncer de colo uterino e HPV em adolescentes. **Esc. Anna Nery**, v. 14, n. 1, p. 126-134. 2010.

CRUZ, D. E.; JARDIM, D. P. Adolescência e Papanicolau: conhecimento e prática. **Rev. Adolescente e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 34-42. Abril, 2013.

LIMA, L. A. Consumo, vida saudável e redes sociais digitais: a influência dos médicos a partir do Instagram. **Intercom**. 2019.

LIRA, A. G.; GANEN, A. P.; LODI, A. S.; ALVARENGA, M. S. Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. **J. Bras. Psiquiatr**. v. 66, n. 3, p. 164-71, 2017.

LOBO, L. M. G. A.; ALMEIDA, M. M.; OLIVEIRA, F. B. M. Câncer do colo uterino, HPV e exame Papanicolau: uma reflexão acerca dos conhecimentos das mulheres. **ReonFacema**, v. 4, n. 1, p. 889-895. jan.-mar., 2018.

MENDES, L. C.; ELIAS, T. C.; SILVA, S. R. Conhecimento e prática da autopalpação das mamas entre estudantes de escolas públicas do período noturno. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 25, jan./dez., 2017.

OLIVEIRA, L. A. R.; ORSI, M. S.; RIBEIRO, R. C. O espetáculo das redes sociais: análise das informações sobre nutrição e saúde veiculadas pelo Instagram. **Revista Científica Intelletto**. v. 4, n. 1, p. 72-89, 2019.


SANTOS, G. S.; TAVARES, C. M. M.; QUEIROZ, A. B. A.; ALMEIDA, I. S.; PEREIRA, C. S. F.; FERREIRA, R. E. Mídia virtual como apoio aos adolescentes com doença crônica que buscam informação em saúde. **Revista Artículo de Investigación**. v. 35, n. 2, p. 123-132, 2017.



Com uma proposta de contribuir para uma pedagogia da formação mais humana e sensível dos nossos alunos e comunidade acadêmica envolvidos no projeto, buscamos, na dança de salão, contribuir para a formação educacional, de realizar um trabalho voltado para vivência da prática das danças de salão, propor experiências e oportunidade de conhecer a prática no espaço acadêmico, sobretudo quando se reflete as danças de salão na região local, pois é fortemente conhecida em seus espaços de lazer, sociais e culturais.

Neste sentido, o projeto visa possibilitar a vivência das danças de salão no espaço acadêmico por meio dos ritmos de dança Forró, Valsa e Salsa por entender a necessidade de oportunizar a comunidade acadêmica, vivenciar as atividades dançantes que possibilitem novos significados, auxiliando-os na compreensão das relações interpessoais e emoções presentes no contato corporal através dessa prática.

Assim, o "Projeto Dança de Salão no espaço acadêmico" tem como objetivo possibilitar a prática e o conhecimento das Danças de salão como uma forma de arte e expressão humana. O projeto é voltado para os discentes, docentes, servidores da instituição e comunidade da Universidade Regional do Cariri (URCA-Iguatu), e a criação do projeto foi pensado a partir de debates e reflexões na disciplina de Dança.



DIFICULDADES DO ENSINO DE DANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

*João Paulo Holanda da Silva
Nárgila Mara da Silva Bento*

INTRODUÇÃO

A dança é considerada uma das artes mais antigas praticadas pelo homem. Ela sofreu várias mudanças no passar da história. Ao chegar ao âmbito escolar, nota-se que ela é muito importante para o desenvolvimento do aluno, porém a dança não está inserida rotineiramente nas aulas de educação física, pois alguns profissionais apresentam dificuldade para o ensino desta, como a falta de conhecimento do professor sobre as danças e muitas vezes a não aceitação dos alunos com o conteúdo (ANDRADE; GODOY, 2016).

Franco e Ferreira (2016) enfatizam em sua obra a forma como a dança surgiu e se desenvolveu ao longo dos anos, consolidando-se como uma manifestação histórica e cultural repleta de significados e sentidos que permitem a comunicação entre o homem e o meio que o cerca. A dança sempre esteve presente na história da humanidade como forma de expressar seus sentimentos, seja por meio de alegrias ou tristezas, e eram realizados nos rituais das sociedades antigas se perpetuando até os dias atuais.

Apesar de toda a riqueza que está presente na dança e todas as questões envolvidas nesse âmbito, compreende-se que essa manifestação, enquanto conteúdo constituinte da cultura corporal a ser trabalhado na Educação Física, é um tema pouco utilizado no currículo da Educação Física escolar, e, mesmo quando o tema é abordado, existe muita escassez dos significados da contextualização, principalmente dos objetivos específicos da disciplina (REIS, 2017).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei Nº 9394/96 em seu artigo 26, parágrafo 6º, disserta que a dança está introduzida na disciplina de Educação Física e/ou Artes, disciplinas obrigatórias na Educação Básica. A dança, assim como as artes visuais, o teatro e a música, são linguagens que constituem o componente curricular. Pode-se desenvolver também a compreensão das próprias capacidades de movimentos, como também um maior entendimento de como seu corpo funciona sob influência de músicas ou comando rítmicos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os conteúdos da Educação Física são: Jogos e brincadeiras, Ginásticas, Esportes, Lutas, Danças e Conhecimentos sobre o corpo. Nesse documento, a Educação Física não exclui o conteúdo dança do seu campo de atuação e afirma que o ensino da dança na escola deve ser de responsabilidade tanto do professor de artes quanto do professor de educação física. Mas os estudos apontam que a dança vem sendo negligenciada em várias escolas por quê? (LIMA, 2019).

A Educação Física, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), procura possibilitar a preservação e a reconstrução da herança cultural acumulada pela humanidade para as futuras gerações por meio de conhecimentos sistematizados. Desse modo, para a BNCC, é responsabilidade da Educação Física abordar as práticas corporais em sua diversidade de códigos e significação social, pois essas práticas corporais podem ser ensinadas mediante seis eixos temáticos: Esportes, Ginástica, Lutas, Jogos e Brincadeiras, Práticas

corporais de aventura e Dança. Assim, podemos perceber que a diversidade das práticas corporais aplicadas, na maioria das escolas do Brasil, ainda é muito restrita a poucos conteúdos.

Ao considerarmos que a inserção da dança no campo educacional poderia ser mais ativa, especialmente se estiver inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois entendemos que esse documento é o plano global da instituição. E por isso, ao construí-lo coletivamente durante o planejamento escolar, toda a equipe gestora, coordenação, professores, pais, alunos, discutirá e refletirá as formas de organização escolar pedagógica (SOUSA; HUNGER; CARAMASCHI, 2016).

Partindo do pressuposto que no currículo estão inseridos os conteúdos, metodologias e procedimentos selecionados durante o planejamento, acreditamos que, se os conteúdos de dança estiverem contemplados neste documento, aumentarão as possibilidades do ensino da dança acontecer nas escolas de maneira sistemática, privilegiando o processo de ensino e aprendizagem (SOUSA; HUNGER; CARAMASCHI, 2016).

Desse modo, é de suma importância refletir sobre o conteúdo das danças nas aulas de educação física escolar a fim de obter mais conhecimento a respeito do tema, partindo do pressuposto, nos instigamos a pensar: Quais as dificuldades do ensino de dança nas aulas de educação física? Nessa perspectiva, esse estudo teve como objetivo compreender como a dança vem sendo debatida nas aulas nos últimos cinco anos.

METODOLOGIA

A pesquisa teve como método uma revisão integrativa, ou seja, um estudo secundário a partir de outros estudos primários, que tem a finalidade de reunir estudos semelhantes publicados, avaliá-los criticamente em sua metodologia, numa análise estatística quando for possível para adquirir eficácia no estudo (GALVAN; GALVAN, 2017).

A revisão integrativa possui a intenção de agregar e sintetizar os resultados de uma investigação acerca de um tema em especial, utilizando de ordenação e sistematização, com o intuito de expandir o conhecimento sobre determinado tema em questão. Para isso, possibilita-se a busca pelos diversos estudos disponíveis sobre a temática investigada para uma conclusão precisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A seleção dos estudos, para análise dessa revisão, deu-se por meio de artigos publicados em revistas, simpósios, teses e dissertações completas dos últimos cinco anos (2015-2020) por se tratar de estudos mais recentes e coerentes com a temática, método esse adequado à proposta dessa revisão conforme Galvan e Galvan (2017) em sua obra “Guia para Estudantes da Ciência Social e Comportamental”.

Com isso, foram realizadas buscas nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico (Google Scholar). Assim, utilizaram-se, como ferramentas de busca, os operadores booleanos “AND”, “OR”, “E” e “OU” para as seguintes palavras-chave: “Dança e Educação Física”; “Dança Nas Escolas”; e “Dificuldade no Ensino da Dança”.

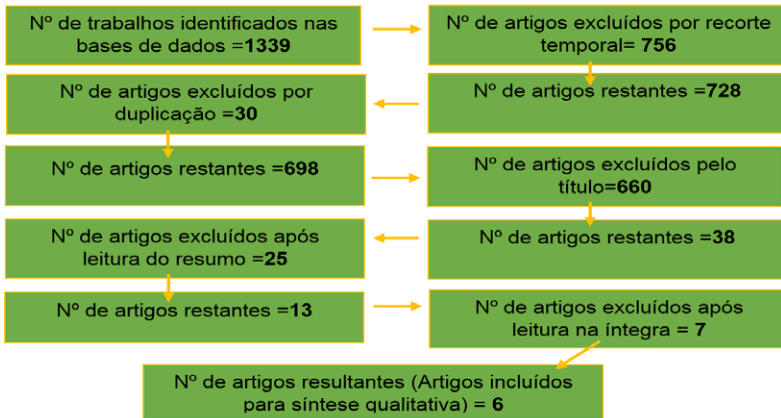
Como forma de seleção dos estudos encontrados, o método aplicado seguiu as seguintes etapas: análise dos estudos encontrados a partir do título, verificação da data de publicação, leitura do resumo para averiguar a relevância do estudo com o tema investigado e leitura do texto na íntegra.

Por consequência, o estudo em questão respeitou todas as normas da Resolução nº 510/16, Art. 1º, cláusula “VI – pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica, não sendo necessária a submissão desta ao Comitê de Ética em Pesquisa” (BRASIL, 2016), para sua completa análise verídica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1, podemos verificar a análise inicial dos estudos para essa revisão integrativa, na qual foram explorados 1339 trabalhos nas bases de dados escolhidas como critério de inclusão e, após o processo de seleção, restaram apenas 6 artigos para a análise final. Respeitando os critérios de exclusão, os demais trabalhos foram descartados de acordo com o método aplicado: análise da leitura do título, do recorte temporal, da verificação de duplicação, da leitura do resumo e, por último, da leitura na íntegra.

Fluxograma 1 – Processo de seleção de trabalhos para a análise final.



Fonte: autor, 2020.

No Quadro 1, podemos observar as características dos seis estudos escolhidos, tais como: autores, base/repositório, título dos artigos e principais resultados. Para uma melhor compreensão dos estudos expostos, considera-se essencial a leitura disponível no quadro a seguir.

Quadro 1 – Principais resultados dos artigos selecionados para análise.

Autor (ano)	Base/repositório	Título	Principais resultados
Sousa e Hunger (2019)	SciELO	Ensino da dança na escola: enfrentamentos e barreiras a transpor.	A dança, no ambiente escolar, enfrenta muitas dificuldades. Embora faça parte dos documentos norteadores da educação básica como um dos conteúdos a serem trabalhados nas aulas, acontece raramente nas escolas e somente nos dias festivos, com a finalidade única de apresentar espetáculo.
Souza e Brasileiro (2019)	SciELO	Saberes docentes de professoras de Educação Física sobre o conteúdo dança.	Os resultados apontaram que os saberes identificados nas falas e analisados nos permite apontar que há uma valorização do saber experiencial. Foram as experiências com grupos de dança que vieram a memória das professoras para começar a falar de sua aproximação com a dança na formação para o ensino.
Reis (2017)	Acadêmico	Dança na escola: desafios e possibilidades na educação física escolar da rede pública em Piritiba-BA.	As principais dificuldades encontradas foram a reprodução de pensamentos sexistas e a redução do papel pedagógico da dança na escola.
Lima (2019)	Acadêmico	Dificuldade e contribuições do ensino da dança nas aulas de Educação Física.	A falta de experiência e conhecimento dos professores, que segundo os autores, é a maior e mais preocupante agravante encontrado sobre o ensino do conteúdo dança na escola.
Santos e Andrade (2020)	Acadêmico	Formação docente em Educação Física: saberes propostos para o ensino da dança na escola.	Sinalizamos que a apropriação na formação inicial de bases teóricas, práticas e vivenciais para o ensino da dança na Educação Física escolar precisa estar articulada a processos criativos por meio do corpo.
Cruz e Coffani (2015)	Acadêmico	Dificuldades e desafios para o ensino de danças nas aulas de Educação Física no ensino Fundamental II.	A formação do profissional é insuficiente para a qualificação do ensino da dança, intermediados por questões de gênero e preconceito que dificultam o ensino desta.

De acordo com os artigos apresentados no quadro acima, analisamos em seus aspectos as características consideradas relevantes para essa revisão integrativa. O primeiro estudo elaborado por Sousa e Hunger (2019) teve como objetivo analisar os enfrentamentos e as barreiras a transpor, identificando os determinantes no processo de ensino e aprendizagem da dança na escola. Os resultados apontaram que os conteúdos de dança foram associados em três categorias: *enfrentamentos internos; formação e conhecimentos científico-metodológicos e interferências externas*.

Constatou-se que o problema principal pela área de atuação foi referente aos *enfrentamentos internos*: materiais didático-pedagógicos, a infraestrutura escolar, a equipe escolar e a resistência dos alunos. Os professores relacionaram problemas da formação e dos conhecimentos científico-metodológicos à ausência de capacitação, ao conhecimento específico em dança e ao domínio do procedimento didático-pedagógico, e relacionam tais dificuldades às interferências externas, religião e mídia.

Sousa, Hunger e Caramaschi (2015) ressaltam que, para atenuar essa problemática, faz-se necessário pensar na reestruturação física por toda a equipe escolar. É necessária uma organização por parte da gestão, professores e todos que fazem parte da comunidade escolar, pois debater e refletir sobre os aspectos educativos da escola favorece os diversos conteúdos que são manifestados por meio das práticas corporais de movimento.

O segundo estudo de Sousa e Brasileiro (2019) teve como objetivo analisar os saberes docentes que os professores de educação física têm para ensinar o conteúdo dança. Foi observado que, ao relatar como se embasam teoricamente, há um conhecimento que se localiza durante a formação universitária, permitindo ter reconhecimento que esses saberes se encontram ao longo da formação dos professores.

Silva (2017) ressalta que o papel da universidade deveria ser ensinar a dança como parte criativa de uma ação significativa no proces-

so de aprendizado e desenvolvimento do educando, mostrar que o papel do professor é proporcionar a prática de uma forma que contribua para o desenvolvimento da capacidade dos alunos de criar tanto corporalmente como intelectualmente, proporcionar algo mais do que autoconhecimento corporal, mas também a educação do senso rítmico. Além disso, é necessário considerar as experiências docentes, pois o professor muitas vezes insere conteúdos nas aulas de Educação Física de modo que venha estimular a participação de todos.

Brasil (2015) fala que a formação profissional em Educação Física é regida por diretrizes que determinam que os conhecimentos ensinados devem estar orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática. Seguindo esses valores, a prática docente pode garantir o espaço da Dança, pois eles podem ser discutidos e representados pelo corpo na vivência, improvisação ou construção coreográfica, o que favorece o reconhecimento da importância desta manifestação cultural tão presente na sociedade.

O terceiro estudo, exposto do autor Reis (2017), teve como objetivo analisar a realidade da dança no contexto da Educação Física para o ensino médio da rede pública da cidade de Piritiba - BA, identificando as dificuldades existentes, possíveis estratégias e soluções para a implementação de um trabalho efetivo com o tema. Com base no estudo realizado, constatou-se uma forte tendência favorável à utilização da dança na Educação Física do Ensino Médio da rede pública em Piritiba. As principais dificuldades encontradas foram a reprodução de pensamentos sexistas e a redução do papel pedagógico da dança na escola.

Quando indagados a respeito de como visualizavam o trabalho com a dança na Educação Física escolar, observou-se uma tendência em relação à preferência por aulas mistas, na quais é possível observar um grande contraste com os resultados das pesquisas de Silva (2016) e de Cruz e Coffani (2015), que constataram um grande índice de preconceito dos meninos para com a dança em seus estudos, difi-

culdade encontrada no âmbito do trabalho com o tema no ambiente letivo da Educação Física.

Em contrapartida, a exemplo da questão que tratou a respeito do gosto pela dança, nenhum estudante assinalou as alternativas que indicavam a utilização exclusiva do tema com apenas um dos sexos nas aulas. Esse resultado se contrapõe aos dados da pesquisa de Nascimento e Castro (2016), que relatou a realidade de uma escola em que a dança é trabalhada apenas com as meninas. Nessa realidade, os meninos pensam o tema como sendo uma atividade feminina por conta dos padrões sociais consolidados atualmente.

No quarto estudo evidenciado acima, Lima (2019) teve como objetivo identificar quais as dificuldades encontradas por profissionais e apontar as contribuições que a dança proporciona ao ser inserida nas aulas de Educação Física. Obtiveram, como resultados da pesquisa, que a dança não é trabalhada em muitas escolas, pois os professores apontam diversas dificuldades para o seu ensino, as mais relatadas são a falta de experiência, conhecimento e até mesmo de um espaço para o ensino da mesma.

Desse modo, Pires (2015) relata que a falta de experiência e de conhecimento dos professores é a maior e mais preocupante agravante encontrado sobre o ensino do conteúdo dança na escola, além de ser o gerador de todas as outras dificuldades encontradas pelos professores.

Nesse contexto, Jesus (2017) aponta que a escassez da dança nas aulas é justificada por boa parte dos professores, tanto pela falta de formação como pela falta de preparo e não aceitação por parte dos alunos enquanto conteúdo de ensino, uma vez que estes só se interessam pela dança nos momentos festivos. Além disso, justifica-se a falta de tempo durante a aula, deixando que a dança seja trabalhada apenas como conteúdo à parte, com aqueles que possuem afinidade e se interessam pela mesma.

No quinto estudo dos autores Santos e Andrade (2020), que teve o objetivo de analisar os saberes tratados em aulas desenvolvidas a

partir de um componente curricular do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPA), com ênfase nos saberes voltados ao ensino da dança na escola, buscamos ponderar sobre as possibilidades do professor de Educação Física no ensino dessa prática corporal, especialmente no âmbito escolar.

Como resultado, sinalizamos que a apropriação na formação inicial de bases teóricas, práticas e vivências para o ensino da dança na Educação Física escolar precisa estar articulada a processos criativos por meio do corpo. Tal intenção formativa é condição para a emergência de um novo olhar a essa prática histórica, sobretudo, nos espaços formais de educação, dentre eles a Universidade e a escola.

Moreira e Barbosa (2018) complementam a dança como forma de expressão e sua contribuição no desenvolvimento físico e social do indivíduo. O professor deve entender essa importância para posteriormente entender os conceitos e conteúdos básicos da Dança para que esta possa ser inserida em suas aulas, não visando o corpo como um objeto da dança, e sim a dança como um meio de transformação.

Concluindo os artigos apresentados do quadro, o último estudo, de Cruz e Coffani (2015), objetivou investigar as dificuldades pedagógicas que professores de Educação Física enfrentam para ensinar dança no Ensino Fundamental II. Como resultado, foi observado que as dificuldades para o ensino contínuo de dança no currículo da Educação Física incluem a formação profissional insuficiente para qualificação do ensino de dança; a presença de estereótipos em relação ao ato de dançar intermediados por questões de gênero; a compreensão unilateral da dança como instrumento auxiliar para o desenvolvimento motor; a crença de que se trata de um conteúdo a ser trabalhado em momentos festivos na escola; e, não menos importante, a compreensão da Educação Física como prática só de esporte. .

Coffani e Correa (2019) afirmam que é necessário que a escola, enquanto local de construção e socialização de conhecimento, de valori-

zação e ampliação da cultura, abandone esses paradigmas que desenhem a dança apenas como indispensável nas datas festivas.

Portanto, nesse contexto, Barreto (2016) sugere, em relação ao problema da falta de profissionais capacitados para este ensino, que é necessário que os professores encontrem estratégias e metodologias que contribuam para uma prática pedagógica mais significativa ao desenvolverem o trabalho com a dança nas aulas de Educação Física. É indispensável que reconheçam suas contribuições para o ensino aprendido e se preparem, investigando as diferentes possibilidades de trabalhá-la em sua prática, buscando sempre que necessário qualificar-se para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que, apesar dos esportes terem preferência nas aulas de Educação Física, a dança é também conteúdo que deve ser ensinado. Seus benefícios são de suma importância, tendo vivência diferente do que normalmente é ensinado nas escolas. A dança proporciona diversos benefícios sociais, emocionais, culturais, cognitivos e motores de maneira conceitual, atitudinal e procedimental que beneficia a conscientização do corpo e do senso crítico.

Comprovou-se também que a dança é tida pelos profissionais e estudantes de Educação Física como importante no meio educativo, mas constatou-se que a grande maioria dos professores tem dificuldade em aplicá-la por razão de preconceitos, carência na formação da graduação, falta de infraestrutura escolar, por não se fazer presente no planejamento curricular da escola ou por não ter afinidade com a dança. Porém, os futuros profissionais de Educação Física devem refletir que os alunos não podem ser prejudicados aprendendo somente aquilo que seus professores têm mais afinidade, aprendendo os mesmos conteúdos em todos os anos escolares, mas procurar explorar ao máximo de vivências corporais, pois tudo se torna um desafio.

Espera-se que este trabalho colabore para que os profissionais de Educação Física possam discutir e refletir sobre o conteúdo da dança em suas aulas. Sugerimos estudos mais aprofundados sobre os benefícios da dança nas aulas de Educação Física e que consigam ajudar o professor a aplicar o conteúdo da dança em suas aulas de forma criativa, diversificada e ampla.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R.; AYRES DE GODOY, K. M. A inserção da dança no contexto escolar: os caminhos de formação do professor de Dança. **Revista Polyphonia**, v. 27, n. 2, p. 113-130, 2016.

BARRETO, D. **Dança e ensino: sentidos e possibilidades na escola**. São Paulo, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF. v. 7, 1998.

COFFANI, M. C. R. S.; CORRÊA, E. S. Dança no ensino fundamental II: perspectivas pedagógicas de professores de educação física em Várzea Grande-MT. **Proficientia**, n. 13, p. 80-96, 2019.

CRUZ, E. D.; COFFANI, M. C. R. S. Dificuldades e desafios para o ensino de dança, nas aulas de Educação Física, no ensino fundamental II. **Kinesis**, v. 33, n. 1, 2015.

FRANCO, N.; FERREIRA, N. V. C. Evolução da dança no contexto histórico: aproximações iniciais com o tema. **Repertório**, n. 26, p. 266-272, 2016

GALVAN, J. L.; GALVAN, M. C. Writing literature reviews: A guide for students of the social and behavioral sciences. **Taylor & Francis**, 2017.

JESUS, R. M. S. **O ensino da dança na Educação Física Escolar: uma análise das Escolas Públicas Estaduais de Ensino Médio na cidade de Senhor do Bonfim-BA. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade do Estado da Bahia**. Jacobina, p. 55 . 2017.

LIMA, C. A. S. **Dificuldades e contribuições do ensino da dança, nas aulas de Educação Física: uma revisão bibliográfica.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 37. 2019.

MOREIRA, E. C.; BARBOSA, E. A. A dança na educação física: saberes propostos na formação inicial. **Pensar a prática**, v. 21, n. 2, p. 264-275, abr./jun., 2018.

PIRES, M. T. **Conteúdo de dança na Educação Física escolar nas séries finais do ensino fundamental do município de Içara/SC.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Santa Catarina, p. 13. 2015.

REIS, F. O. A. L. 2017. F. 32. **Dança na escola: desafios e possibilidades na educação escolar da rede pública em Piritiba-Ba.** Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Educação Física do Programa UAB da Universidade de Brasília) Piritiba-BA, 2017.

SANTOS, C. A. F.; ANDRADE, W. A. G. formação docente em educação física: saberes propostos para o ensino da dança na escola. **Corpo-consciência**, p. 57-70, 2020.

SILVA, M. A. S. A formação docente: um estudo sobre os processos formativos de professores do ensino superior. In: **30, reunião anual da Anped**, p. 1-5, Caxambu-MG, 2017.

SOUSA, N. C. P.; HUNGER, D. A. C. F.; CARAMASCHI, S. A Dança na Escola: um sério problema a ser resolvido. Motriz. **Journal of Physical Education**. UNESP, v. 16, n. 2, p. 496-505, 2016.

SUSA, N. C. P.; HUNGER, D. A. C. F.; CARAMASCHI, S. O ensino da dança na escola na ótica dos professores de educação física e de arte. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. v. 28, n. 3, p. 505-520, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114386>. Acesso em: 19 set. 2017.

SOUZA, A. A.; BRASILEIRO, L. T. A. Saberes docentes de professoras de Educação Física sobre o conteúdo dança. **Revista Motrivivência**, v. 31, n. 59, p. 1-18, jul./set., Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.



O objetivo do presente projeto é proporcionar a iniciação esportiva da criança no esporte futsal. Além disso, o projeto visa também à formação do acadêmico, proporcionando vivências que futuramente farão parte do seu cotidiano profissional.

O projeto iniciou em 2017 e atualmente é coordenado pelo professor Naildo Santos. Durante a nova coordenação, participaram como bolsistas voluntários um total de cinco alunos.

O projeto 28 alunos, sendo meninos e meninas, de oito a doze anos de idade. Durante as aulas, os alunos têm a oportunidade de desenvolver a aptidão física relacionada à saúde e desempenho, assim como as habilidades motoras básicas. Resultados positivos já foram observados, como mudança de comportamento, desenvolvimento de habilidades motoras, desenvolvimento de valores socioeducativos, como o respeito etc. Esperamos que as atividades do projeto possam continuar sendo desenvolvidas para que as crianças continuem sendo beneficiadas.



FUTSAL, VAMOS BRINCAR?

*Naildo Santos Silva
Kaio Wallace Gomes de Anselmo
Francisco Cleyvan da Silva Lucas
Rauanne Mendonça Andrade*

INTRODUÇÃO

O esporte pode manifestar-se de diversas maneiras na vida de uma pessoa. As manifestações mais atuais do esporte são: iniciação esportiva; esporte escolar; esporte profissional; esporte lazer; e esporte representação (PAES; MONTAGNER; FERREIRA, 2009). Nos cursos de Licenciatura em Educação Física, alunos recebem formação quanto à metodologia do ensino de diversos esportes como o futsal. Nesse sentido, a formação do graduando deve contemplar aspectos relacionados à compreensão das diferentes manifestações do esporte, da iniciação esportiva (cuidados e implicações), métodos de ensino e planejamento de atividades.

Dentre as diversas possibilidades de aprofundamento de conhecimento ao longo da sua formação, o acadêmico pode se inserir em projetos de extensão. A extensão universitária é um meio de desenvolver a educação, a cultura, e ampliar os trabalhos científicos, favorecendo também a relação entre a universidade e sociedade (SERRANO, 2013). Os cursos de licenciatura, dentre eles o de Educação Física, por meio dos projetos de extensão, proporcionam aos acadêmicos, futuros professores, a familiarização com a profissão, expondo suas metodologias

de ensino. Assim, é possível construir uma relação de troca entre o conhecimento e a prática (MANCHUR; SURIANI; CUNHA, 2013).

O contexto escolar, para algumas crianças, acaba sendo o único cenário em que ela pode, com o auxílio de um professor, desenvolver ao máximo possível as suas capacidades físicas, motoras, cognitivas e sociais (RABELO, 2016). Aproximadamente 50% da prática esportiva têm início na escola sob supervisão de um professor (DIESPORTE, 2016). A escolha do futsal como ferramenta para tal desenvolvimento parte do motivo de ser o Brasil, “o país do futebol”. O nosso país tem uma cultura muito forte com a bola enquanto implemento. Basta percebermos que, por exemplo, em uma aula de Educação Física, muitas atividades são realizadas, seja com uma bola de futsal, de futebol, de vôlei, de basquete ou handebol. O futsal é um dos esportes mais procurados e praticados, com 3,3% de pessoas praticando-o dentre elas, crianças e adolescentes (DIESPORTE, 2016).

Este trabalho teve por objetivo apresentar o relato de experiência de graduandos do curso de Educação Física frente ao olhar de bolsista de um projeto de extensão que tinha, como esporte principal, o futsal. Além disso, objetivou-se analisar como a participação de crianças e adolescentes em um projeto de extensão pode proporcionar mudanças em relação a aspectos motores, físicos e socioeducacionais destes.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de caso institucional, com caráter interpretativo, de abordagem qualitativa. Advém das vivências dos autores, que são alunos do curso de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Regional do Cariri – URCA, Unidade Descentralizada de Iguatu – CE, instituição pública localizada na zona urbana da cidade de Iguatu, no estado do Ceará. A URCA faz parte do Campus Multi-Institucional Humberto Teixeira, que abriga outras duas instituições, a Universidade Estadual do Ceará - UECE e o Centro de Ensino Tecnológico

- CENTEC. Dentre os cursos que a URCA oferta, destacamos o de Educação Física. A instituição, que possui um bom espaço físico, com quadra poliesportiva coberta, piscinas, sala de musculação, sala de dança, espaço para a prática de atletismo etc., foi selecionada por conveniência, por ofertar um projeto de extensão e pelo fato de os pesquisadores (professor orientador do projeto e os bolsistas voluntários) terem vínculo profissional e acadêmico, respectivamente, com a instituição.

Participaram do projeto crianças e adolescentes que obrigatoriamente estivessem matriculados em escolas da rede pública ou privada da cidade de Iguatu-CE e que tivessem idade cronológica de 8 a 12 anos. Obtivemos, então, um total de 28 alunos, sendo 23 meninos e 5 meninas. A divulgação do projeto ocorreu em parceria com a direção de duas escolas localizadas próximas à URCA. As escolas não possuíam aula de Educação Física formal. Inicialmente, os bolsistas voluntários do projeto tiveram uma reunião com a direção das escolas com o intuito de apresentar os objetivos e benefícios do projeto de extensão. Posteriormente, após aprovação da direção das escolas, os bolsistas voluntários divulgaram, em todas as salas de aula, o projeto de extensão. Para o cadastro dos alunos interessados em participar do projeto, foi entregue uma ficha, a qual o aluno deveria levar para casa e, juntamente com os seus pais, responder a algumas informações pessoais. Também foi enviado um termo de consentimento livre e esclarecido para que os pais autorizassem a participação dos filhos no projeto de extensão. As crianças foram convidadas a lerem e a assinarem o termo de assentimento livre e esclarecido.

As atividades do projeto de extensão ocorriam duas vezes durante a semana em dias alternados. Ao longo de três meses, foram aplicados 24 planos de intervenção com duração de 60 minutos, dividido da seguinte forma: 10 minutos de aquecimento, 15 minutos tentando manter uma intensidade de moderada a vigorosa em formato de circuito, dividindo em cinco estações: a primeira estação trabalhava a força/potência dos membros superiores; a segunda trabalhava força/

potência dos membros inferiores; a terceira estação trabalhava intensidade; a quarta estação trabalhava abdominal; e a quinta trabalhava velocidade aliada à aptidão cardiorrespiratória. Após isso, eram dados 5 minutos de intervalo para que os alunos pudessem beber água, em sequência era realizado 10 minutos de atividades visando as habilidades motoras, em seguida 15 minutos de jogos pré-desportivos, focando a inicialização no futsal, realizando, por fim, 5 minutos de avaliação e *feedback*.

Essa proposta de aula foi pensada para que aspectos físico-motores, cognitivos e socioeducativos pudessem ser desenvolvidos ao longo do projeto. Além disso, a proposta de aula também foi pensada para o desenvolvimento acadêmico dos bolsistas voluntários no sentido de ensiná-los procedimentos metodológicos associados a práxis pedagógica. Ao longo do projeto, durante o planejamento das atividades, o professor orientador explicava os métodos de ensino mais utilizados no contexto escolar. Relembrava conceitos de disciplinas básicas, como a disciplina de desenvolvimento motor e aprendizagem motora, e como os conteúdos dessas disciplinas poderiam ser atrelados à proposta pedagógica do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vivência em projetos de extensão inseridos na universidade pode proporcionar um amadurecimento acadêmico relevante para o graduando. Experiências como o saber planejar uma aula, situações típicas e atípicas relacionadas ao comportamento dos alunos, precisar, em algumas situações, adaptar o contexto, são situações que o graduando pode vivenciar em um projeto de extensão. Essa vivência auxiliará no seu desenvolvimento profissional. Vale ressaltar que a participação em projetos de extensão pode ser de forma remunerada por meio de bolsas ou de forma voluntária. Além disso, o aluno pode participar em mais de um projeto de extensão desenvolvidos

na universidade, desde que consiga conciliar todas as tarefas que lhe serão exigidas enquanto bolsista ou voluntário.

Ao longo do projeto de extensão, já é possível perceber o desenvolvimento do graduando.

O projeto de extensão nos proporcionou uma oportunidade de colocar em prática todo o conhecimento que adquirimos durante a graduação, sendo ele teórico ou prático. (Bolsista 1)

Foi uma experiência muito boa pois foi muito importante para minha vida acadêmica, pois houve um desenvolvimento profissional por minha parte. (Bolsista 2)

Naturalmente, no início de todas as atividades, são percebidas dificuldades em vários aspectos, como conhecimento, domínio de conteúdo e tempo de aula, planejamento de atividades e, principalmente, o controle da turma. No presente projeto não foi diferente. Dois bolsistas voluntários cursavam o quarto semestre, e outro cursava o sexto. Apesar de haver uma diferença de dois semestres de formação entre os bolsistas, as dificuldades eram bem similares, o que demonstrava uma falha no processo de formação desses alunos, sendo algo a ser pensado.

O projeto de extensão, após um ano de aplicação, sofreu algumas mudanças metodológicas. Devido ao fim do vínculo empregatício, a coordenação do projeto mudou, e conseqüentemente se instalou um novo olhar metodológico sobre o projeto. A metodologia foi repensada, e naturalmente os bolsistas voluntários e os alunos participantes perceberam na prática as mudanças. Os bolsistas voluntários tiveram que aprender a compreender novos métodos de ensino, e os alunos participantes do projeto perceberam que as aulas não seriam mais em formato de “racha”.

Inicialmente os alunos foram um pouco resistentes. Muitos tinham uma visão de que o projeto era apenas chegar e jogar bola, relatando na linguagem deles “racha”. Os professores/bolsistas tiveram que conversar

com todos e explicar como seria o projeto a partir daquela data, expondo qual seria o objetivo e o porquê que havia mudado. Após, alguns ainda sentiram um pouco de dificuldade para se adaptar, mas aos poucos essas adaptações foram ocorrendo. (Bolsista 1)

...as crianças não respeitavam o que era passado para ser realizado, com isso alguns não fazia corretamente as atividades propostas. Percebemos que se não tivesse uma punição, os alunos não ouviam o professor. O indivíduo que não respeitava o bolsista voluntário não participava do famoso racha no final das atividades, com isso muitos tinham medo e passaram a ouvir mais o professor. (Bolsista 2)

Era bastante comum os alunos chegarem ao local do projeto 30, 40 minutos antes do projeto o que acabava se tornando um desafio para os professores pois nesse tempo até o início do projeto os alunos ficavam sem supervisão na universidade, fazendo bagunça, se colocando em situações de perigo. (Bolsista 3)

Para toda mudança existe uma resistência. Acabar com o racha das crianças foi um dos primeiros desafios dos bolsistas voluntários. Sob a supervisão do professor orientador, aspectos socioeducativos como o respeito, o aprender a ouvir, gradativamente foram sendo desenvolvidos. Por meio das manifestações do esporte (esporte escolar e iniciação esportiva), o professor orientador pôde ensinar aos alunos bolsistas novas metodologias de ensino que poderiam ser utilizadas em aula. Os alunos passaram a compreender então que o futsal não era somente rachar. Aspectos como o desenvolvimento das habilidades motoras, processamento de informações, tempo de reação, coordenação motora, agilidade, melhora da aptidão física passaram a fazer parte do vocabulário mental e físico dos alunos. Eles passaram a perceber que precisam melhorar a qualidade dos movimentos por meio de estímulos ofertados pelos bolsistas voluntários para que conseguissem de fato praticar o esporte.

Na medida em que os alunos se sentiam mais desenvolvidos, o respeito para com os bolsistas voluntários passou a existir, inicial-

mente de forma tímida, mas gradativamente mais nítida. Pedidos feitos pelos bolsistas voluntários, como não chegar com muita antecedência nas dependências da universidade e depredar o patrimônio público, começaram a ser atendidos. É preciso ser dito que o respeito para com o professor não é imposto, e sim conquistado.

Sugerido pelo professor orientador, os bolsistas voluntários, em uma espécie de acordo, se disponibilizaram a ficar trinta minutos além do tempo de aula com os alunos. Estes estavam mal acostumados a simplesmente racharem na hora do projeto. Com a mudança metodológica, perceberam que este momento não seria mais possível. No entanto, obviamente, houve resistências. Alguns alunos começaram a faltar e a dizer que não mais participariam do projeto. Possibilitando tal momento após o fim das atividades, os bolsistas voluntários começaram a adquirir a confiança dos alunos. Jogavam juntos aos alunos. Interagiam. Esse foi um passo fundamental para o andamento do projeto. Feito isso, a participação nas aulas era um “pré-requisito” para participarem desse momento final.

Alguns alunos, no entanto, eram mais resistentes quanto ao comportamento, geralmente os mais velhos, com idade próxima de treze anos. Diga-se de passagem, os alunos que participavam do projeto eram crianças que estavam em situação de vulnerabilidade social. Algumas tinham pais presidiários, pais que consumiam drogas. Acreditamos que boa parte desses comportamentos negativos mais assíduos foram causados por conta do comportamento dos pais destas crianças. Alguns alunos chegaram até mesmo a ameaçar alguns dos bolsistas voluntários, sendo esse o segundo grande desafio destes ao longo do projeto.

Certo dia ocorreu um caso incomum onde um aluno se comportou de maneira racista com termos ofensivos (preta da favela, nega do borel). Ao ver essa situação os professores intervieram de forma imediata chamando esse aluno para conversar. (Bolsista 2)

Segundo Bracht (1986, p. 63), “através do esporte, a criança aprende que entre ela e o mundo existem os outros, que para a convivência social precisamos obedecer a determinadas regras, ter determinados comportamentos”. Nesse sentido, os bolsistas eram orientados pelo professor-coordenador, em situações de mau comportamento, a convidar os alunos a conversarem e refletirem sobre o ocorrido. Sempre que possível tentar resolver a situação naquele momento entre os envolvidos e expor todo o caso aos demais para que isso não ocorresse novamente. Uma das características do esporte educacional é a de ensinar aspectos que não estejam somente ligados diretamente ao esporte. A práxis pedagógica utilizada ao longo do projeto pode proporcionar aos bolsistas voluntários ferramentas para mediar essa situação de preconceito. Valores como empatia, respeito e amor ao próximo deveriam existir durante as atividades do projeto. Compreendendo esses aspectos atitudinais, os alunos passaram gradativamente a se autopolicar em relação a esses tipos de ofensas.

O preconceito pode, infelizmente, manifestar-se de diferentes maneiras. Um fato que ocorreu no projeto foi o preconceito em relação à participação das meninas. A baixa participação destas no futsal se dá muitas vezes pelo preconceito machista impregnado em nossa sociedade. Até mesmo mães e avós de crianças participantes do projeto têm comportamentos machistas. Para muitos, meninas devem ter uma jornada doméstica de afazeres, como limpar a casa, lavar a louça, fazer a comida. Os meninos não precisam fazer isso porque isso é “coisa de menina”. Eles podem ir brincar e fazer coisas que gostam. O preconceito em relação à prática do futsal por parte das meninas é algo que vem de muito tempo atrás, mas que deve sempre ser debatido em todos os momentos pedagógicos.

Outro problema recorrente era que no projeto havia a participação de umas três a quatro meninas, e muitas vezes os meninos queriam excluí-las, pois tinham o mesmo pensamento que a maioria das pessoas tem, de que

menina não sabe jogar bola ou que iriam atrapalhar o andamento do jogo. (Bolsista 1)

Sua vó não quis comprar um tênis adequado para ela participar do projeto pelo fato de “jogar bola. (Bolsista 2)

O intuito do projeto era, também, auxiliar no desenvolvimento das habilidades motoras e nos níveis de aptidão física dos alunos participantes. Sabe-se que as habilidades motoras fundamentais são consideradas pré-requisitos para se engajar em atividades que envolvam movimentos especializados como, por exemplo, jogar futsal (GALLHAHUE, 2013). Infelizmente, muitos desses alunos acabam sofrendo um efeito dominó causado pela má formação de professores, já que poucos professores formados acabaram, por muitos anos, formando novos professores de Educação Física sem a devida competência. Dessa forma, esses profissionais acabaram apenas replicando situações que viram em aulas teórico-práticas ou vivências da época que eram alunos nas escolas. Ao longo do projeto, esse era um dos principais objetivos do professor orientador, que aos bolsistas voluntários conhecessem e compreendesse a aplicação de métodos de ensino associados à iniciação esportiva. As dificuldades motoras por parte dos alunos logo foram percebidas pelos bolsistas.

Notava-se que alguns alunos tinham mais coordenação motora e habilidades do que outros. Tanto em relação ao jogo propriamente dito, como também nas atividades lúdicas. A cada dia do projeto os professores/bolsistas elaboravam aulas em cima das maiores dificuldades encontradas, buscando sempre atividades que trabalhasse cada vez mais a coordenação e habilidade desses alunos. (Bolsista 1)

Conseguir adaptar as aulas para uma turma heterogênea, em diversos aspectos, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se está em formação. Dessa forma, juntamente com o professor orientador, os bolsistas voluntários passaram por uma espécie de capacitação. Nesta, eram revistos conteúdos de disciplinas do comportamento motor.

Seria necessário compreender as restrições, tanto dos alunos como do ambiente em que eles estavam inseridos e das tarefas a serem realizadas. O formato das aulas em circuito pode proporcionar melhores níveis de desenvolvimento nas habilidades motoras dos alunos.

Percebendo-se motoramente mais competentes e conseguindo realizar tarefas que antes não conseguiam, uma das principais mudanças percebidas pelos bolsistas foi o comportamento dos alunos.

Com o passar do tempo essas situações relatadas foram diminuindo cada vez mais e o projeto vinha se tornando cada vez mais didático, divertido para as crianças que começavam a assimilar o intuito do projeto. A relação entre os professores e os alunos era excelente, se tratavam como verdadeiros amigos. (Bolsista 2)
Depois de alguns dias, como eles estavam mais acostumados com a rotina, melhorou muito o desempenho de cada um, pois já fazia as atividades sem reclamar, e se não fizesse sabiam que não participavam dos jogos no final do projeto. (Bolsista 3)

Korsakas e De Rose Junior (2002, p. 91) afirmam que “a cooperação não se estabelece apenas entre os educandos, mas também entre educador e educando, cada qual desempenhando seu papel no processo educativo, mas compartilhando dos problemas e soluções no processo de ensino-aprendizagem”. tPor meio da manifestação do esporte educacional, enfatizávamos, em todas as atividades, valores como disciplina, comportamento social, empatia e respeito ao próximo.

Acreditamos que a mudança de coordenação do projeto possa ter gerado parte dessa indisciplina dos alunos. Novos professores, novo coordenador. O que é novo, geralmente é rejeitado, a princípio. Foi preciso ter paciência, de ambas as partes, para que uma nova rotina didática fosse estabelecida. Assim, foi possível desenvolver o projeto com a maior maestria possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do acadêmico no ambiente prático o aproxima da realidade do campo profissional, possibilitando novas experiências e conhecimentos. Amadurecer academicamente é um processo que leva tempo. Nesse sentido, a extensão possibilita a experiência durante a formação acadêmica sob supervisão de um professor, que tem, como uma das suas funções, orientar e supervisionar. Ao longo do projeto, percebemos que o esporte educacional foi uma importante ferramenta pedagógica, uma vez que essa manifestação do esporte pôde desenvolver, como pontos fortes, a formação do indivíduo de forma integral, tendo a possibilidade de torná-lo um futuro bom cidadão.

Por meio das nossas experiências ao longo do projeto, acreditamos ter conseguido desenvolver algumas manifestações que o esporte proporciona. Esperamos, mesmo com o fim do projeto, que os alunos tenham compreendido que o esporte é importante para as nossas vidas em diversos aspectos. O esporte é benéfico para a nossa saúde, nos faz bem, nos dá prazer, nos possibilita a socialização, nos ensina a agir em grupo, nos ensina a ter empatia para com o próximo, a respeitar o próximo, etc. Esperamos que as crianças se utilizem do esporte para serem ativos nas horas de lazer durante toda a sua vida. O esporte pode transformar a vida de crianças e jovens, podendo, em alguns casos, até ser decisivo em decisões sociais, como o não engajamento em comportamentos ilícitos. Esperamos que, mesmo as crianças convivendo e se desenvolvendo em situação de vulnerabilidade social, não adentrem em comportamento negativos, que continuem sendo boas pessoas.

O esporte é essencial para a sociedade, basta que todos tenham uma oportunidade. A parceria entre a universidade e a comunidade vem com esta missão: garantir um direito de ter acesso ao esporte. Que esse acesso ocorra o quanto antes a fim de que a criança possa aprender e se desenvolver da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do esporte**, v. 7, n. 2, p. 62-68, 1986.

DIESPORTE, Diagnóstico Nacional do Esporte. O Perfil do Sujeito Praticante ou Não de Esportes e Atividades Físicas da População Brasileira. **Ministério do Esporte**, Caderno 2, 2016.

GALLHAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**, 7ªed., Porto Alegre: Artmed, 2013.

KORSAKAS, P.; DE ROSE JUNIOR, D. Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófico-pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 1, n. 1, 2002.

MANCHUR, J.; SURIANI, A. L. A.; DA CUNHA, M. C. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas. **Revista Conexão UEPG**, v. 9, n. 2, p. 334-341, 2013.

PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C; FERREIRA, H. B. Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol. **Rio de Janeiro: Koogan**, 2009.

RABELO, W. F.; AMARO, D. A. Benefícios do Futsal na educação Física escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento**, ano, v. 1, p. 135-150, 2016.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, 2013.



O projeto de Natação Infantil foi implementado como projeto de extensão, no ano de 2018, na Universidade Regional do Cariri - Unidade Descentralizada de Iguatu. O projeto conta com a participação de dois bolsistas remunerados e bolsistas voluntários, sob a orientação de uma professora do curso de Educação Física.

O público-alvo do projeto são crianças com idade entre 4 e 6 anos. O objetivo principal é possibilitar às crianças vivências e experiências corporais no meio aquático, por meio de um trabalho de adaptação ao meio líquido, de respiração, flutuação e iniciação dos quatro estilos de nado, a fim de influenciar positivamente no desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional da criança.



ÍNDICE NUTRICIONAL DE PRATICANTES DE UM PROJETO DE NATAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

*João Paulo Holanda da Silva
Sara Aquino dos Santos
Gabriela Santos Moreira
Rafaela Santos Moreira
Ana Mariza de Carvalho
Luana Uchôa Nogueira
Ligia Raianne da Silva Moura*

INTRODUÇÃO

A natação é um dos esportes mais completos no sentido de que, durante a prática, utiliza-se grande parte dos grupos musculares do corpo humano e diversas capacidades físicas, podendo ser trabalhada a partir de diferentes vertentes para atingir objetivos específicos para determinados públicos.

Entre as diferentes vertentes, podemos destacar a ludicidade para o público infantil como uma ferramenta de trabalho, por meio da qual se pode alcançar inúmeros benefícios, como a melhora da coordenação motora, agilidade, aumento da resistência física, além de atuar positivamente nos indicadores nutricionais (SILVEIRA; BORGES; ROMBALDI, 2016).

Avaliar o estado nutricional de um determinado grupo é um caminho para se estabelecer propostas de intervenção para atingir resultados positivos. Em se tratando do grupo de crianças, torna-se mais relevante a avaliação, pois o estado nutricional afeta o crescimento infantil e causa efeitos na vida adulta, ou seja, no desenvolvimento em geral (SIGULEM; DEVINCENZI; LESSA, 2000).

O estado nutricional é influenciado principalmente por fatores do meio ambiente, por exemplo, os socioeconômicos. Portanto, o meio deve sofrer adequações para que o estado nutricional não resulte na desnutrição ou obesidade, principais doenças com prevalência nos países em desenvolvimento (BISCEGLI *et al.*, 2007). Sendo assim, a avaliação é eficaz em orientar os profissionais para pensarem em novas estratégias ou manter as antigas, pensando sempre na melhoria da qualidade de vida.

Conforme aponta Fisberg, Marchioni e Cardoso (2004), somente por meio do conhecimento e do acompanhamento do estado nutricional é que o profissional sabe das condições de saúde da criança, pois essas condições exercem influência decisiva na morbidade, mortalidade, crescimento e desenvolvimento. Para conhecer, é necessário o diagnóstico, e ele pode ser realizado por meio de diversos métodos, dentre os quais destacamos os índices antropométricos.

Os índices antropométricos são caracterizados como um método de avaliação simples, de baixo custo, rápido e confiável. Com isso, avaliar a partir dos índices antropométricos é uma forma indireta de caracterizar o estado nutricional, ou seja, eles são capazes de favorecer um possível diagnóstico de saúde de forma não invasiva (PELEGRINI *et al.*, 2015).

Para classificar baixo peso, sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes, é possível utilizar pontos de corte de acordo com o índice de massa corporal (IMC) considerando a idade e o sexo do indivíduo (COLE *et al.*, 2000; COLE *et al.*, 2007). O IMC é uma medida que resulta da combinação de duas medidas antropométricas, peso e estatura, e pode ser utilizado para avaliar o peso ideal de cada indivíduo (OMS, 2000).

Sendo assim, prevenir ou tratar distúrbios nutricionais é fundamental para promover uma vida saudável, e por este motivo é de extrema importância conhecer o estado nutricional de crianças que praticam natação. Perante o exposto, o objetivo do presente estudo é analisar o índice nutricional de crianças praticantes de um projeto de natação infantil da Universidade Regional do Cariri- Unidade Descentralizada de Iguatu - CE.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de campo, transversal e com enfoque quantitativo realizado com os participantes do projeto de extensão de Natação Infantil da Universidade Regional do Cariri - URCA – UDI.

A amostragem foi do tipo não probabilística e intencional, composta por 07 crianças praticantes de natação, das quais 5 eram do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Antes dos procedimentos de coleta de dados, foi realizada uma reunião com os pais no período de matrícula, na qual foi exposta a metodologia e desenvolvimento de trabalho no projeto, aproveitando o momento para repassar a documentação necessária para ingresso das crianças no projeto e consentimento nas participações de pesquisas no período de aulas para que os responsáveis pudessem assinar.

Foi realizada uma avaliação física em que foram coletadas as variáveis de idade, sexo, massa corporal, estatura e índice de massa corporal (IMC) (OMS, 1995). Posteriormente, os dados foram tabulados no programa Excel 13.0 e exportados para o Programa Estatístico JASP versão 0.9.2.0, sendo submetidos a uma análise descritiva (mínima, média, máxima e desvio padrão).

Foram incluídas no estudo as crianças matriculadas no projeto Natação Infantil e excluídos aqueles que faltaram os dias de agendamento da coleta de dados. A pesquisa foi realizada após a assina-

tura dos pais do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa obedeceu a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisas realizadas com seres humanos, preservando a ética e o respeito com os seres humanos, caracterizando a participação voluntária na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 7 crianças em idade escolar de 7 a 10 anos, sendo 5 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, de acordo com a tabela a baixo. Todos os indivíduos eram de um projeto de extensão de natação infanto-juvenil.

Tabela 1 – Valores relacionados aos parâmetros antropométricos de cada participante.

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IDADE	7	10	9,14	1,46
MASSA CORPORAL	26	49	33,34	8,76
ESTATURA	1,19	1,48	1,35	0,11
IMC	15,37	24,06	17,88	3,02

Fonte: Dados coletados pelos autores, 2020.

De acordo com os dados expostos na tabela 1, a média de idade da amostra foi de aproximadamente 9 anos, com uma amostra total de 7 crianças, com um desvio padrão de 1,46. O valor de massa corporal média foi de $33,34 \pm 8,76$ assim como a estatura média de 1,35, sendo importantes medidas para avaliar e classificar o estado nutricional dos participantes.

O IMC é capaz de contribuir e refletir positivamente no monitoramento dos níveis de obesidade e de saúde de uma determinada população. É um método antropométrico considerado de baixo custo e de maior facilidade na aplicabilidade, sendo uma ferramenta importante para fornecer indicativos de obesidade, visto que esse é considerado um fator de risco para a vida dos indivíduos (GUEDES; BISCUOLA; LIMA, 2015).

Alves *et al.* (2010) verificam, em seu estudo denominado “Avaliação nutricional e o consumo alimentar de crianças praticantes de natação de um clube esportivo”, que, mesmo essas crianças estando ativamente na prática da natação, elas ainda assim apresentam um valor de IMC elevado, com 30,4% estando com excesso de peso, assim como 26% tinham CA (circunferência abdominal) aumentada e, de acordo com a classificação do %GC (percentual de gordura corporal), 11% foram classificados como muito alto de acordo com a idade. O que se percebe é que, mesmo a criança tendo uma vida ativa, sem sedentarismo, é importante ter uma alimentação equilibrada para sua idade para que assim se enquadre em níveis desejáveis.

Segundo Parzianello e Dos Santos (2007), no Brasil, há um índice elevado de sobrepeso e obesidade em crianças, sendo necessárias ações que viabilizem uma diminuição nesse índice, e melhore o estado nutricional dessas crianças. Todas as ações voltadas para a obesidade devem levar em consideração que ela sofre influência de fatores genéticos, biológicos, comportamentais, psicológicos e sociais (DORNELLES; ANTON; PIZZINATO, 2014).

Com isso, destacamos que, para alcançar um estado nutricional adequado, deve haver um trabalho em conjunto – família, indivíduo e sociedade – por meio das políticas públicas. Com crianças, o trabalho deve ser um pouco mais delicado, pois quaisquer ações tomadas nessa fase influenciam diretamente o desenvolvimento da criança e trará resultados na vida adulta de cada uma.

Tabela 2 – Classificação do IMC de acordo com o tipo de zona (n=7).

	f	%
ZONA DE RISCO	2	28,6%
ZONA SAUDÁVEL	5	71,4%

Fonte: Dados coletados pelos autores, 2020.

A classificação da tabela 2 foi realizada de acordo com os critérios do Manual do Projeto Esporte Brasil (PROESP – BR).

Os achados do presente estudo relatam resultados bem relevantes, visto que mais da metade da amostra se encontra em zona saudável – 5 crianças, 71,4% – e apenas duas crianças foram classificadas em zona de risco, com 28,6% da amostra final. Mesmo com uma amostra pequena, os resultados obtidos podem ser considerados bons, uma vez que a porcentagem de diferença tem um valor considerável.

Levando em conta os dados relatados do estudo, os resultados da variável IMC podem ser classificados como bom, visto que a média obtida foi de 17,88, e em sua classificação está a maior porcentagem na zona saudável.

Com essas informações, foram estabelecidos pontos de corte ou valores críticos que, estratificados por sexo e idade, concedem ao professor de educação física avaliar as crianças e adolescentes numa escala categórica de dois graus: Crianças e adolescentes na zona de risco à saúde ou na zona saudável. Consideram-se valores de IMC acima dos pontos de corte como zona de risco à saúde e os valores abaixo como zona saudável.

Apesar do valor da porcentagem da zona de risco ser menor, não se pode deixar de notar que isso pode trazer consequências para a vida da criança. Diversos fatores podem interferir no aumento desses números e no desenvolvimento de outros problemas acarretados por conta do sobrepeso, como uma alimentação de alto teor calórico, muitas vezes influenciados e controlados pelos pais, o longo tempo de uso de tecnologias e, conseqüentemente, a diminuição do tempo de prática de atividade física, contribuindo para o desenvolvimento do sedentarismo (MONTORO *et al.*, 2016).

Estudos apontam que o desenvolvimento dos componentes da aptidão física pela prática de atividade física promove melhorias para saúde do indivíduo, principalmente sendo realizada na infância e na adolescência, uma vez que esse hábito de praticar exercícios pode se estender pela vida toda. Porém, o baixo nível de atividade física pode

desenvolver inúmeros problemas crônicos degenerativos que podem ser desenvolvidos precocemente como diabetes, hipertensão arterial, problemas cardiovasculares, sobrepeso, doenças osteomusculares entre outras, impossibilitando os indivíduos de terem uma vida saudável. (DUMITH; AZEVEDO; ROMBALDI, 2008).

Estudos científicos produzidos pelos pesquisadores Gaya e Gaya (2016) evidenciaram, em crianças e adolescentes brasileiros, associação entre determinados valores do IMC e aptidão cardiorrespiratória com a ocorrência de níveis elevados de colesterol, hipertensão arterial e resistência à insulina.

Em um estudo da Universidade do Sul de Santa Catarina, realizado com 32 crianças praticantes de natação com idade de 7 a 10 anos, obtiveram-se resultados semelhantes aos do presente estudo, pois, em relação ao IMC, metade da amostra – 9 crianças (52,94%) – foram classificadas como saudáveis e 8 (47,06%) se enquadravam na faixa de sobrepeso (CORDEIRO, 2018).

Segundo Bergmann (2009), o IMC é um fator de constante mudança devido à fase da infância para a adolescência que pode sofrer alterações nas medidas de massa corporal e estatura, levando em conta que a massa corporal poderá se sobressair gradativamente em relação à estatura, fazendo com que os valores de IMC sejam elevados.

Com isso, essas mudanças mostram que os cuidados sobre a saúde das crianças, nessas duas fases, devem ser de extrema importância, visto que é um período de maior fragilidade, pois é quando as crianças irão passar por diversas experiências em seus corpos e acontece todo o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para manter um índice nutricional dentro dos padrões, é necessário que haja a prática de atividade física incluída na vida das pessoas, inclusive de crianças e adolescentes. Por tanto, pôde-se concluir com

o estudo que a maioria das crianças praticantes de natação está dentro da zona saudável, um resultado satisfatório, uma vez que a prática dessa modalidade interfere diretamente nesses resultados.

No entanto, algumas crianças ainda se encontram na zona de risco à saúde, fazendo-se necessária uma intervenção para o combate e prevenção de problemas de saúde que elas possam desenvolver, buscando melhorar a qualidade de vida e promovendo um estilo de vida saudável.

A realização de estudos futuros envolvendo outras comparações do índice nutricional de crianças, separando e avaliando por sexo, faz-se necessária. As informações aqui apresentadas contribuem para a literatura, uma vez que demonstra dados do índice nutricional de crianças, e com isso pode-se intervir de forma preventiva para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D.; BERBIGIER, M. C.; DE OLIVEIRA, P. R. Avaliação nutricional, consumo alimentar e risco para doenças cardiovasculares de crianças praticantes de natação. **Clinical & Biomedical Research**, v. 30, n. 3, 2010.

BERGMANN, G. B. **Crescimento Somático, aptidão física relacionada à saúde e estilo de vida de escolares de 10 a 14 anos:** um estudo longitudinal. 2009. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BISCEGLI, T. S.; POLIS, L. B.; SANTOS, L. M.; VICENTIN, M. Avaliação do estado nutricional e do desenvolvimento neuropsicomotor em crianças frequentadoras de creche. **Rev. paul. pediatr.** São Paulo, v. 25, n. 4, Dec. 2007.

COLE, T. J.; BELLIZZI, M. C.; FLEGAL, K. M.; DIETZ, W. H. Establishing a standard definition for child overweight and obesity worldwide: international survey. **Bmj**, v. 320, n. 7244, p. 1240, 2000.

COLE, T. J.; FLEGAL, K. M., NICHOLLS, D., JACKSON, A. A. Body mass index cut offs to define thinness in children and adolescents: international survey. **Bmj**, v. 335, n. 7612, p. 194, 2007.

CORDEIRO, R. S. **Aptidão física de crianças de 7 a 12 anos praticantes de natação e triathlon.** Trabalho de conclusão de curso (bacharel em educação física) - Universidade do sul de Santa Catarina, 2018.

DORNELLES, A. D.; ANTON, M. C.; PIZZINATO, A. O papel da sociedade e da família na assistência ao sobrepeso e à obesidade infantil: percepção de trabalhadores da saúde em diferentes níveis de atenção. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1275-1287, 2014.

DUMITH, S. C.; AZEVEDO JUNIOR, M. R.; ROMBALDI, A. J. Aptidão física relacionada à saúde de alunos do ensino fundamental do município de Rio Grande, RS, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n. 5, p. 454-459, 2008.

FISBERG, R. M.; MARCHIONI, D. M.; CARDOSO, M. R. Estado nutricional e fatores associados ao déficit de crescimento de crianças frequentadoras de creches públicas do Município de São Paulo, Brasil. **CadSaúde de Pública**, v. 20, n. 812-7, 2004.

GAYA, A.; GAYA, A. **Manual de testes e avaliação.** Projeto Esporte Brasil. Porto Alegre: PROESP-BR, 2016.

GUEDES, A. C. F.; BISCUOLA, A. P.; LIMA, M. C. C. Comparação entre índice de massa corporal e índice de adiposidade corporal em adultos do sexo masculino. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo. v. 9. n. 54. p. 235-242, nov./dez. 2015.

MONTORO, A. P. P. N.; LEITE, C. R.; ESPÍNDOLA, J. A.; ALEXANDRE, J. M.; REIS, M. S.; CAPISTRANO, R.; LISBOA, T.; BELTRAME, T. S. Aptidão física relacionada à saúde de escolares com idade de 7 a 10 anos. **ABCS health sci**, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Physical status:** the use and interpretation of anthropometry. Geneva: WHO, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Obesity:** preventing and managing the global epidemic. World Health Organization, 2000.

PARZIANELLO, R. P.; DOS SANTOS, M. A. M. Correlação entre o índice de massa corporal e o nível de atividade física habitual em crianças de 7 a 10 anos. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício (RBPFE)**, v. 1, n. 1, p. 4, 2007.

PELEGRINI, A.; SILVA, D. A. S.; SILVA, J. M. F. L.; GRIGOLLO, L.; PETROSKI, E. L. Indicadores antropométricos de obesidade na predição de gordura corporal elevada em adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 33, n. 1, p. 56-62, 2015.

SIGULEM, D. M.; DEVINCENZI, M. V.; LESSA, A. C. Diagnóstico do estado nutricional da criança e do adolescente. **J Pediatr** (Rio J), v. 76, Supl. 3, p. 275-84, 2000.

SILVEIRA, M. A.; BORGES, L. R.; ROMBALDI, A. J. Avaliação nutricional e consumo alimentar de adolescentes praticantes de natação. **RBNE – Revista Brasileira De Nutrição Esportiva**, v. 9, n. 53, p. 427-436, 2016.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Bastos Ferreira Tavares

Enfermeira pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Docência na saúde (UFRS/MS). Mestre em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Diretora Geral e Docente do curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri - Unidade Descentralizada de Iguatu (URCA/UDI).

José Adelmo da Silva Filho

Enfermeiro pela Universidade Regional do Cariri. Especialista com residência em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Especialização em Enfermagem em Dermatologia pelas Faculdades Integradas de Patos. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde – GPCLIN/URCA/CNPq.

Vinicius Rodrigues de Oliveira

Graduando em enfermagem pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Coordenador estudantil do Grupo de Debates em Saúde Coletiva- GDESCO. Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde – GPCLIN/URCA/CNPq.

SOBRE OS AUTORES

Agna Teixeira Braga

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: agnateixeira345@gmail.com

Amanda Pinheiro de Alencar

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: alencarpinheiro1@gmail.com

Ana Karoline Alves da Silva

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: karolalvesdasilva123@gmail.com

Ana Mariza de Carvalho

Graduanda em Educação Física (URCA). Extensionista bolsista do Projeto de nataçao infantil. E-mail: ana.mariza@urca.br

Andressa Neves dos Santos

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: liberatooandress@gmail.com

Andreza Vitor da Silva

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: andrezavitor.sv@gmail.com

Anne Alice Lucena Alves

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast. E-mail: annealice.macedo@urca.br

Antônia Nádia Nogueira Martins

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: nadia.nogueira@urca.br

Antonia Sayonara Ferreira Silva

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: sayonara.ferreira@urca.br

Antonia Tais Ramos da Silva

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Juventude e Saúde. E-mail: ramostais236@gmail.com

Antônio Samuel Silva Lins

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista e monitor do Projeto de Extensão Juventude e Saúde. E-mail: samuel.urcaudi@gmail.com

Antonio Wellington Vieira Mendes

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: wellingtonmendes723@gmail.com

Aretha Feitosa de Araújo

Bacharel em Enfermagem. Doutoranda em Cuidados Clínicos, Enfermagem e Saúde (UECE). Colaboradora do Projeto de Extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: aretha.feitosa@gmail.com

Bruno Ferreira Freire Andrade Lira

Bacharel em Ciências Sociais. Doutor em Sociologia (UFPB). Professor da URCA/UDI. Coordenador Adjunto do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: bruno.lira@urca.br

Caroline da Silva Souza

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: carolainec856@gmail.com

Celena Pedrosa Cavalcante

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: cavalcantecelena@gmail.com

Cinthia da Silva Nascimento

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: cinthia.nascimento@urca.br

David Ederson Moreira do Nascimento

Bacharel em Enfermagem. Especialista em Saúde da Família (UNILAB). Professor da URCA/UDI. Coordenador Adjunto do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: david.moreira@urca.br

Elias Nelson da Silva Morais

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast.

Emanuely Alves Rodrigues

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: emanuelyalvess@hotmail.com

Emilli Lima da Silva Santos

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: emilhalimadasilvasantos@gmail.com

Fernando Menezes Lima

Bacharel em Direito. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Professor da URCA/UDI. Coordenador do Projeto de Extensão Direitos humanos na escola. E-mail: fernando.menezes@urca.br

Filomena da Conceição Gomes Vieira

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: filomenavieira999@gmail.com

Francisco Ayslan Ferreira Torres

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast. E-mail: ayslantorresj1@gmail.com

Francisco Cleyvan da Silva Lucas

Graduando em Educação Física (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Futsal Vamos Brincar. E-mail: cleyvanlucas9@gmail.com

Francisco Diógenes Lima de Assis

Bacharel em Psicologia. Professor da URCA/UDI. Coordenador do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: francisco.assis@urca.br

Gabriela Santos Moreira

Graduanda em Educação Física (URCA). Extensionista do Projeto de natação infantil. E-mail: gabriela.santos@urca.br

Geovana Ramos Lima

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola.

E-mail: geovanaramosl@hotmail.com

Herlys Rafael Pereira do Nascimento

Bacharel em Enfermagem. Especialista em Saúde da Família (FIP). Professor da URCA/UDI. Coordenador do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: her-lys-rafael@hotmail.com.

Isabela Rocha Siebra

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Enfermagem (UFPE). Professor da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de extensão Musicagem.

E-mail: isabela.siebra@urca.br

João Paulo Holanda da Silva

Graduando em Educação Física (URCA). Bolsista do Projeto de extensão “Dança de Salão no espaço acadêmico”.

E-mail: paulo.joao.holanda@gmail.com

John Carlos de Souza Leite

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente (UECE). Professor da URCA/UDI. Colaborador do Projeto de extensão Canal Saúde Online. E-mail: johncarlosleite@hotmail.com

José Adelmo da Silva Filho

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Enfermagem (URCA).

E-mail: adelmof12@gmail.com

Kadson Araujo da Silva

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: kadsomp64@gmail.com

Kaio Wallace Gomes de Anselmo

Graduando em Educação Física (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Futsal Vamos Brincar. E-mail: kaiowallace907@gmail.com

Kamila de Castro Morais

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: kamilacastromorais@gmail.com

Kassia Milena Gomes de Souza

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: Milenakassia8@gmail.com

Lanna Kaline Oliveira Meneses

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista voluntária do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast. E-mail: lanna.kalina@gmail.com

Larissa Uchoa Melo

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: uchoa_larissa@hotmail.com

Layla Raquel Alves da Silva

Graduanda em Direito (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Direitos Humanos na Escola. E-mail: layla.silva@urca.br

Leila Araújo da Silva

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: leilaalvessil432@gmail.com

Letícia Alves Marques

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista e monitora do Projeto de Extensão Juventude e Saúde. E-mail: leticialves2024@gmail.com

Letícia Lorraine P. de Souza

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: leticial.souza@outlook.com

Ligia Raianne da Silva Moura

Licenciatura em Educação Física. Mestranda em Ciências da Reabilitação (UNISUAM - RJ). Colaboradora do Projeto de natação infantil. E-mail: mouraligia18@gmail.com

Lorena Pinheiro Braga

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista e monitora do Projeto de Extensão Juventude e Saúde. E-mail: lorenabraga631@gmail.com

Luana Uchôa Nogueira

Licenciatura em Educação Física. Especialista em Educação física escolar. Professora da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de natação infantil. E-mail: luanaun@gmail.com

Lucas Dias Soares Machado

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Enfermagem (URCA). Professor da URCA/UDI. Coordenador do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast. E-mail: lucasdsmachado@hotmail.com

Lucas Neves e Sousa

Graduando em Direito (URCA). Extensionista voluntário do Projeto de extensão Direitos Humanos na Escola. E-mail: lucas.neves@urca.br

Maria das Graças Mendes da Silva

Graduanda em Direito (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Direitos Humanos na Escola. E-mail: mariadg.mendessilva@urca.br

Maria Emanuela Pereira da Silva

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: 9silvaemanuela@gmail.com

Maria Erica da Silva Oliveira

Graduanda em Direito (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: mariaericadasilvaoliveira@gmail.com

Maria Luíza Santos Ferreira

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: marialuizasantos2013@gmail.com

Maria Neliane Saraiva Rabelo

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: nelianesaraiva@gmail.com

Maria Vanessa Nogueira Peixoto

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: vanessa.nogueira@urca.br

Marianna Magalhães Alves

Graduanda em enfermagem (URCA). Bolsista do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast.

Marília Brito de Lima

Bacharel em Enfermagem. Doutoranda em Enfermagem (UFC). Professora da URCA/UDI. Colaboradora do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: marília_delima@hotmail.com

Marina da Silva dos Santos

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista voluntária do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast. E-mail: Marina.silva@urca.br

Maynna Juliana David de Carvalho Oliveira

Bacharel em Enfermagem. Especialista em Educação Profissional (URCA). Professora da E.E.P. Amélia Figueiredo de Lavor. Colaboradora do Projeto de extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: maynnajuliannadaviddecarvalho@gmail.com

Mayrla Sales

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: mayrlasales1@gmail.com.

Moziane Mendonça de Araújo

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Enfermagem (UFC). Professora da URCA/UDI. Colaboradora do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: moziane@hotmail.com

Naiane da Silva Chagas

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: naiane-chagas789@gmail.com

Naildo Santos Silva

Licenciatura em Educação Física. Mestre em Ciências do Movimento Humano (UFRGS). Professor da URCA/UDI. Coordenador do Projeto de Extensão Futsal Vamos Brincar. E-mail: naildo.silva@urca.br

Nárgila Mara da Silva Bento

Licenciatura em Educação Física. Mestra em Educação Física (UNIVASF). Professora da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de extensão Dança de Salão no espaço acadêmico. E-mail: nargilabento@gmail.com

Natália Bastos Ferreira Tavares

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Ciências da Saúde (FMABC). Professora da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de Extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: natalia.bastos@urca.br

Nathylle Régia de Sousa Caldas

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: regianathylle@gmail.com

Neuma Cunha Medeiros

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: neumamedeiros05@gmail.com

Orbenia Vitor da Costa

Graduanda em Direito (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: beninhavitor@gmail.com

Paloma Loiola Leite

Graduanda em enfermagem (URCA). Bolsista do Projeto de extensão Coisa de Adolescente: promoção da saúde de adolescentes por meio de um podcast. E-mail: ploiolaleite@gmail.com

Rachel Cardoso de Almeida

Bacharel em Enfermagem. Mestranda em Enfermagem (URCA). Professora da URCA/UDI. Colaboradora do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: rachel.almeida@urca.br

Rafael Alves Albuquerque

Graduando em Direito (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Direitos Humanos na Escola. E-mail: 304560@gmail.com

Rafaela Santos Moreira

Graduanda em Educação Física (URCA). Extensionista voluntária do Projeto de natação infantil.

Raimundo Augusto Martins Torres

Enfermeiro. Doutor em Educação (UFC). Professor do Programa de Pós-graduação em Cuidados Clínicos, Enfermagem e Saúde (PPC-CLIS/UECE). Colaborador do Projeto de extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes.

Rauanne Mendonça Andrade

Graduanda em Educação Física (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Futsal Vamos Brincar. E-mail: rauannemendonca09@gmail.com

Riani Joyce Neves Nóbrega

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente (UECE). Professora da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: riani.nobrega@urca.br

Rozanny Gonçalves Fernandes

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Musicagem. E-mail: rozannyfernandes@hotmail.com

Samara Calixto Gomes

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Enfermagem (URCA). Professora da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: samara.gomes@urca.br

Samyra Paula Lustoza Xavier

Bacharel em Enfermagem. Mestre em Enfermagem (URCA). Professora da URCA/UDI. Coordenadora do Projeto de extensão Cidadania na Escola. E-mail: samyralustoza@gmail.com

Sara Aquino dos Santos

Graduanda em Educação Física (URCA). Bolsista do Projeto de natação infantil. E-mail: sara.aquino_@outlook.com

Shesley Pereira Silva

Graduanda em Direito (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Direitos Humanos na Escola. E-mail: shesley.silva@urca.br

Stéffane Costa Mendes

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: steffane.costa@urca.com

Suzy Silvestre Silva

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola. E-mail: suzysilvestre2@gmail.com

Tamires Alves Dias

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Educação em Saúde e Sexualidade. E-mail: tamirees.alves@urca.br

Tiago Ribeiro dos Santos

Graduando em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Jovens Socorristas. E-mail: trstiago22@gmail.com

Valéria Silva Araújo

Graduanda em enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de Extensão Canal Saúde Online no Cuidado Educativo com as Juventudes. E-mail: valeriasilvaaraujo12@gmail.com

Vinicius Rodrigues de Oliveira

Enfermeiro pela Universidade Regional do Cariri (URCA/UDI). Especialista em Saúde da Família pelo Centro Universitário Dom Alberto. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCol/UFRN). Coordenador estudantil do Grupo de Estudo e Debates em Saúde Coletiva (GDESCO/URCA). Membro do Grupo de Pesquisa Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN/URCA/CNPq) e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Cuidado Cardiovascular (GPCARDIO/UFRB).

Vitória Almeida Santos

Graduanda em Direito (URCA). Bolsista do Projeto de extensão Direitos Humanos na Escola. E-mail: vitoria.almeida@urca.br

Yanca Carolina da Silva Santos

Graduanda em Enfermagem (URCA). Extensionista do Projeto de extensão Juventude e Saúde. E-mail: yancaenfe@gmail.com



Este livro foi composto em fonte Myriad Pro, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 246 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento: RenovaGraf

Dezembro de 2021.



*Universidade Regional
do Cariri - URCA*

A extensão universitária é constitucional e traz como um princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta obra, **PROTAGONISMO E JUVENTUDE: a extensão universitária em evidência**, é científica, educativa, cultural e política, e tem em sua natureza a interlocução dos atores acadêmicos com os diversos setores da sociedade na produção de saberes e fazeres, conduzida por jovens protagonistas e mestres sonhadores, cujos sonhos vão além de uma força de trabalho, mas se representam como utopia de vida! Os capítulos permitem ao leitor (re)conhecer como a universidade tem um propósito social, como ela é capaz de transformar a coletividade, inexoravelmente, costurando uma nova forma de vida a cada geração.

ISBN 978-856796072-2



9 788567 960722